Diário de Lisboa

Agosto 1977
Terça-feira

ANO 57.º
N.º 19 419
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

PARA SAIR DA CRISE

PCP propõe eleições gerais

A realização de eleições gerais no prazo de 90 dias foi ontem proposta pelo secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, ao divulgar em conferência de Imprensa as conclusões do plenário do Comité Central do partido realizado este fim-de-semana em Lisboa.

Álvaro Cunhal propôs a demissão do actual Governo e a formação de um gabinete ministerial de transição que assegure os negócios públicos e a realização do acto eleitoral em liberdade.

Mostrando-se optimista quanto ao resultado de eventuais eleições antecipadas, aquele dirigente comunista manifestou ainda a convicção de que «o nosso Povo se está a deslocar nitidamente para a Esquerda».

Classificando de «capitulação histórica» a acentuada deslocação das cúpulas do Partido Socialista para a direita, patenteada ao País nas formalizações de acordos com o PSD/PPD e nas negociações com o CDS, anunciou também que o Grupo Parlamentar do PCP deixaria de prestar auxílio ao PS em «momentos difíceis».

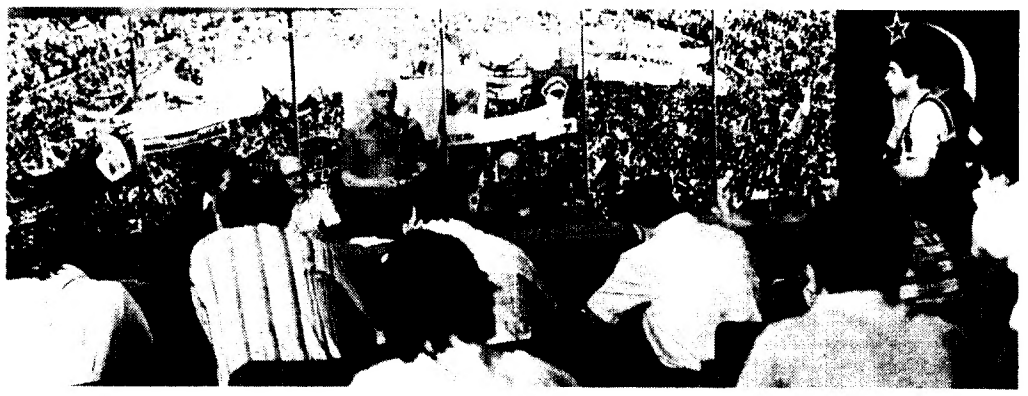
A posição assumida pelo CC do PCP (ler na pág. 8) surge como resposta imediata à recente actividade parlamentar caracterizada pela aprovação de um conjunto de leis contestadas como «leis de contra-revolução» e apresenta, como consequência próxima, o «amarrar» da direcção do PS aos seus compromissos com a direita, retirando-lhe capacidade de manobra no espaço político à sua esquerda.

Considerando que a direcção do Partido Socialista fez uma «opção de classe» ao colocar-se abertamente ao «serviço dos interesses dos capitalistas, latifundistas e imperialistas», esta posição do PCP remete as cúpulas socialistas para o mesmo plano do PSD/PPD e do CDS, representando uma ruptura na linha que vinha sendo seguida pelos comunistas.

Embora as reacções dos restantes partidos parlamentares às propostas do PCP sejam negativas (ler na pág. 2) apontando para a pouca confiança que qualquer deles deposita numa consulta popular a curto prazo, a decisão do Comité Central do partido transcende largamente as fracas probabilidades de aceitação, tendo reflexos imediatos, quer no interior daquela formação partidária, quer na conjuntura política nacional.

Das primeiras reacções do PSD/PPD e do CDS ressalta já o seu interesse em prolongarem a vida do actual Governo, uma vez que na condição de seus únicos interlocutores (condição que não foi agora

Continua na pág. 16



«O fascismo caminha pelo trilho aberto pela política e pelo anticomunismo do Governo PS aliado à direita» — acusou ontem Álvaro Cunhal numa conferência de Imprensa

MINISTRO ÁRABE EM LISBOA

Governo quer trocar petróleo por tecnologia

O ministro dos Recursos Mineiros dos Emiratos Árabes, Al Otaida, que é também presidente da Companhia Nacional Petrolífera do Abu Dhabi, participa esta tarde numa reunião conjunta em S. Bento com o primeiro-ministro Mário Soares e com o ministro da Indústria e Tecnologia, Nobre da Costa.

Al Otaida está desde ontem em Lisboa e, à sua chegada, explicou aos jornalistas que conta expor ao Governo português a política petrolífera do seu país e da OPEP.

O secretário de Estado da Energia e Minas, eng.º Baião Horta, que em nome do Governo português aguardava no aeroporto o ministro Al Otaida, acentuou o interesse que existe por parte de Portugal em atenuar o défice existente na balança comercial entre o nosso país e os emiratos árabes.

«Portugal pode atingir esse objectivo através da exportação de tecnologia industrial, embora, dadas as características das nossas trocas comerciais, seja impossível conseguir o equilíbrio entre as duas partes» — acrescentou o eng.º Baião Horta.

Aguardavam ainda o ministro Al Otaida, o secretário de Estado da Emigração, João Lima, o presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, dr. Azeredo Perdigão, e o dr. Roberto Gulbenkian.

João Medina sai do Palácio Foz

Pediu a exoneração do cargo de director-geral da Divulgação (SECS) o dr. João Medina, que assim regressa ao ensino depois de uma estadia de dois anos no Palácio Foz. Sejam quais forem os motivos que o levaram a demitir-se do cargo que vinha desempenhando, o certo é que o País ficou a perder com esta decisão que afasta da Direcção-Geral de Divulgação um homem que no breve espaço de dois anos conseguiu definir a linha de actuação de um organismo ainda indefinido e dar início a um plano de actividades que se concretizou na criação das edições «Terra Livre», na renovação da revista «Portugal-Informação», de que já se publicaram 17 números, na organização de um ciclo de conferências acerca do 5 de Outubro e na realização de três exposições, uma a propósito do 86.º aniversário da Revolução do Porto (1891), outra sobre a resistência e outra, esta de particular interesse, por ocasião do aniversário da Revolução de 5 de Outubro.

Merece ainda referência especial o esforço desenvolvido

Continua na pág. 16

HOJE HÁ "EXCLUSIVO" (destacável de 8 páginas)

Cerejeira vai a sepultar depois de amanhã (Pág. 6)

"Cornélia" política e suor

Uma temperatura ambiente insuportável obrigou ontem os homens da «régie», presentes no Villaret para a gravação de mais uma sessão de «A Visita da Cornélia», a trabalhar de tronco nu com toalhas, à mão. Suor em bica a que, pela boca «expedita» do actor Vitor Espadinha (candidato afinal desistente «para não prejudicar os amadores» — disse ele), veio somar-se a «boca política. É que Espadinha acha que o júri é de esquerda — e acha isso naturalmente mal. Entretanto os telespectadores verão na próxima segunda-feira a montagem final, com o par Vasco Trigo Ferreira-Teresa Abecassis em vencedor, distanciado escassos 12 pontos de Gonçalo Lucena-Luísa Amaral Neto.

Este casal de «clowns» trajando a rigor ganhou a sessão de ontem com 557 pontos a 12 apenas do primeiro lugar do pódio. Ele é engenheiro agrónomo

No intervalo foi a habitual corrida ao bar, onde os refrescos se esgotaram

Elementos da «régie» não tiveram outra alternativa para o calor senão porem-se em tronco nu. A temperatura era insuportável

Política de A a Z

MUITOS CAMINHOS VÃO DAR AO ROSSIO

Foi no dia 28 de Julho, no Rossio. Uma explosão? Uma experiência? A atitude daqueles a quem incumbe a defesa, nas ruas, da «ordem democrática» não terá sido pronta e eficaz. O jornalista Raúl Rego, antifascista de antes do 25 de Abril, no deserto pregou: «Estamos diante de uma campanha organizada que vai do Norte do País ao coração de Lisboa e que visa, sem qualquer dúvida, a enderessar de novo os que levaram a pátria portuguesa à divisão, ao descrédito e a iam atirando para a destruição. E não vemos que as autoridades actuem como se impunha e como manda a lei, a começar pela mesma Constituição.» E Raul Rego afirma justamente: «Liberdade que se não defende é liberdade que a breve trecho é esmagada pelos seus inimigos».

Certo. Mas o mal será não se perceber, nas esferas governamentais, nas altas instâncias, que o «acontecimento» do Rossio teve o seu início longe no espaço político nacional e na cronologia dos sucessos contraditórios do curso desta Revolução. O mal será não se perceber que as concessões, as transigências, as combinações com a «direita» — mesmo nas votações parlamentares, e com mais forte razão nas relativas às «conspiratas» para «salvar a democracia» — favorecem as forças reaccionárias, permitem ou consentem o seu reagrupamento e actividade.

Não será impunemente que se consente a propaganda fascista (designadamente na RTP). Não será impunemente que se permitem actividades fascistas (nacionais e internacionais). Não será impunemente que se oferece a fuga aos «pides» (com o nome jurídico de «liberdade condicional»), que se fecham os olhos ao bombismo, ao tráfico de armas, à sabotagem económica, aos «desvios» que empobrecem o património nacional. Não será impunemente que o fascismo anda na rua, se instalou na Imprensa, controla editoriais; funda organizações políticas, constitui reservas paramilitares.

A *Liberdade* que se não defende está ameaçada. Porque a *Liberdade* tinha inimigos em Portugal — é preciso não o esquecer. E essa é mais uma razão a impor uma prudência extrema às concessões de princípio, uma extrema discreção aos propósitos de reconciliação, uma extrema reserva em relação à «direita» que nada aprendeu, que nada esqueceu, que é — dizêmo-lo com desgosto — irrecuperável. Irrecuperável para a Democracia. Irrecuperável para a tarefa exigente e exaltante de construir, em Portugal, um Portugal para os Portugueses livres e iguais. Tarefa a que, aliás, não poderemos furtar-nos se quisermos ser um *país independente*.

UM PROJECTO CATALISADOR

A esta tarefa, na mensagem que dirigiu aos novos soldados por ocasião das cerimónias de Juramento de Bandeira, aludiu o general Vasco Lourenço «Capitão de Abril», nos seguintes termos: «...a democracia política, económica, social e cultural, legítima aspiração do povo português, continua a ser objectivo e deverá ser também o projecto catalisador do esforço colectivo».

Para tal exige-se uma condição: a participação popular. Não haverá «esforço colectivo» para a realização do projecto de construção de uma «democracia política, económica, social e cultural», se, três anos após ó 25 de Abril, a *política* voltar a ser o negócio privado de uns quantos especialistas, uma ocupação de burocratas e empatocratas, um exercício de virtuosidade para tecnocratas, um campo de ambições, uma catapulta para promoções pessoais.

A participação popular, a participação dos trabalhadores (das forças conjugadas da Cultura e do Trabalho) é a condição do projecto nacional de construção de um «País novo». Tem razão o general Vasco Lourenço quando afirma na sua mensagem: «as Forças Armadas, conscientes da sua missão, aceitam com entusiasmo, *em comunhão com o povo português*, o desafio do presente e estão confiantes no futuro». (O sublinhado é nosso).

Sem essa «comunhão», sem a participação popular consciente e entusiástica, qualquer *projecto nacional* (ou mesmo um simples «Plano a médio prazo») não passará de «um exercício de compasso e esquadro», frio e seco, sem seiva, sem vida própria, independentemente da sua qualidade tecnocrática.

OS RUMORES CHEGAM AOS QUARTÉIS

As vozes que andam na rua e que subiram de tom no Rossio, inspiraram algumas linhas da mensagem do «Capitão de Abril» Vasco Lourenço, aos soldados da Região Militar de Lisboa: «Hoje em que as vozes do antes do 25 de Abril cada vez mais se fazem ouvir, a nós Forças Armadas, incumbe-nos estar atentos e vigilantes de modo a tornar impossível qualquer nova instrumentalização e o consequente regresso ao passado».

São palavras claras. Firmes, sem dúvida. De modo algum, tranquilizadoras.

E uma vez mais o problema surge: a defesa do 25 de Abril é uma tarefa revolucionária que exige Forças Armadas *apartidárias*, mas fortemente politizadas. As Forças Armadas não podem ter um comportamento *apolítico;* não podem confinar-se à eventual arbitragen de conflitos; não podem limitar-se a defender a Constituição.

Esse é o seu dever. Saudaremos sempre os discursos constitucionalistas dos chefes das Forças Armadas. Mas alguma coisa mais se pede aos «Capitães de Abril»: é que defendam Abril dos **espectros do passado**, é que oponham um não categórico ao *regresso ao passado*, é que não deixem confundir na unidade, pressurosamente proclamada, «as vozes do antes do 25 de Abril» e as que cantaram em uníssono, *povo fardado* e *povo civil*, na alvorada libertadora, a *Grândola, vila morena*.

NOVAS ELEIÇÕES PROPOSTAS PELO PCP

Restantes partidos e Governo reagem desfavoravelmente

PR não comenta

Enquanto a Presidência da República recusa comentar as propostas ontem apresentadas ao País pelo Partido Comunista Português, dado que também não o fez «quando outros partidos consideraram dever pronunciar-se sobre assuntos desta natureza», o Governo e os restantes partidos políticos, com excepção da UDP, pronunciaram-se quase de imediato.

Sem qualquer excepção (a UDP reservou a sua posição para mais tarde) todos os partidos rejeitaram as propostas dos comunistas, criticando-as sob diversas formas. Idêntica posição foi assumida pelo Governo.

Das declarações feitas por parte do PSD/PPD e do CDS ressalta a convicção de que o Governo PS, vendo limitada a sua margem de manobra, se «encostará» mais à direita, que entretanto continua a «acenar» com a formalização de uma «convergência» a três, designadamente por via da inclusão do CDS nos acordos já concluídos entre «socialistas» e «sociais-democratas» ou pela aceitação pelo PS das teses da chamada «convergência democrática».

Nota comum nas três posições (alargada à do Governo): o recurso a uma consulta popular como saída para os problemas actuais (aliás prevista na Constituição) é considerada como «golpista» e «antidemocrática»!

MANUEL ALEGRE: GOVERNO

Para Manuel Alegre, falando como porta-voz do Governo, o PCP «evoca a Constituição contra a Constituição», estando-se em presença de um «novo tipo de golpismo: o golpismo constitucional». «Trata-se — segundo Manuel Alegre — de uma tentativa desesperada para criar artificialmente uma crise política e uma nova instabilidade na suposição, aliás errada, de que essa instabilidade poderia favorecer as manobras antidemocráticas do seu partido, quando a verdade é que se tal se verificasse só poderia favorecer o golpismo da direita».

Contra-atacando relativamente à aliança efectivada entretanto ao nível das cúpulas do PS e do PSD/PPD, o secretário de Estado para os assuntos políticos insiste repetidamente no carácter «antidemocrático» da proposta comunista, atacando no entanto mais a figura do secretário-geral do PCP do que as bases em que assentam as propostas do Comité Central daquele partido.

JAIME GAMA: PS

Na mesma linha de Manuel Alegre, também o dirigente do PS, Jaime Gama considerou as propostas do PCP «um insulto ao Parlamento, às instituições democráticas, à democracia e ao povo português», não especificando, no entanto, se nestas críticas abrangia também a faculdade que a Constituição confere aos partidos de as formularem.

Ao bloco oficial PS-PSD/PPD, extensivo, como o demonstraram os recentes debates parlamentares, a entendimentos de bastidores com o CDS, Jaime Gama tenta opor uma «bipolarização política» alegadamente constituída pelo PCP e o CDS, que se «teriam lançado nos braços um do outro».

Jaime Gama admite, apesar de tudo, que «as declarações do dr. Álvaro Cunhal não significam de maneira automática que esse partido vá desencadear qualquer tipo de acção antidemocrática».

SÉRVULO CORREIA: PSD/PPD

Para o PSD/PPD, pela voz de Sérvulo Correia, torna-se «imperativo o diálogo do Partido Socialista com os que se situam à sua direita», nada justificando «neste momento a dissolução da Assembleia da República, que apenas termina o primeiro dos quatro anos do seu mandato».

Alinhando com as posições do Governo e do PS, também Sérvulo Correia utiliza o qualificativo de «antidemocrático» para classificar a decisão do PCP inferindo que toda esta situação tende a «demonstrar a correcção da linha política do Partido Social-Democrata quando proclama a necessidade de entendimento entre os partidos democráticos e defende o imperativo de um clima de serenidade e diálogo que conduza ao crescente reforço da estabilidade das instituições».

AMARO DA COSTA: CDS

«Não» à suspensão das leis aprovadas pela Assembleia da República, «não» à realização de eleições gerais antecipadas, no primeiro caso, porque «absurdo» no segundo porque «eleitorado não está preparado para isso», é a posição defendida pelo CDS através do seu vice-presidente Amaro da Costa.

Para aquele dirigente «centrista» «a crise do actual Governo» é agora, «maior do que nunca», sendo de esperar que «o PS tenha finalmente a lucidez de reconhecer a validade das teses da Convergência Democrática e a elas adira».

Amaro da Costa sublinharia que o Governo «está contra a parede» resultando evidente «que a aprovação de moções de censura parece possível a partir de agora, ao contrário do que sempre afirmou o dr. Mário Soares».

COMÍCIO DO PCP

Até ao fim da manhã de hoje não havia qualquer resposta do PCP às primeiras reacções do Governo e dos restantes partidos parlamentares. Aguarda-se, no entanto, o discurso que esta noite o secretário-geral do PCP pronunciará num comício que decorrerá a partir das 21.30 horas no Pavilhão dos Desportos, já que poderá conter novos esclarecimentos sobre as propostas ontem anunciadas.

Este deverá, aliás, ser o primeiro de uma série de comícios que o Partido Comunista promoverá nos próximos dias em diversos pontos do País para esclarecimento das suas bases de militantes e simpatizantes.

Eanes preside no Fundão ao Encontro dos Emigrantes

. O Presidente da República presidirá no próximo dia 7, domingo, à sessão de encerramento do Encontro de Emigrantes das Beiras, a realizar no Fundão, por iniciativa do «Jornal do Fundão».

Do programa de realizações do Encontro salientam-se, para além das sessões de trabalho do Encontro, que se realizarão no dia 6, na Escola Polivalente do Fundão uma festa-convívio, um almoço regional, no qual também participará o Presidente da República, e um festival de folclore.

A organização do Encontro recebeu já comunicações sobre os principais problemas dos emigrantes de vários países onde se fixaram cidadãos portugueses, nomeadamente da França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, Moçambique, Gabão, Nigéria e Austrália.

Os trabalhos enviados pelos emigrantes portugueses abordam cinco temas fundamentais: «Associativismo e o papel cultural e social das associações portuguesas no estrangeiro»; «A cultura e a educação, o ensino das crianças, dos jovens e dos adultos e a formação profissional»; «A informação que os emigrantes recebem;» «As remessas dos emigrantes e a sua aplicação em Portugal;» «O regresso — realidades de hoje, perspectivas de amanhã».

No espectáculo de folclore, que se realizará na tarde de domingo, participarão os ranchos folclóricos de Silvares, Burgos (Espanha), da Casa do Povo da Cerdeira, os bombos de Lavacolhos, o grupo de teatro infantil de Belmonte, o Psichádelio Set e as bandas da ADF e da Aldeia Nova do Cabo.

Direcção unitária nas farmácias do Norte

. Com a participação de cerca de dez por cento dos sindicalizados foi eleita a única lista (unitária) concorrente às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Profissionais de Farmácia do Norte. O facto de concorrer apenas uma lista e de estarmos em período de férias estará na origem da desmobilização verificada.

Os novos dirigentes (de vários pontos do Norte e de Coimbra) propõem-se lutar, entre outros aspectos, pela participação activa dos ajudantes de farmácia na reestruturação da farmácia portuguesa.

Major acusado de homicídio preso no QG da RMN

. PORTO, 2 — Embora não tenhamos conseguido obter confirmação oficial, tudo indica que se encontra já detido às ordens do QG da RMN o major Mário Rodrigues, suspeito do homicídio de sua amante Maria Emília da Costa Guedes Rego, apanhada na Ria de Ovar, no dia 19 de Abril, por pescadores.

Contra aquele oficial, que conforme noticiamos ontem, não compareceu na passada sexta-feira no Juíz de Instrução Criminal, pendiam mandado de captura passados por esta instância judicial.

Segundo conseguimos apurar a detenção do major terá ocorrido ontem à tarde.

Noticiário breve

PIRES VELOSO DE FÉRIAS

O comandante da Região Militar Norte iniciou o seu período anual de férias. Por esse motivo assumiu o comando interino da Região Militar Norte o brigadeiro Mário Delgado.

COSTA CORREIA

O comandante Costa Correia foi nomeado pelo Estado-Maior da Armada como oficial de ligação para a execução de acordos com a ex-colónias portuguesas, no domínio naval. Aquele oficial estava já colocado no Gabinete Coordenador para a Cooperação.

CYRUS VANCE NOS AÇORES

O secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, escalou esta manhã a base aérea das Lajes, nos Açores, durante a sua viagem dos EUA para o Médio Oriente.

Durante a escala, o chefe da diplomacia americana foi cumprimentado pelo ministro da República, pelo presidente da Assembleia Regional e por um representante do presidente do Governo Regional.

COMÍCIO DO PCP

Realiza-se na próxima sexta-feira, no Palácio de Cristal um comício do Partido Comunista. Nele participarão membros da Comissão Política do Comité Central do PCP e ainda membros das Organizações Regionais do Norte e do Alentejo.

A lei da Reforma Agrária e a situação política serão tema de análise.

CDU EM LISBOA

A convite do CDS encontra-se em Lisboa um delegado do Partido Cristão-Democrata alemão-ocidental (CDU).

Entretanto foi convocada para se realizar em Lisboa a próxima reunião do «bureau» político da União Europeia das Democracias Cristãs. A data prevista para a reunião é o dia 26 de Outubro.

JUVENTUDE MONÁRQUICA

Os jovens monárquicos portugueses serão também anfitriões dos seus correligionários de além-fronteiras, nos próximos dias 6 e 7 de Agosto.

O debate da reunião centrar-se-á na discussão da possibilidade de se realizar em Lisboa o I Encontro Internacional das Juventudes Monárquicas e ainda na definição das linhas gerais de estratégia política e doutrinária.

post-scriptum

As originalidades do processo

Às vezes um cidadão deste país não pode deixar de fazer um resumido balanço nocturno das chamadas «originalidades» do nosso processo, que se lhe depararam ao longo do dia.

Veja-se um exemplo ao acaso:

. 12h — Rossio, Praça D. Pedro IV (onde se diz que são recrutados mercenários para combater os regimes de países africanos amigos): o dinossauro excelentíssimo, o abutre de St.ª Comba ou o que quiserem chamar-lhe, tem a sinistra fachada exposta em 2 modelos à escolha (a preto e branco na 1.ª página da folha fascista «A Rua» ou a cores, em poster, com autógrafo e tudo, para os álbuns de recordações dos pides em liberdade).

15 h — Faculdade de Letras de Lisboa, Departamento de Psicologia: o cidadão toma conhecimento de que não é autorizada a matrícula no curso respectivo a licenciados ou bacharéis, por despacho do ministro da Av. 5 de Outubro. Não é por nada, mas há as chamadas coincidências, e o cidadão prevê a provocação do Rossio, recorda o medo de que o povo soubesse de mais, experimentado por quem governava (leia-se explorava, oprimia) este país.

16 h — Idem, Departamento de Literatura — O cidadão vai fazer um exame, dito «para reconversão de nota», referente a curso concluído anteriormente. Sabem porquê? O intrépido Cardia chateou-se com as classificações académicas dos últimos dois ou três anos e proclamou oficiando: — Não vale, não vale, assim não! Isto sem prejuízo de nós sentirmos que estão mesmo a brincar com o Zé... e também com o fogo, pois claro!

. Andando por aquelas bandas, vê o mesmo cidadão, com os dois que a terra lhe há-de comer, um magote de gente de meia idade, assim nervosinha em grande, que vai fazer exame de Lieteratura Portuguesa para poder continuar a leccionar com habilitação própria no ensino secundário e básico (julgo que ainda se chama assim, apesar de que as designações para a mesma coisa variam de vez em quando). Cardia considerou a formação académica deste indivíduos (Teologia, Direito, etc.) como imprópria para o ensino, embora não haja (que eu saiba) nem tenha havido nas últimas décadas, nenhum curso nas Universidades portuguesas onde se ensine a sério, muito menos, como seria desejável, onde se aprenda a ensinar a aprender. Mas lá que o ministro Cardia está preocupado com as matérias curriculares dos professores, é indesmentível; uma entre os referidos examinandos até chegou a correr, depois da hora, porque tinha estado a acabar de despachar uma outra peça da «propriação» das suas habilitações.

E nada de matérias curriculares subversivas, porque isso... Por Toutatis, não, por Júpiter! Isso é degradaçao pedagógica.

Elisabete França
— ALVERCA

O alojamento de retornados no antigo quartel do Espargal

Com o pedido de publicação , a pró-Comissão de Moradores da Figueirinha e zona B do bairro dr. Augusto de Castro, de Oeiras enviou-nos a seguinte carta:

Face às acusações feitas pelo sr. Américo Leite Rosa, no dia 27 do corrente aos microfones da Rádio Renascença, no programa transmitido das 9 às 10 h e repetido entre as 15 e as 16h, relacionadas com o alojamento de refugiados das ex-colónias no antigo quartel do Espargal, onde se encontrava instalada esta pró-Comissão, esclarece-se o seguinte:

1 — Contrariamente ao que foi afirmado a utilização daquelas instalações não era ilegal, porquanto havia a mesma sido autorizada pelos Serviços Sociais das Forças Armadas das quais aquele quartel depende, conforme documento escrito e em nosso poder, o que poderá ser confirmado por aqueles serviços.

2 — Quanto à alegada má conservação das instalações ela não foi causada pela nossa utilização, antes foi pelo esforço e mobilização de muitos moradores que se conseguiram melhorar consideravelmente, permitindo não só local adequado para plenários e reuniões, como ainda o funcionamento de outras actividades culturais, recreativas e desportivas, realçando neste último caso a prática semanal de ginástica por dezenas de crianças orientadas por monitores especializados pela DGD. Acrescente-se ainda que foi graças ao empenho desta pró-Comissão que se conseguiu o material necessário para estas actividades.

3 — Lamenta-se que o sr. Rosa não tenha tentado informar-se das realizações positivas efectuadas a favor dos moradores, antes salientando aspectos que consideramos de todo em todo mesquinhos.

4 — Nestas condições, ao mesmo tempo que repudiamos as afirmações daquele senhor, exigimos-lhe que as rectifique através do meio utilizado para as proferir, sem o que o consideraremos um caluniador.»

. Pela pró-Comissão, assinam: Manuel dos S. Malaquias, António L. dos Santos e M.ª Teresa F. de A. Jorge.

Esclarecimento da CP

Sob o título «À ATENÇÃO DA CP», publicou o jornal de V. Ex.ª em 18 de Junho findo, uma carta da leitora Manuela Queimado, de Sintra, acerca da qual desejamos prestar os seguintes esclarecimentos:

1. O trabalho de pavimentação das plataformas do apeadeiro de Portela de Sintra foi adjudicado a um empreiteiro, em 18 de Outubro de 1976, o qual se comprometeu a concluir a tarefa no prazo de 60 dias;

2. Por motivos a que esta Empresa é inteiramente alheia, aquele empreiteiro tem arrastado o trabalho e, consequentemente, excedeu o prazo acordado;

. 3. Em recente reunião o citado empreiteiro comprometeu-se a dar por concluído o trabalho durante o próximo mês de Agosto.

O MEIC À PROCURA DE BODES EXPIATÓRIOS

RAUL GOMES

. Em artigo anterior, dedicado ao problema do lançamento do nono ano da escolaridade obrigatória, referindo-me às responsabilidades do MEIC e às responsabilidades da classe docente, eu concluía, a certo ponto: «Ao MEIC o que é do MEIC; aos professores o que é dos professores». Volto agora, a propósito de outro assunto — o do rendimento escolar e da respectiva avaliação — novamente à questão dos responsáveis pelo sector educativo, para lembrar que não são apenas o MEIC, mas também os professores, tanto no plano político como no plano pedagógico.

A luta política tem o seu terreno e as suas armas próprias. Nesse terreno e com essas armas, nada pode impedir que um professor seja adversário ou correligionário daqueles que se encontram no poder. Está no seu pleno direito. Que o mesmo é dizer que goza de um direito legítimo, que até é legal, na medida em que lhe é reconhecido pela Constituição.

Mas o plano pedagógico tem também as suas regras de jogo, que começam por aquilo que a Constituição contém sobre a matéria e vai até onde as Ciências Pedagógicas avançaram no seu processo de racionalização dos fenómenos educativos. E neste terreno também o professor tem o direito de apreciar a actuação do MEIC, porquanto o exercício, por este, do poder, tem de situar-se dentro dos referidos parâmetros (o constitucional e o científico), sob pena de a sua actuação, mesmo que legal, poder correr o risco de ser considerada como ilegítima.

Manda, porém, a responsabilidade cívica e profissional que em cada plano ou em cada terreno se usem apenas as armas consentidas pelas regras do jogo. Seria, por exemplo, incompatível com a ética profissional de um médico tentar, como forma de luta política, perturbar o bom funcionamento do hospital onde trabalha, prejudicando, dessa forma, os doentes confiados aos seus cuidados. O facto de se discordar politicamente dos governantes, não autoriza, com efeito, que se lance mão, para combatê-los, de meios que directa ou indirectamente prejudiquem a comunidade. O que é igualmente o caso das autoridades que, por retaliação política, ousassem prejudicar deliberadamente a solução dos problemas de uma determinada terra, de uma determinada instituição, de uma determinada classe profissional.

Constituirá a circular abaixo transcrita uma medida de retaliação contra os professores?

. *«Tem chegado ao conhecimento desta Direcção-Geral (DGE Sec.) que em alguns estabelecimentos de ensino houve professores que dispensaram a totalidade ou quase totalidade dos alunos de turmas dos anos terminais dos cursos gerais e complementares.*

«Porque, em muitos desses casos, aquelas decisões parecem não ter fundamento pedagógico, agradeço a V. Ex.ª se digne informar, com a possível urgência, a respeito de casos análogos aos referidos, discriminando os elementos que a seguir se indicam, a fim de que essas situações sejam devidamente analisadas:

a) Classificações obtidas pelos alunos dessas turmas nos 3 períodos escolares do actual ano lectivo e médias obtidas em cada disciplina no ano ou anos anteriores;

b) Nome do professor de cada uma dessas disciplinas.»

. Qual a base legal desta medida de retaliação? Nenhuma, a não ser o pressuposto de que tais professores agiram desonestamente ou com o propósito de sabotar a acção do Ministério. Ora aqui estão duas coisas difíceis de averiguar: a culpa dos professores e as intenções do MEIC.

A DISPENSA DE EXAMES

Quanto ao problema da dispensa de exames, importa analisá-lo objectivamente, como fenómeno sujeito à intervenção de vários factores. Antes do 25 de Abril, o rendimento do sistema escolar português era baixíssimo, traduzindo-se por uma taxa de repetências das mais elevadas da Europa. Essas repetências absorviam uma parte considerável das verbas despendidas com a educação. A solução era óbvia: realizar um esforço financeiro no sentido de elevar a qualidade do ensino, na certeza de que esse esforço seria a breve trecho compensado pela descida da taxa de repetências. Em vez disso, o que é que se fez? Pressionou-se o professorado no sentido de melhorar artificialmente a imagem do rendimento escolar, empolando a ideia de que a motivação dos alunos para o trabalho dependia essencialmente do professor e obrigando-o, a este, a justificar o rendimento do seu ensino sempre que, no final de cada período, não obtivesse um mínimo de 50 por cento de notas positivas. Esta forma de pressão era particularmente sensível no Ensino Técnico Profissional e, dentro deste, nos cursos de curta duração, destinados a preparar directamente para a vida activa.

Depois do 25 de Abril, verificou-se o fenómeno contrário. As notas subiram sem que o facto fosse acompanhado de uma elevação da qualidade do ensino e, portanto, de uma melhoria real do rendimento escolar. Na origem de tal fenómeno encontram-se formas de pressão cuja análise ainda não foi convenientemente feita em termos de averiguação dos factores intervenientes e respectivas proporções. Não andaremos, porém, muito longe da verdade, ao indicar como principal desses factores a modificação da relação professor-aluno, pela qual, de uma relação autoritária, comandada pelo professor, se passou para uma relação contestatária, comandada pelo aluno. Esta mudança, processada num contexto revolucionário, deu origem a naturais deformações como a que, partindo do princípio de que a relação professor-aluno era uma relação de poder, e de que, em democracia, o poder pertence à maioria, concluiu que era aos alunos que competia mandar nas escolas. Outra deformação foi a que resultou de uma interpretação incorrecta da ideia de liberdade. Entendem hoje, ainda, muitos alunos que a liberdade assegurada pela democracia lhes dá o direito de fazerem o que entendem. Consideram, por exemplo, como uma conquista legítima o «direito» de fumar durante as aulas, esquecendo ou ignorando que o facto de se ter deixado de fumar nos recintos de espectáculos fechados e nos transportes colectivos é que é uma verdadeira conquista, dentro da perspectiva humanista que, na realidade, interessa defender.

No plano do trabalho escolar, o protesto contra «exigências demasiadas», contra os métodos de avaliação utilizados, assim como a reivindicação da dispensa de exame face ao emprego deste como eventual instrumento de selecção, constituem formas de luta que um oportunismo cada vez mais generalizado e inconsciente acabou por estereotipar e esvaziar do seu legítimo conteúdo. Na linha desse oportunismo, geraram-se hábitos, como os de não adquirir material escolar absolutamente indispensável, comparecer aos exercícios sem papel nem caneta, etc.

Estas deformações espontâneas foram e são frequentemente agravadas mediante o seu aproveitamento, designadamente pelos agrupamentos da extrema-esquerda, para fins políticos de arregimentação de adeptos e de perturbação sistemática da vida escolar, como forma de contestação de qualquer poder que não seja o seu.

Enquanto a pressão dos alunos se exerce solidariamente, dentro e fora das salas de aula, a resistência dos professores processa-se, de uma maneira geral, solitariamente e das mais variadas e desencontradas formas, de acordo com o grau da sua formação pedagógica, da sua maturidade profissional, da sua consciência cívica e política e da necessidade psicológica, política e até profissional de obterem a aceitação dos alunos.

A maioria do professorado anterior ao 25 de Abril apoiava-se numa pedagogia de tipo consuetudinário, baseado na reprodução de fórmulas consagradas pelo uso e pelo seu gradual ajustamento ao contexto sociopolítico e aos valores dominantes, que, apesar de absoletos, só eram contestados por uma minoria.

Abalados esses valores pela destruição dos seus fundamentos políticos, toda aquela pedagogia consuetudinária caiu por terra. E, na falta de uma verdadeira pedagogia científica, que permitisse uma reformulação racional da prática pedagógica, trocou-se, facilmente, o autoritarismo pela permissividade, a exigência pela facilitação, a nota baixa pela nota alta, a insolência do professor pela insolência do aluno; isto é, rapidamente se passou de um exagero para outro exagero. É evidente que na base desta mudança de atitude não havia apenas motivações pedagógicas negativas, mas também motivações de ordem política, que iam desde o falso vanguardismo revolucionário até às tentativas de disfarce ou de aceitação, por parte daqueles que estavam comprometidos com o regime anterior. Em relação a estes casos extremos, entre os quais há que incluir os casos de sabotagem política, mais ou menos organizada, não é de excluir que no processo de avaliação, se tenham introduzido distorções mais ou menos profundas.

Pensamos, de qualquer modo, que estes casos extremos são, agora, pouco significativos, do ponto de vista numérico. Na grande maioria dos casos, a forma que assumiu a adaptação dos professores às transformações recentes da sociedade portuguesa não representa nem mais nem menos que a ausência de uma alternativa pedagogicamente válida. Que tem feito o MEIC «constitucional» para fornecer-lhes esta alternativa?

FALTA DE APOIO AOS PROFESSORES

A falta de apoio a que os professores se sentem votados no exercício da sua actividade profissional é particularmente revoltante, na medida em que não dispõem de um Estatuto Profissional que possa servir de guia à sua actuação, nem de informação escrita *acessível* acerca das constantes e por vezes contraditórias alterações com que o MEIC vai empolando, cada vez mais freneticamente, o dispositivo legal do sistema. Nem todas as circulares chegam às Escolas, nem todas as Escolas dispõem de meios para fornecerem exemplares das mesmas aos professores (e elas são tantas, que não há memória que as retenha!). Parece que o MEIC actual se orgulha da sua capacidade de produzir circulares. Melhor seria que se ocupasse em simplificar e racionalizar o sistema.

Na realidade, o professorado sente-se, actualmente, colocado numa «terra de ninguém», entre as exigências de uma legislação caduca ou híbrida e a necessidade de uma redefinição clara da sua função. Mas não se julgue que é possível fazê-lo voltar ao que ele era antes. Torna-se, sim, urgente, definir o seu papel no contexto político do Portugal de hoje e à luz do projecto que nos é proposto pela Constituição da República.

Mas a inflação das notas, que tanto irrita o MEIC, não teve origem apenas nas causas apontadas. Em muitos casos teve origem na necessidade de corrigir situações anómalas, em que a responsabilidade era da própria instituição escolar: casos, por exemplo, de turmas que tiveram, numa dada disciplina, apenas uma hora semanal, quando deveriam ter tido duas; casos, por exemplo, de alunos que, ao longo de dois anos lectivos, só tiveram um período de aulas. Ora, o professor não é só um computador. É também um juiz.

De resto, uma coisa são as notas de 12 e de 14, outra coisa é o critério em que se baseia a dispensa. Com efeito, é possível e legítimo defender o critério da prevalência da última nota (desde que significativa) sobre as anteriores. Se um atleta saltava, há três meses atrás, apenas 1 metro, e agora salta 2, eu não vou avaliar a sua capacidade actual de saltar em função da média entre essas duas marcas, mas em função da última. O exemplo é particularmente pertinente quando se avaliam as capacidades e as atitude e não apenas os chamados conhecimentos adquiridos. Assim, se o professor tem, no fim do ano lectivo, elementos para se convencer de que o aluno merece passar, porque é que o obriga a ir a exame, em nome de uma média que não corresponde ao seu valor actual? Só resta, neste caso, uma solução lógica: elevar a última nota, de maneira a obter a média de dispensa. Não me venham dizer agora que esta doutrina não tem base pedagógica. Nem me venham sequer dizer que ela não tem base legal. Aos esquecidos, convirá ler o despacho do Secretário de Estado da Orientação Pedagógica de 22.2.75, então Rui Grácio: *«...Os alunos são chamados a prestar conta final de aproveitamento do seu trabalho em condições que atendem, flexivelmente, a circunstâncias concretas da aprendizagem verificada.*

Estas medidas de «humanização» e «desdramatização» das provas foram tomadas por iniciativa do próprio MEC, depois, de auscultados os estabelecimentos de ensino. Elas são

Continua na pág. 4

NOTARIADO PORTUGUÊS
Vigésimo Cartório Notarial de Lisboa

a cargo do
Lic. Carlos Maria Chagas

Av. Almirante Reis, número duzentos e dois

Eu, abaixo assinado, ajudante do VIGÉSIMO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA, certifico que a presente fotocópia, composta por cinco folhas utilizadas numa só face, foi extraída do instrumento lavrado no dia seis de Julho do ano corrente, de folhas noventa e quatro verso a folhas noventa e seis do livro de notas número D-cento e noventa e um, deste Cartório, vai conforme ao original e vale como certidão.

Lisboa, dezoito de Julho de mil novecentos e setenta e sete

ajudante

Sociedade

No dia seis de Julho de mil novecentos e setenta e sete, no vigésimo cartório Notarial de Lisboa, a meu cargo, perante mim, Lic. Carlos Maria Chagas, notário, compareceram como outorgantes:

Primeiro — Jeremias dos Santos Monteiro, solteiro, maior, residente na Estrada dos Arneiros, n.º 34-5.º frente, em Lisboa, natural desta cidade de Lisboa.

Segundo — Carlos Alberto Ferreira dos Santos Rosa, residente na Avenida de S. Pedro, lote 01-2.º direito, na Pontinha, Odivelas, Loures, casado com D. Cezarina dos Santos Monteiro Rosa no regime de comunhão de adquiridos, natural de Lisboa.

Terceiro — António dos Santos Monteiro, solteiro, maior, residente na Rua Francisco Xavier, bloco 13, n.º 111 na Pontinha, natural de Odivelas, Loures.

Disseram os outorgantes:

Que constituem entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se há-de reger nos termos dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade girará sob a firma Monteiro, Rosa e Monteiro, Limitada, vai ter a sua sede e estabelecimento na Rua Cristóvão de Figueiredo, número dez-B, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa, e durará por tempo indeterminado, a contar de hoje.

Segundo — O objecto social é a indústria e comércio de móveis, estofos e decorações, ou qualquer outra actividade em que os sócios acordem.

Terceiro — O capital social é de cento e trinta e cinco mil escudos encontra-se integralmente realizado a dinheiro e corresponde a soma das seguintes quotas dos sócios: uma quota de oitenta e cinco mil escudos de Jeremias dos Santos Monteiro, uma quota de trinta mil escudos de Carlos Alberto Ferreira dos Santos Rosa e uma quota de vinte mil escudos de António dos Santos Monteiro.

Quarto — Dependem do consentimento da sociedade as cessões de quotas a estranhos.

Quinto — A gerência da sociedade fica, com dispensa de caução, exclusivamente a cargo do sócio Jeremias dos Santos Monteiro, sendo necessária e suficiente a sua assinatura para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os seus actos e contratos.

Parágrafo único — O gerente poderá delegar os seus poderes e a sociedade fica com a faculdade de constituir mandatários.

Sexto — Quando a lei não exigir outras formalidades e prazos as reuniões de assembleia geral serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência, pelo menos.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo numa certidão comprovativa da exclusividade da firma adoptada.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos bilhetes de identidade n.ºs 1158945, de 14/11/1972, de Lisboa, 4961974, de 17/10/1972, de Lisboa e 6056968, de 21/6/1972, de Lisboa.

Fez-se aos outorgantes, em voz alta e na presença simultânea de todos, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência legal.

Jeremias dos Santos Monteiro
Carlos Alberto Ferreira dos Santos Rosa
António dos Santos Monteiro

O NOTÁRIO

NOVO SERVIÇO

Você e o seu carro no mesmo comboio

Diariamente Lisboa-Porto-Lisboa

Caminhos de Ferro Portugueses

A. C. P. INFORMA

LISBOA—ALGARVE—LISBOA
NOVOS HORÁRIOS
a partir de 29 de Julho

A partir de 29 de Julho:

Novos horários Viagem mais rápida

Mais ligações nos fins de semana

Se vai para o ramal de Tunes-Lagos utilize, às sextas-feiras, o comboio directo com partidas às 19.10 h do Barreiro e chegada a Portimão às 23.38 e Lagos às 24.00 h.

Se vem do ramal de Lagos, aos domingos aproveite o comboio directo que parte de Lagos às 15.55 h., com chegada ao Barreiro às 21.30 h.

CP — Caminhos de Ferro Portugueses

TELEVISORES

de 51 e 61 cms.

DAS MELHORES MARCAS

Grande Campanha de **FÉRIAS,** durante o Mês de **AGOSTO**

6.500$00

e não precisa entregar o seu velho Televisor!

FERREIRA ALVES & ALVES, LDA.

PRAÇA DA FIGUEIRA, 11-3.º, DT.º — LISBOA

EXTERNATO ÁLVARES CABRAL

Preparatório - Liceal - Comercial

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA 1977/78

AVENIDA GRÃO VASCO, 1 — BENFICA
TELEF. 70 69 74/5 - 70 67 51

CASA DOS PNEUS DOS ANJOS

VENDAS E ASSISTÊNCIA

PNEUS NACIONAIS E ESTRANGEIROS
EQUILIBRAGEM DE RODAS ELECTRÓNICA
ALINHAMENTO DE DIRECÇÕES

Rua Antero de Quental, 17-A/B — Telefone 55 73 76 — LISBOA-1

ENSINO PRIMÁRIO

MEIC regulamenta o próximo ano lectivo

. Com o objectivo de garantir o cumprimento integral e efectivo da escolaridade básica a todas as crianças — como consta do preâmbulo do despacho —, o MEIC, através da Secretaria de Estado da Administração Escolar, publicou as normas do funcionamento do Ensino Primário para o ano lectivo de 1977/78, revogando para o efeito a legislação até agora vigente sobre a matéria em referência. Assim, o despacho n.º 96/77, que já seguiu para publicação no «Diário da República», regulamenta o cumprimento da escolaridade obrigatória, a movimentação de docentes, a utilização das instalações, a distribuição dos alunos e os horários.

No que respeita ao cumprimento da escolaridade obrigatória determina o despacho: «O ensino primário será assegurado a todas as crianças com idade dentro dos limites da escolaridade obrigatória, ainda que as matrículas devam considerar-se condicionais relativamente aos estabelecimentos de ensino onde foram feitas, tornando-se apenas definitivas quando estiver realizada a distribuição de alunos, de acordo com o que se estipula neste despacho». Quanto à colocação de professores, determina o texto do MEIC que, em 25 de Agosto, as direcções dos distritos escolares enviarão à Direcção-Geral de Equipamento Escolar informação do total de lugares docentes para afectação às escolas em 1977/78. Depois de iniciado o ano escolar — prossegue o despacho —, a afectação de novos lugares deverá atender às disponibilidades em pessoal docente, dando-se prioridade às zonas rurais e às escolas com maior excedente de alunos.

No capítulo da utilização das instalações, a legislação a que estamos a fazer referência determina: «Quando, na mesma localidade, algumas das instalações existentes não reúnam condições mínimas de natureza higiénico-pedagógicas ou de segurança, deixam de ser utilizadas como salas de aulas, sendo os alunos distribuídos pelas restantes instalações da escola ou escolas existentes na localidade.»

. No que concerne à distribuição de alunos foi alinhado um sistema de prioridades, assim definidos pelo despacho: têm prioridade os alunos que residam na área do estabelecimento, podendo a escola proceder em qualquer momento à respectiva comprovação; que residam fora da área do estabelecimento mas com condicionalismos de ordem familiar, devidamente comprovados; tenham frequentado, com aproveitamento, o estabelecimento de ensino no ano escolar anterior. Dentro de cada uma das prioridades respeitar-se-á ainda a seguinte ordem de preferência: alunos que comportem deficiência física que dificulte a sua deslocação; alunos com irmãos já matriculados no estabelecimento de ensino.

No respeitante a horários, passa a ser para todos os alunos do ensino primário de 22 horas e meia semanais. O regime de horário duplo só é autorizado, quando, por falta de instalações, é completamente impraticável o horário de regime normal. A escola providenciará para que irmãos e vizinhos tenham o mesmo horário.

IPC Pedida homologação da Comissão Administrativa

. Tendo tomado conhecimento da existência de uma proposta de nomeação de uma Comissão Administrativa para o Instituto Português de Cinema, constituída por Alberto Seixas Santos, Duarte Manuel de Vilhena de Gomes Barroso e Luís Vasconcelos Couto, diversos profissionais de cinema acharam por bem solicitar ao Primeiro-Ministro «a sua urgente homologação».

Entre os nomes dessas cineastas sobressaem os de António Reis, Paulo Rocha, João César Monteiro, Luís Filipe Rocha, Eduardo Geada, Manuel de Oliveira, António Pedro Vasconcelos, Margarida Martins Cordeiro, Luis Noronha da Costa, João Botelho, Maria Paula Silva, Oscar Cruz, Jorge Alves da Silva, Celeste Alves da Silva, Francis Silva, José Pedro Andrade dos Santos, Luís Gaspar, Vitório Rego, Amélia Pereira e Manuela de Mello.

Afirmam os mencionados cineastas que agem assim por «os membros dessa Comissão Administrativa merecerem a confiança de considerável número de trabalhadores do sector, nomeadamente no que diz respeito a competência, idoneidade moral e isenção política, qualidades que se nos afiguram fulcrais para res9luções concretas, num momento como o actual, impedindo assim eventuais situações indefinidas e actos autoritários ou levianos».

O MEIC À PROCURA DE BODES EXPIATÓRIOS

Continuação da pág. 3

muito mais importantes do que a alteração dos valores fixados para as médias de dispensa dos exames. Basta reflectir um pouco: ao professor que avalia um aluno importa decidir se lhe parece que sim, ou não, ele merece ser dispensado de exame; tomada a decisão que lhe parecer justa, gradua-o em conformidade; a justiça não depende da escala, mas da utilização que dela se faz.

Será que a irritação do MEIC provém da quase inutilização das oito toneladas de pontos de exame nacionais que resultou da grande quantidade de dispensas havidas? Mas não era preciso ser-se bruxo para fazer essa previsão. Eu próprio a tinha feito recentemente («A Educação democrática em perigo — O bloqueio político do MEIC», pág. 113).

Que pretende o MEIC com os pontos nacionais? Introduzir um inutrumento de detecção da verdade no processo de averiguação do rendimento escolar? Mas quem é que desconhece a verdade, a este respeito? Não serão públicas e notórias as deficiências havidas no funcionamento do sistema, designadamente no que respeita à colocação dos professores? Quanto ao mais, quem é que persiste em pretender ignorar a existência de uma crise no nosso sistema educativo? Quem é que continua a escusar-se a uma análise objectiva dessa crise, com vista a superá-la, preferindo, em vez disso, confundir conjunturas com crimes, e transformar as vítimas daquelas em bodes expiatórios destes?

Há, antes de mais, que reconhecer honestamente a crise, desistindo de tirar dela qualquer espécie de dividendos políticos. Há, depois, que reformular as regras do jogo, em termos muito claros de saber-se se o 25 de Abril possibilitou alguma alternativa ou se se pretende regressar pura e simplesmente ao sistema anterior?

As intenções do MEIC «constitucional» não se nos afiguram claras, a este respeito. A preferência dada ao exame nacional (no ensino secundário) em prejuízo de um plano de recuperação nacional dos alunos (tendo em vista corrigir as lacunas e deficiências da aprendizagem anterior), assim como a tentativa de incriminar os professores por excesso de dispensas, fazem-nos recear o pior.

Em relatório elaborado em Março de 1976 («Educação democrática em perigo — O bloqueio político do MEIC»; pág. 178) informei, a este respeito: «Não fossem as «passagens administrativas» (ano lectivo de 1973/1974) e aquelas que o oportunismo de muitos professores e alunos tornou, embora fraudulentamente, possível (ano lectivo de 1974/1975), estaríamos igualmente postos perante uma gigantesca inflacção de repetências.

«Se esta crise inflaccionária não existe em termos de repetências, existe, porem, e dramaticamente, em termos de aprendizagem bloqueada, resultado não só do tempo real de escolaridade, como da má qualidade de grande parte do ensino ministrado.»

. «Neste caso o tempo não pára também. Os inconvenientes duma aprendizagem viciada podem projectar-se sobre o futuro de algumas gerações, se não forem tomadas medidas urgentes para evitar tal perigo. Caso contrário, mesmo que o problema da colocação dos professores venha a ser resolvido, é todo um sistema educativo que falha. Pensa-se, porventura, em tomar medidas para evitá-lo?» (Ib., pág. 194).

Eu pensava em medidas destinadas não só à elevação da qualidade de ensino, mas também em medidas destinadas à recuperação de alunos portadores de hiatos de aprendizagem gravemente comprometedores do seu aproveitamento subsequente. Nesta perspectiva e na sequência daquele relatório, cheguei mesmo a sugerir a elaboração dum plano de recuperação à escala nacional, destinado aos alunos do ensino secundário.

Mas, evidentemente, uma coisa é um plano de recuperação apostado em ver na juventude deste país um bem que vale a pena defender, fortalecer, valorizar, sem reservas vindicativas nem discriminações sociais, outra coisa é um exame nacional. Nunca nos constou efectivamente, que um exame deste tipo tivesse outro objectivo que não fosse o de seleccionar, ajustando contas com uma preparação anterior, relativamente a cujas condições e eficácia os responsáveis pretendem lavar as mãos, como Pilatos.

Em suma, que será este exame nacional restaurado pelo MEIC? Uma reacção de sadismo, uma crise de humor negro ou uma manifestação típica de *malthusianismo* burguês?

Homicídio no Campo Grande

Um homem identificado como José Jacinto da Silva Rocha, que aparentava 50 anos de idade, foi ontem morto no Campo Grande após uma discussão com Virgílio Ribeiro Perdiz, de 53 anos, caseiro, desempregado.

O homicídio ocorreu às 23 e 45 e, segundo rezam os autos, imediatamente após a vítima ter recomendado ao outro, Virgílio Perdiz, que não dissesse «palavras obscenas». Este último não teria suportado tamanho «insulto» e vibrou a sua navalha no peito de José Rocha, que aparentava 50 anos, já sem vida.

O agente da PSP que deteve o criminoso afirma tê-lo surpreendido em flagrante delito.

Mário Braga director-geral da Divulgação

O escritor Mário Braga será o novo director-geral da Divulgação (Secretaria de Estado da Comunicação Social) em substituição de João Medina que pretende regressar à actividade universitária.

Mário Braga é presidente da Comissão Municipal de Turismo de Coimbra, vereador da Câmara e administrador hospitalar da Maternidade Bissaia Barreto.

Comandante Marques Pinto

Por lapso foi ontem indicado no «D.L.» que o comandante Marques Pinto, ouvido pelo Conselho Superior de Disciplina da Armada, teria como defensor o comandante Luís da Costa Correia. O seu defensor de facto, como aliás noticiámos em tempo, foi o comandante Silva Ribeiro. A retificação aqui fica para intervenientes e leitores.

José Marques Coelho

José Marques Coelho foi a sepultar

Do Hospital de Santa Maria efectuou-se hoje para Meda (Lourosa) o funeral de José Marques Coelho, de 79 anos, que durante quatro décadas foi um dedicado companheiro de trabalho na tipografia do «Diário de Lisboa».

Quando passou à reforma, exercia as funções de chefe da Estereotipia daquele sector do nosso jornal.

Homem de grande correcção, amigo do seu amigo, dando constantes exemplos de brio profissional, José Coelho ficará na memória de todos quantos com ele lidaram.

À família enlutada, apresenta o «Diário de Lisboa» sentidas condolências.

UMA VITÓRIA SOBRE O PASSADO

Portugal forma polícias de Cabo Verde

O ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás, e o embaixador de Cabo Verde em Lisboa, Corsino Fortes, salientaram ontem o espírito de cooperação entre os dois países traduzido desta vez na formação de agentes da Polícia cabo-verdiana na Escola Prática da Polícia de Segurança Pública Portuguesa.

Presidindo à cerimónia de encerramento do estágio em Portugal de 15 elementos da Polícia de Cabo Verde, Costa Brás sublinhou que «é das pequenas coisas que se fazem as coisas grandes e teremos aqui mais um exemplo. Não se destroem com facilidade os laços que mais perduram. O sangue que em muitos existe, a língua e a aproximação dos séculos sobrepor-se-ão sempre às paixões, às divergências do momento ou da época, às diferenciações ideológicas, às conveniências de grupo de maior ou menor amplitude».

Por seu turno, Corsino Fortes, acentuando a cooperação entre os dois países, afirmou que entre um português e um cidadão das jovens Repúblicas africanas de expressão portuguesa o diálogo começa mesmo antes de falarem, porque «há um património que os une, um passado que se projecta para o futuro».

Referindo-se à cooperação entre Portugal e Cabo Verde, Corsino Fortes disse que «quando pensamos que há quatro ou cinco anos as Forças Armadas de Portugal e as do PAIGC se batiam e que hoje se unem para a edificação conjunta do futuro e da formação de homens, sabemos que temos uma vitória sobre o passado e que estamos a construir o futuro».

À cerimónia estiveram presentes, além do ministro da Administração Interna e de Corsino Fortes, o comandante-geral da PSP, general Neves Cardoso, comandante da Escola Prática da PSP, tenente-coronel José Manuel Gonçalves, e ainda Pereira Bastos, do Gabinete para a Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em Outubro, virá frequentar igual estágio na Escola Prática da PSP um novo contingente de agentes da Polícia cabo-verdiana. Entretanto, técnicos e professores portugueses deslocar-se-ão a Cabo Verde para auxiliarem localmente a formação de quadros e de escolas.

Gráficos do Partido Comunista contra a política do Governo

O Organismo dos Trabalhadores da Indústria Gráfica do PCP pronuncia-se, através de um comunicado, sobre a acção desenvolvida pelo PS nomeadamente no que se refere à Reforma Agrária e apela a «todos os militantes comunistas, a todos os trabalhadores do sector, ao povo trabalhador, em geral, para que reforce os laços de unidade em torno da Democracia».

Os trabalhadores comunistas da indústria gráfica denunciam algumas das últimas medidas tomadas pelo Governo contra as liberdades consignadas na Constituição. Referem a censura, na TV, à publicidade ao livro «Sair da Crise» e à Festa do «Avante» que se realiza em Setembro. A censura estendeu-se ainda aos representantes do movimento sindical, aos sindicatos dos trabalhadores agrícolas e às organizações de rendeiros. Por outro lado o Governo segundo o comunicado tem mandado destruir a propaganda contra a Lei Barreto — o que é ilegal. Tem ordenado a detenção e agressão de cidadãos que exercem o seu legítimo direito de expressão livre. Tem permitido a abusiva intromissão em pripriedades tais como Sindicatos e Centros de Trabalho do PCP.

A propósito da discussão da Lei Barreto na Assembleia da República, no comunicado do OTIG afirma-se que houve uma luta acirrada entre os defensores dos grandes exploradores (PPD, CDS, CAP e CIP) e os interesses dos trabalhadores (tendo o PS desempenhado o papel de planeador e executor da política de recuperação agrária que serve as forças da direita.

Acordo adicional com a França sobre segurança social

Um decreto do Ministério dos Negócios Estrangeiros aprova o acordo adicional à Convenção Geral entre Portugal e França sobre Segurança Social, que visa conceder mais direitos aos trabalhadores dos dois países abrangidos por esta disposição.

O acordo implica a revogação ou substituição parcial de algumas cláusulas, particularmente as que se referem às pensões de velhice, ao subsídio de maternidade e ao seguro voluntário.

O decreto respectivo foi publicado no Diário da República», I Série, n.º 177.

JULGAMENTO DE RUI GOMES

Depoimento de perito põe em causa teses da acusação

As teses da acusação foram ontem mais uma vez postas em causa durante o julgamento do estudante antifascista Rui Gomes, através do testemunho de um médico perito que exanimou o réu.

Segundo depoimento do dr. Manuel Pereira Dias, do Instituto de Medicina Legal, os ferimentos causados a Rui Gomes, que a acusação atribui a disparos acidentais de uma pistola-metralhadora FBP durante o assalto ao quartel de Porto Brandão, dificilmente poderiam ter sido causados por aquela arma, que usa munições de 9 mm. Depois de exanimar as cicatrizes provocadas pelos ferimentos, o dr. Pereira Dias afirmou que se inclinava para ferimentos causados por projécteis de 7,62, utilizados pelas espingardas G-3.

Recorde-se que a defesa afirma que Rui Gomes foi ferido durante a manifestação dos deficientes das Forças Armadas, em S. Bento, na altura em que esta foi dissolvida pela intervenção dos «comandos», armados de G-3.

O perito, interrogado pelo tribunal, afirmou também que um dos ferimentos de Rui Gomes fora feito no pé esquerdo, tendo o projéctil entrado pela planta do pé e saído pelo tornozelo.

Este ferimento nunca foi referido pela acusação, que no entanto apresentou como prova uma bota, que pertencia a Rui Gomes, na qual não se encontram os buracos que teriam de ser produzidos pela bala.

O julgamento prossegue na próxima quarta-feira com as alegações da defesa e da acusação.

COMÍCIO NA VOZ DO OPERÁRIO

Entretanto, a Comissão de Luta pela Libertação de Rui Gomes, convocou para a próxima quinta-feira um comício «pela liberdade, contra a repressão, em defesa das conquistas de Abril», que se realizará na Voz do Operário.

Segundo um comunicado divulgado por aquela comissão, à iniciativa aderiram já trabalhadores agrícolas do Alentejo, a Comissão de Luta dos Cantoneiros de Limpeza, jornalistas e artistas progressistas, comissões de trabalhadores e a AEPPA.

NOTA OFICIOSA

Funcionamento dos hotéis

Os ministérios do Comércio e Turismo e do Trabalho divulgaram uma nota oficiosa conjunta sobre possíveis perturbações no funcionamento dos hotéis, durante a época turística. A nota é do seguinte teor:

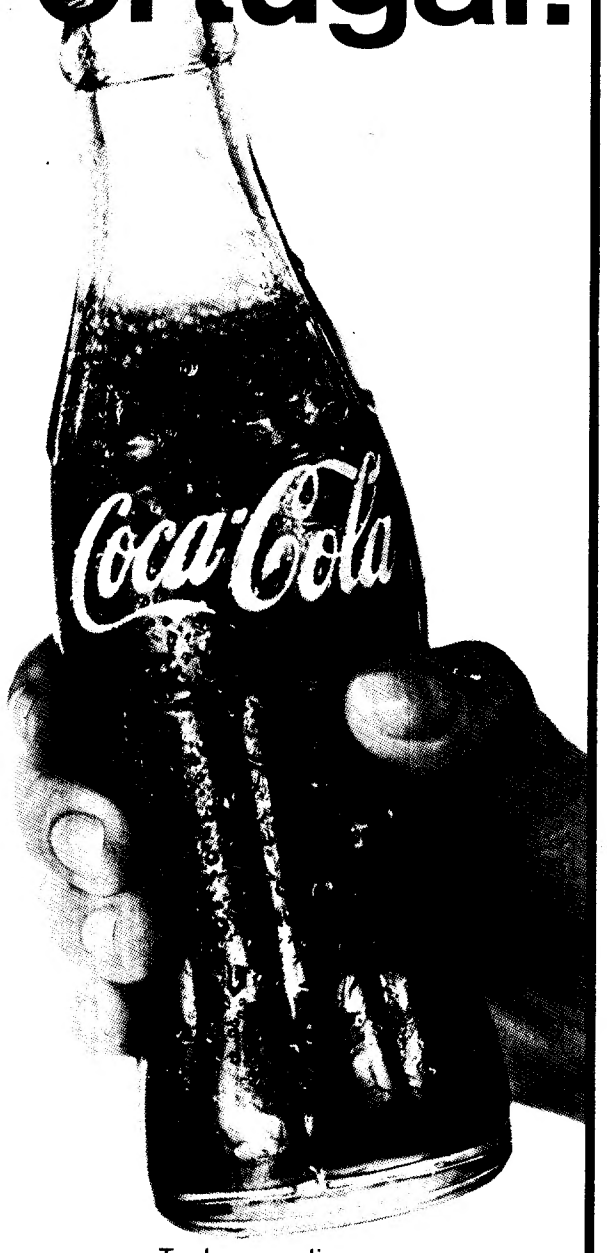
«Está a decorrer a época alta do turismo que contribuirá poderosamente para o equilíbrio da economia nacional.

O governo tem prodigalizado esforços para que o turista encontre no nosso país ambiente de tranquilidade e bom acolhimento.

Infelizmente, aqui e além, despontam condutas reveladoras de um propósito mais dirigido à desestabilização política do que à recuperação económica e ao fortelecimento da democracia portuguesa. Para isso tanto os que avolumam dificuldades pontuais, derivadas de uma intensa procura dos serviços turísticos, como os que ameaçam perturbar o seu funcionamento ou dão pretexto para essa ameaça, merecem a reprovação pública.

O Governo, atento a tais atitudes e propósitos, reafirma a sua determinação em contrariá-los e confia em que todos os que operam neste sector vital da economia nacional, sejam empregados ou empregadores, saberão lúcida e espontaneamente cumprir as suas obrigações, legais ou contratuais, a fim de evitarem situações intoleráveis que, em última análise, a ninguém ou só a poucos aproveitarão»

A tal... agora em Portugal!



Todos os dias,
em 125 países, da Algéria à
Islândia, da Checoslováquia ao Japão,
do Brasil à Bulgária, milhões de pessoas
satisfazem a sede com Coca-Cola.
Deliciosa. Refrescante.
Coca-Cola que os portugueses
esperavam há tanto tempo.
Coca-Cola que finalmente chegou.
Deliciosa e refrescante já está
em Portugal!
Agora já sabe: para matar a sede,
Coca-Cola.

Coca-Cola... a tal!

Beba Coca-Cola MARCA REG.

Coca-Cola é uma marca registada.
Engarrafada em Lisboa pela sociedade portuguesa REFRIGE.

PUBLICIDADE

CIMPOR
Cimentos de Portugal, E.P.
Esclarecimento

1. No final da semana passada a Imprensa noticiou com destaque o requerimento entregue ao Governo pelas Associações das Empresas de Construção Civil e Obras Públicas do Norte e do Sul. Nesse documento, para além de muitos outros factores referidos como causadores da crise em que, na opinião das Associações, se encontra o sector, aponta-se a falta de materiais de construção, nomeadamente o ferro e o cimento. E refere-se concretamente que a CIMPOR está em estado de «progressiva degradação» e «abaixamento de produção».

Como é evidente, não nos cabe a nós responder ao requerimento subscrito pelas Associações dos Industriais e dirigido ao Governo, nem nos cabe pronunciarmo-nos sobre os variados aspectos que nele são focados. Exceptua-se a referência feita à degradação da CIMPOR e ao abaixamento da produção nacional de cimento, que, por não corresponder à verdade, impõe um esclarecimento público. Cresce ainda o facto de, simultaneamente com a difusão da iniciativa das Associações dos Industriais de Construção Civil, terem vindo a público em órgãos da Imprensa, afirmações inteiramente falsas e deturpadas quanto à situação existente em algumas fábricas da CIMPOR, chegando a falar-se de sabotagem!

2. O esclarecimento torna-se indispensável, pois o público tem o direito de conhecer o que se passa nas empresas portuguesas com projecção nacional, a começar pelas que estão nacionalizadas. Aliás, desde a criação da CIMPOR, em Abril de 1976, têm sido regularmente enviados para publicação na Imprensa, elementos estatísticos de produção e vendas de cimento desta empresa pública e da SECIL (empresa mista em que a CIMPOR detém 59 por cento do respectivo capital social), precisamente para contribuir, com objectividade, para a informação de cuja falta todos nos habituamos a queixar-nos. Vamos, pois, aos números e comecemos por uma retrospectiva para poder comparar-se o consumo de cimento no nosso País hoje, com o que existia antes do 25 de Abril; com efeito, é corrente ver referido o ano de 1973 como o máximo da construção civil portuguesa. No que respeita a **consumo de cimento** no mercado interno, os números são os seguintes:

1973	3.250.000 toneladas
1974	3.360.000 toneladas
1975	3.347.000 toneladas
1976	3.843.000 toneladas

Quer isto dizer que o consumo em 1974 foi superior em cerca de 3 por cento ao de 1973; em 1975 houve estagnação (-0,4 por cento) e em 1976 registou-se uma subida espectacular de quase 15 por cento. A subida do consumo de cimento em Portugal em 1976 foi mesmo a maior verificada entre todos os países da Europa Ocidental membros da Associação Europeia Cimento. Em relação ao ano de 1973, o consumo de 1976 representa um aumento de cerca de 18. por cento. Referimos o consumo por ser o elemento mais directamente relacionado com os utilizadores, as produções das fábricas foram praticamente semelhantes aos consumos, pois as variações de «stocks» e os movimentos de exportação e importação têm um significado diminuto face aos valores do consumo interno. Apenas a título informativo registaram-se exportações em 1974 e 1975, respectivamente de 38 e 96 mil toneladas e em 1976 uma exportação de 38 mil e uma importação de 82 mil toneladas, como se vê, números insignificantes quando comparados com os citados atrás.

3. Vamos agora ver o que se passa no ano corrente de 1977. No primeiro semestre o consumo interno atingiu 2.123 mil toneladas e a produção um valor ligeiramente superior, correspondente a aumentos de 13,2 e 13,4 por cento em relação ao primeiro semestre do ano passado. De notar que os aumentos de consumo se deram sobretudo nos meses de Abril, Maio e Junho, uma vez que no primeiro trimestre o consumo foi prejudicado pela forte intensidade e persistência das chuvas verificadas nesse período. A produção, como se disse, acompanhou este aumento sobretudo a partir da nova linha de produção da SECIL que arrancou em fins de Janeiro.

No decorrer do mês de Julho a produção não manteve o ritmo dos meses anteriores devido à paragem, quase simultânea, de dois dos maiores fornos, um na **SECIL** e outro na **CIMPOR** e por a nova linha de produção de Alhandra, inaugurada em 30 de Maio, se encontrar em fase de arranque, o que significa não estar ainda em funcionamento normal. As paragens foram já ultrapassadas e neste momento estão em funcionamento todos os 15 fornos que actualmente compõem o parque cimenteiro nacional. A produção de Julho, de que ainda se não possuem dados estatísticos definitivos, deve ter atingido 355 mil toneladas, o que é ainda superior a igual mês do ano passado, mas ficou aquém das necessidades do consumo neste mês.

As nossas estimativas actuais para o consumo interno de cimento em 1977 apontam para cerca de 4.400.000 toneladas. Tendo em conta as quantidades já consumidas, tal significa que até ao fim do ano serão ainda necessárias 1.922.000 toneladas, ou seja, um pouco menos de 400 mil por mês; espera-se, contudo, que os valores mensais sejam superiores em Agosto, Setembro e Outubro, situando-se à volta de 430.000 toneladas nestes meses. A indústria nacional está em posição de assegurar estes quantitativos, salvo se sobrevier algum incidente de força maior que obviamente escapa a qualquer previsão. Deve ainda salientar-se que, a verificarem-se estes consumos, e tudo leva a crer que sim, o aumento em 1977 relativo a 1976, atingirá 14,5 por cento, ou seja novo aumento percentual muito elevado e semelhante ao verificado no ano transacto. Num produto como o cimento é raro verificarem-se aumentos anuais continuados superiores a 10 por cento; esta foi, aliás, a taxa média de crescimento no período de 1965/73.

4. Todos os esclarecimentos anteriores permitem algumas conclusões que desejamos sublinhar:

a) a produção e o consumo de cimento aumentaram enormemente em 1976 e 1977 (aumentos absolutos nunca antes atingidos) o que significa precisamente o contrário de um abaixamento da produção como afirmado no documento dos industriais da construção civil;

b) Medido pela bitola do consumo de cimento, e esta é uma medida tradicionalmente usada, nunca se construiu tanto em Portugal;

c) Os resultados conseguidos indicam que felizmente, e apesar de inúmeras dificuldades, não se pode falar das cimenteiras como empresas degradadas, a menos que se considere degradada uma empresa pelo facto de ela ser uma empresa pública; mas isso será uma opinião política que nada tem que ver com cimento. Sem negar a existência de problemas internos que ocorrem em todas as unidades empresariais, é para nós reconfortante registar que desde a nacionalização ainda se não verificou praticamente nenhuma paragem por greve e que todos os problemas de relações de trabalho se têm até agora sanado no interior das empresas.

d) Finalmente, afirmamos aos industriais da construção civil que, salvo acidente grave imprevisível, a indústria nacional está em condições de responder à procura de cimento, não havendo razão objectiva para alimentar um estado de espírito de carência que só beneficiará a especulação. Espera-se que este esclarecimento em que pretendemos usar da maior objectividade e serenidade possa contribuir para a necessária informação pública.

Pel'A CIMPOR Cimentos de Portugal, E.P.

De Salazar a Caetano, o cardeal Cerejeira foi sempre um fiel defensor do «Estado Novo»

MORREU O CARDEAL CEREJEIRA
O corpo encontra-se na Sé

. Os restos mortais do cardeal resignatário de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que ontem faleceu na Casa de Retiros do Bom Pastor, Benfica, serão esta tarde transferidos para a Sé onde ficarão até quinta-feira. Apesar de não se conhecer ainda o programa das exéquias, julga-se que o corpo ficará a repousar na Igreja de S. Vicente de Fora.

Com quase 89 anos, a completar no próximo dia 29 de Novembro, o cardeal, depois de três décadas como cardeal-patriarca de Lisboa, renunciou a seu pedido a este cargo, em Junho de 1971, tendo-se retirado para a Casa de Retiros do Bom Pastor, onde veio a falecer.

Na sua mensagem de despedida afirmava: «(...) Não quero tomar posições nem fazer declarações que, olhadas como sensacionais, possam estar em desacordo com a minha vida. Tenho medo de, no final, entrar por um caminho que, de qualquer modo, possa estar em contradições com o meu passado.»

. O passado do cardeal Cerejeira foi considerado como um dos sustentáculos do regime fascista. A Igreja portuguesa, dirigida pelo cardeal Cerejeira acompanhou sempre de perto o poder político-económico. Amigo de Salazar desde os tempos da Faculdade, nunca deixou de o apoiar, mesmo quando declarava que a sua única ambição era «libertar a Igreja portuguesa da política, à qual esteve ligada durante tantos séculos». Mas nos quarenta anos de fascismo essa ligação estreitou-se. «Ajudávamo-nos mutuamente», afirmou numa das suas últimas entrevistas. «Eu lia tudo o que ele escrevia e vice-versa.»

. Natural de Lousado (Famalicão), eleito arcebispo de Mitilene e auxiliar do Patriarcado de Lisboa em 1928, assumiu no ano seguinte, por decisão do Pio XI, o governo da diocese de Lisboa. Pouco tempo depois era nomeado cardeal por aquele mesmo pontífice, cargo que só abandonaria pouco tempo depois da morte de Salazar.

No momento da sua morte encontrava-se presente o cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, e alguns familiares.

De acordo com o ritual, os párocos e capelães do Patriarcado fizeram tocar os sinos de todas as igrejas e capelas públicas depois das dez horas. Com o falecimento do cardeal Cerejeira, desaparece mais uma das figuras poderosas do regime fascista.

CAMPANHA DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA

de 3 em 3 horas morre uma pessoa na estrada

Não queira, você próprio, ser um lugar vazio no seu lar.
Olhe para o relógio.
Neste momento morreu uma pessoa na estrada.
Daqui a três horas outra. E outra e mais outra.
Para que circular seja viver,
viva cumprindo as regras do trânsito.
Evite ultrapassagens perigosas.
Guarde a devida distância do carro da frente.
Respeite os limites de velocidade.

circular é viver

Quando conduzir um veículo pesado e ao aperceber-se de que é seguido por uma fila de carros, encoste-se o mais possível à direita e deixe-os passar.

A sua atitude facilitará a circulação na estrada.

Situação confusa na TAP

● Atrasos mantêm-se

. A informação dada em comunicado, no passado sábado, pela Comissão Directiva da Tap de que a situação nas carreiras dos Transportes Aéreos Portugueses tendia a normalizar-se, foi posta em causa não só pelas posições assumidas publicamente pelos Sindicatos representantes do pessoal navegante da companhia que referem o agravamento da situação depois da requisição civil, como ainda por depoimentos de «candidatos a passageiros» que se encontram à espera de avião e por factos concretos que se prendem com o horário dos aviões TAP.

Com feito, o TP 115 que devia ter partido ontem à noite de Lisboa para Faro, só levantou vôo esta manhã, cerca das 10 e 45. A partida do avião para o Maputo, marcada para a 1 e 30 de hoje, estava prevista para as 17 horas e o avião para o Porto, que devia ter saído às 7 e 10, deverá partir só às 22 e 15. Atrasos excessivos para se considerarem «normais».

Por outro lado, no hotel de Lisboa de apoio aos TAP, encontram-se hospedados grupos de passageiros à espera de vôo para as ilhas ou África. Estava prevista esta manhã a partida de um grupo de 50 pessoas para o Funchal, enquanto outros grupos esperam vez de passagem para Maputo e Luanda. Ontem, dia 1, seguiu para Luanda um grupo de 115 pessoas que estava instalado no referido hotel desde o dia 29.

O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil afirma em comunicado que «os atrasos e cancelamentos de voos são hoje maiores do que nunca, em toda a história da TAP.» O Sindicato, desmentindo o Presidente do Conselho de Gerência, afirma ainda que «a segurança de voo encontra-se efectivamente diminuída, porque se as regras operacionais são as mesmas sempre utilizadas na empresa, nunca os pilotos foram forçados a voar sob a coacção de uma requisição civil, nem a TAP violou, sem o acordo dos pilotos antes desta requisição, as normas legais do Decreto-n.º 31/74 no que respeita a tempos de repouso e trabalho».

A Comissão Directiva constituída por um representante do ministro dos Transportes e o Conselho de Gerência dos TAP (cujo presidente é o dr. Gomes Mota), continua entretanto inacessível aos órgãos de Comunicação Social, remetendo para comunicados em «momento oportuno» o fornecimento dos esclarecimentos que começam a ser urgentes.

Ao que parece, o pessoal navegante cumpre as normas exigidas pela requisição civil, mas continua também a cumprir escrupulosamente as normas operacionais de segurança.

Despedimentos e mais despedimentos devido à política do Governo PS

— acusa a União dos Sindicatos de Coimbra

. «Apoiando-se em volumosos e compretedores empréstimos do capitalismo internacional, adoptando as soluções económicas sugeridas por peritos do imperialismo (FMI), fomentando a recuperação do poder pelas velhas figuras do capital monopolista; acreditando muito mais nos chamados empreendedores do que na vontade e determinação dos trabalhadores portugueses, o Governo do PS está a dar uma clara cobertura à campanha de recuperação capitalista que passa pelo congelamento de salários, pelo aumento do custo de vida, por restrições inconstitucionais aos diréitos dos trabalhadores e suas organizações de classe, por abusos e prepotências patronais e por despedimentos colectivos».

Esta foi uma das conclusões do plenário da União dos Sindicatos de Coimbra, realizado no sábado, cujas conclusões foram agora divulgadas à Imprensa.

Os sindicatos debruçaram-se sobre os reflexos dessa política no distrito de Coimbra, concluindo que são os trabalhadores quem mais sofre as suas consequências.

Exemplificando, a União dos Sindicatos de Coimbra refere os casos mais salientes de despedimentos e repressão patronal.

Assim, na Mondorel foram despedidos 27 trabalhadores após a devolução da empresa à antiga administração, e outros oito estão suspensos.

Na Santix, na sequência de uma greve, foram injusta e ilegalmente despedidos 127 trabalhadores, contra o próprio parecer do Ministério do Trabalho. O caso está longe de ser resolvido, admitindo os sindicatos o recurso às vias judiciais. Não tem fundamento, no entanto, a notícia ontem divulgada por um vespertino, segundo a qual esses 127 trabalhadores teriam assinado um contrato com uma empresa de confecções espanhola: verificaram-se sim alguns casos isolados de emigração para Espanha, para serviços de limpeza, segundo informação que nos foi prestada por um dirigente sindical.

O patrão da Santix mantém a empresa a funcionar com cerca de 50 trabalhadores por ele arregimentados, enquanto continua pendente na Polícia Judiciária uma queixa por «lok-out», que é proibido constitucionalmente.

Na Auto-Vitória, após a entrega da empresa ao antigo patrão os trabalhadores foram afastados na sua totalidade. Trata-se de uma empresa que se encontrava em autogestão e foi recuperada economicamente pelos trabalhadores. «Só a ausência da legislação, que já devia ter sido aprovada, permitiu a devolução aos proprietários que sempre se haviam revelado incapazes de a gerir eficazmente».

Também os trabalhadores da Agfa, «em virtude de uma manobra da gerência da multinacional e em conflito com o Governo — despedimento de 85 trabalhadores, apesar de existir um acordo que a empresa não cumpre no sentido da sua recuperação para o grande capital estrangeiro — se virem também eles lançados no desemprego».

Ainda quanto ao caso da Mondorel, os sindicatos lembram que a falta de apoio técnico e financeiro à intervenção do Estado preparou a «inevitabilidade do regresso do patronato, que fez sabotagem, conduzindo a empresa à situação actual de quase paralisação».

Copam continua paralisada

. Os trabalhadores da Copam-Companhia Portuguesa de Amidos, decidiram em plenário, ontem à tarde, paralisar até à próxima quinta-feira, data em que se realizará novo plenário.

A laboração no entanto manter-se-á nos sectores onde se encontram cerca de trezentas toneladas de matéria-prima que, se não for utilizada, se pode deteriorar. Na próxima quinta-feira, todo este lote deverá estar consumido.

Os trabalhadores em luta, devido ao regresso da ex-administração, têm entretanto recebido manifestações de apoio de outros trabalhadores, nomeadamente das Comissões de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, da Companhia Portuguesa de Trefilaria, da Corame, Luís Pedro Mendonça, Ormis, Faclima e da Assembleia de Freguesia de Sacavém.

Despedimentos na Riopele

. Foram ontem ouvidos pelo juiz, nove trabalhadores da fábrica Riopele, em Pousada de Saramagos, recentemente despedidos depois de suspensos, por terem participado numa greve do sector têxtil.

A presença daqueles trabalhadores junto do juíz do tribunal de trabalho surgiu na sequência de um requerimento feito pelos mesmos, solicitando a suspensão do despedimento.

O juiz terá um mês para se pronunciar sobre os requerimentos feitos.

Patrões da construção civil "declaram" o sector em crise

. O Ministério da Habitação Urbanismo e Construção considera que a construção civil não está em crise mas antes em fase de recuperação, opondo-se assim às Associações dos Industriais da Construção Civil que declararam o sector em crise.

Os industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Sul e do Norte dirigiram ao respectivo Ministério uma exposição requerendo autorização para trabalharem apenas três dias por semana ou, como alternativa, que o sector fosse declarado em crise. Como justificação os industriais referiam «o agravamento do custo dos materiais e as dificuldades na obtenção de crédito». Os industriais informaram ainda que esta tomada de posição poderá ser alterada caso o Estado solucione urgentemente os problemas do sector.

Por sua vez a Associação dos Sindicatos da Construção Civil informou que vai estudar em conjunto com outras organizações sindicais e comissões de trabalhadores a situação do sector que é apresentada no pedido de declaração de crise contido na exposição das associações patronais. A Federação ainda não tomou posição oficial sobre o assunto sabendo-se que o estudo que se propõe realizar visa o relançamento da construção civil que considera em fase de recuperação económica.

Regresso dos "Silvas" à Torralta?

Os trabalhadores comunistas da Torralta denunciam em comunicado dirigido aos trabalhadores da empresa a manobra divisionista que se esconde por trás de uma «proposta» de uma «comissão regional do Porto», relativa ao regresso dos irmãos Silva, antigos proprietários da empresa.

A proposta foi apresentada pela citada comissão em reunião da CN de Investidores, na presença de escassa percentagem de accionistas, estranhando os trabalhadores comunistas que nem os accionistas que trabalham em Alvor tivessem sido convocados para tal reunião.

Defendem estes trabalhadores que a situação económico-financeira da empresa só pode ser ultrapassada de molde a servir os interesses da Economia Nacional com a participação do Estado e que o regresso dos Silvas significa, como antes do 25 de Abril, despedimentos injustos, más condições de vida e de trabalho, salários baixos, permanentes ameaças de desemprego e outras arbitrariedades. Finalmente, os trabalhadores comunistas da Torralta exortam os seus camaradas de trabalho à unidade e mobilização geral em torno de problemas concretos, com vista à resolução e defesa dos interesses de todos.

ACUSAM OS OPERÁRIOS

Manobras de divisão na Grão-Pará da Madeira

. A comissão de trabalhadores da Grão-Pará (Madeira) divulgou junto dos operários da empresa naquela ilha um comunicado em que se insurge contra o facto dos gestores do grupo estarem a privilegiar os trabalhadores da hotelaria em detrimento dos restantes no intuito de «criar ambiguidades e divisões entre os mesmos».

Num encontro realizado no passado dia 22 entre a CT da Grão-Pará (Madeira) e o dr. Castelo Saraiva, gestor nomeado pelo Estado para aquele grupo empresarial, este teria mimoseado os trabalhadores das obras com epítetos tais como «calões» e «chulos», expressões que naturalmente foram consideradas ofensas graves aos operários. Estes, se não estão a produzir, é porque os gestores e o Governo «não criaram as condições necessárias para se conseguirem os reais objectivos».

Entretanto, os operários não receberam ainda os salários de Junho, nem os diversos subsídios em atraso, e recusam-se a recebê-los às prestações, tanto mais que no sector da hotelaria pertencente à empresa os salários referentes àquele mês já foram pagos e na íntegra.

«Os trabalhadores já provaram que são verdadeiros trabalhadores, tanto no campo da produção como no aspecto moral e cívico» — afirma a CT da Madeira — e lamentam ser visados por um dos responsáveis da empresa em termos indignos.

O comunicado da comissão de trabalhadores, por outro lado, responsabiliza o dr. Castelo Saraiva «por tudo o que possa vir a acontecer em virtude de se negar ao diálogo», como aconteceu em recente plenário, a que não foi. Aliás, ainda recentemente recorreu à intervenção de um graduado da PSP para evitar avistar-se com o presidente do Sindicato da Construção Civil do Funchal.

Portaria das lavandarias é arbitrariedade de Gonelha

— afirma o Sindicato dos Têxteis e Vestuário

. Os trabalhadores das tinturarias e lavandarias do sul têm finalmente — e após sete meses de espera — algumas melhorias nas suas condições de trabalho, agora regulamentadas pela Portaria publicada no Boletim do Trabalho e Emprego do passado dia 15 de Julho.

As novas condições de trabalho entraram em vigor no dia 20 de Julho último, mas no que respeita a remuneração de trabalho extraordinário, férias e subsídio de férias, os efeitos são rectroactivos a partir de 1 de Janeiro deste ano.

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios de Vestuário do Sul chama no entanto a atenção dos trabalhadores para o facto de a actual portaria ser «uma mera caricatura da que tinha resultado do Trabalho da Comissão Técnica e que fora votada favoravelmente não só pelo representante dos Sindicatos mas também pelos representantes dos Ministérios do Trabalho, da Indústria e do Comércio Interno», apenas com a oposição dos patrões. «Pelos vistos», prossegue o Sindicato em comunicado, «para o sr. Ministro Gonelha, a opinião dos patrões vale mais que tudo o resto. Só não percebemos para que serviu a Comissão».

Como exemplo das «tendências» do ministro, o Sindicato cita a data para entrada em vigor dos novos salários, que a Comissão decidira ser 1 de Outubro de 76 e que Gonelha alterou para 20 de Julho de 77. «(...) Quanto ganham com isto os patrões? E quanto perdem os trabalhadores?» pergunta o Sindicato.

A Comissão Técnica por outro lado não foi consultada para rever a sua decisão, pelo que «a Portaria agora publicada é o resultado de um acto arbitrário do sr. Ministro Gonelha, pelo qual os Sindicatos não são responsáveis». «A luta continua», exorta o Sindicato dos Têxteis.

NA MEC

Os operários não recebem mas há quem viaje à conta

. Invocando dificuldades financeiras a administração da MEC-Fábrica de Aparelhagem Industrial, de Santa Iria da Azoia, mantêm a empresa a funcionar a um ritmo de laboração extremamente baixo e agrava a dívida que tem para com os seus 340 trabalhadores, a quem não foram pagos os salários de Julho nem os retroactivos referentes a 1975, no montante de quatro mil contos.

Acresce que o pessoal só parcialmente recebeu os subsídios de férias (quatro mil escudos, por conta) e os ordenados de Junho (4.500 escudos). Apesar desta situação, a administração «permite-se pagar uma viagem de avião Londes-Lisboa a um elemento estranho á empresa, que por acaso até é filho dos sócios-gerentes», e prepara-se para pagar o bilhete de regresso à capital britânica, segundo nos informa a comissão de trabalhadores da empresa.

A este respeito, comenta a CT da MEC em comunicado que nos enviou:

. «Mais do que o valor da importância da viagem, e independentemente do argumento de que vai ser lançada na conta corrente do patrão, esta medida demonstra a indiferença, o desprezo, a demagogia de quem se limita a promessas e pede sacrifícios a quem trabalha e não recebe. A comissão de trabalhadores considera uma afronta à dignidade daqueles que tudo têm feito para que a empresa saia da crise, não aceitando mais este acto de prepotência da gerência, que continua a enveredar pela manutenção dos seus antigos privilégios».

Entretanto, a firma está a laborar a 40 por cento do seu ritmo normal, devido a falta de matéria-prima, embora existam encomendas em quantidade satisfatória — segundo informação dos trabalhadores. Estes responsabilizam a administração pela situação criada, e acusam-na de protelar a elaboração de um plano para reorganização da empresa.

PROPOSTAS DO PCP FACE À ACTUAL SITUAÇÃO POLÍTICA

Governo de plataforma ou novas eleições gerais

Álvaro Cunhal durante a conferência de Imprensa realizada ontem nas instalações do Centro de Trabalho da Avenida da Liberdade e durante a qual propôs a realização de novas eleições. À esquerda Sérgio Vilarigues e à direita José Vitoriano, ambos do CC do PCP

Perante a surpresa do grupo de jornalistas que ontem acorreu ao Centro Vitória, à conferência de Imprensa do PCP, Álvaro Cunhal propôs de modo inesperado, na base dos resultados da reunião plenária do Comité Central do seu Partido — como «caminho para uma solução constitucional e democrática» — duas hipóteses de *governo de plataforma «que respeite a Constituição* e faça sair Portugal das dificuldades actuais», ou *novas eleições gerais*, implicando a suspensão pela via constitucional-legal, das leis ultimamente aprovadas, na Assembleia da República, a demissão do Governo actual, a formação de outro que assegure «os negócios correntes» garanta «condições de liberdade e de igualdade aos partidos no processo de novas eleições e a dissolução da Assembleia da República e convocação e realização de eleições no prazo de 90 dias estabelecido na Constituição».

No extenso documento «o PCP perante a nova e perigosa fase da democracia portuguesa», apresentado aos jornalistas e que contém os resultados da reunião do CC, realizada anteontem, domingo, são desenvolvidas as razões da alternativa que o secretário-geral do Partido Comunista explicaria aos representantes da Informação.

Assim, e relativamente à hipótese «governo de plataforma», aponta-se «a gravidade da situação criada no País» e a necessidade de se impedir «os efeitos catastróficos da série de leis aprovadas», ao mesmo tempo que se afirma ter o CC salientado sempre a importância de «um profundo exame conjunto da situação por todas as forças sociais e políticas sem discriminações, interessadas no processo democrático».

A marcação de novas eleições — e o PCP recorda ter considerado, antes, tal hipótese negativa, dado o «perigoso compasso de espera nas actividades governativas» e a possibilidade de uma maioria numérica de deputados do PS e do PCP — surge como alternativa para o Partido Comunista, dada a actual «política do grupo dirigente do PS, ao serviço de capitalistas e agrários, a sua aliança aberta na Assembleia da República com o PPD e o CDS».

Sobre esta hipótese, e considerando que «não há razões para manter a posição anterior» o CC do PCP recorda o que tem ocorrido na Assembleia da República onde «a maioria dos deputados do PS faltaram aos compromissos que assumiram perante o povo e o País e designadamente perante os seus eleitores», salientando, ainda, que as votações aí ocorridas «deixaram de reflectir a vontade e os sentimentos do eleitorado».

GOVERNO PS DESMASCARADO

O extenso documento de 29 páginas que temos vindo a citar divide-se em três partes: I — Nova e Perigosa Fase; II — A Luta do Povo e a Alternativa Democrática; III — O Reforço do Partido, Tarefa do Momento.

Na análise da «nova e perigosa fase», o CC do PCP começa por referir os traços fundamentais da situação designadamente as consequências da «série de leis aprovadas pela aliança PS-PPD-CDS na Assembleia da República»; *ofensiva geral* contra as conquistas da Revolução; *as alianças do governo PS* com a direita, preparando «terreno favorável para uma remodelação do Governo com a formação de um novo Governo com a entrada de gente do PPD e talvez mesmo também mesmo do CDS e, finalmente, a existência, do *movimento operário e popular*, fortemente organizado, contando com um grande e consequente partido político (PCP), com organizações unitárias de classe em que participa a esmagadora maioria dos trabalhadores, apoiado em movimentos e correntes de opinião democrática em que participam milhões de portugueses de todos os quadrantes políticos, incluindo vastos sectores do PS e mesmo da base do PPD».

Tal movimento — sublinha o CC do PCP — «pode fazer frente com êxito à ofensiva do grande capital e dos latifundiários, defender as conquistas da Revolução e o regime democrático e conduzir finalmente a uma alternativa democrática com a formação dum Governo que respeite e cumpra a Constituição».

Ainda na análise da actual situação o PCP acentua que a série de leis aprovadas nas últimas semanas «desmascara definitivamente a natureza de classe da política do Governo PS» que «revela sem sombra de dúvida estar ao serviço do grande capital, dos agrários e do imperialismo contra os trabalhadores e as classes e camadas laboriosas.»

Assinalando que as forças reaccionárias (PPD, CDS, CAP e CIP) «alcançaram sem dúvida uma grande vitória, conseguindo a aprovação de leis que põem em causa as conquistas da Revolução, e que a serem aplicadas lhes permitem *iniciar uma nova fase no processo contra-revolucionário*, não só recuperando parcialmente tais ou tais posições, mas lançando-se à *reconquista do poder económico e político*, o documento do PCP adianta que, «no futuro próximo imediato, o povo e todos os democratas portugueses têm de considerar a *aliança dos dirigentes do PS com as forças do grande capital, dos latifúndios e do imperialismo, como um dado da situação política*».

«OPERAÇÃO GLOBAL»

Referindo-se às citadas leis, aprovadas pela aliança PS-PPD-CDS (delimitação dos sectores público e privado; indemnizações; controlo de gestão; Lei Barreto; Lei do Arrendamento Rural do PPD; Código de Investimentos Estrangeiros) o CC do PCP, frisa que elas «constituem um todo único, visando em violação flagrante da Constituição da República, criar, instrumentos jurídicos para uma *operação global contra as conquistas da Revolução.*»

O documento refere, a propósito, mais em pormenor a *Lei Barreto* «aquela que mais ostensivamente viola a Constituição e mais claramente revela os odiosos objectivos de classe do Governo PS, aliado ao PPD e ao CDS, e salienta que *o Governo PS, ao mesmo tempo que recusou atender uma única das dezenas de emendas propostas pelo PCP* (o Partido que indiscutivelmente pode falar em nome dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária) *chegou a acordos com o PPD e CDS* (que pouco ou nada representam nessa zona) *para agravar ainda mais o projecto.*

Sobre a política que consta de tais leis, o PCP considera-a catastrófica «para as classes laboriosas para o regime democrático, para a economia portuguesa, para a independência nacional» e recorda a recente proposta no sentido de «uma pausa nas transformações estruturais» e duma «plataforma entre as forças sociais e políticas interessadas no processo democrático com vistas à saída da crise», nomeadamente a crise-económico-financeira».

INTERESSE NACIONAL

O documento prossegue, salientando «o facto de, depois de cerca de dois anos de ofensivas da reacção e do Governo contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária e contra o controlo operário, terem fracassado os seus intentos mostra bem que *essas grandes conquistas democráticas correspondem às necessidades objectivas da vida democrática e da economia portuguesa e aos interesses, aspirações e sentimentos do povo português.*

Por isso — sublinha o PCP — *a tentativa de aplicação desta série de leis, violentará de tal forma as realidades económicas, sociais e políticas do Portugal de hoje, provocará tais tensões, prejuízos e conflitos, agravará de tal forma a situação do País que se tornará evidente para a maioria esmagadora dos portugueses e para todos os democratas e patriotas que não só não correspondem aos interesses da democracia e de Portugal, como lhes são frontalmente contrárias.(...) No interesse nacional, dentro dum prazo mais ou menos curto impor-se-á a sua suspensão e a sua revogação.*

LIMITAÇÃO DAS LIBERDADES

A limitação das liberdades é outro dos aspectos desenvolvido na análise da actual situação política, referindo o PCP que, tal como já previra e prevenira, a «limitação das liberdades e medidas repressivas, são inseparáveis da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Citam-se, a propósito, as *limitações à liberdade de reunião* (dificuldades ou recusas quanto a recintos e exigência de prazos de comunicação), à *liberdade de propaganda* (arranque ilegal de dísticos e cartazes, com prisões e agressões), *à liberdade de informação* (monopólio do Governo, censura interna, recusa de direitos de antena e resposta, etc.) e *à lei sobre a greve* que comporta «sérias limitações a esse direito».

«Avançando pelo trilho aberto pelo PS, aliado ao PPD e CDS, fascistas intensificam a sua acção e mostram com descaro os seus objectivos», sublinha mais adiante o CC do PCP, que lembra o facto de «tal como no passado, a propaganda e a actividade fascistas desenvolvem-se tomando como base o anticomunismo».

Além de lançar «um alerta contra os perigos de provocação», desenvolvidos pela campanha anticomunista e pelos pasquins fascistas, o PCP refere os sintomas do recrudescimento da conspiração, provocações e actividade dos fascistas, e reclama dos órgãos do Poder, «que sejam tomadas medidas como manda a Constituição» e, recorda o diploma que o seu grupo parlamentar propôs na Assembleia acerca da interdição das organizações fascistas.

Refere-se, finalmente, a ameaça que paira sobre a independência nacional, através da recuperação capitalista e agrária, do «brutal endividamento externo», da adesão ao Mercado Comum e acentua-se que, em vez, de diversificar as relações externas de Portugal como exige a Constituição e o interesse nacional, o Governo PS tem prejudicado gravemente as nossas relações com os novos países independentes africanos, de língua portuguesa e com os países árabes, e obstruído o desenvolvimento, altamente favorável ao nosso povo, das relações comerciais e de cooperação com os países socialistas».

ACÇÕES DE MASSAS DIRECÇÃO ESSENCIAL

No II ponto, «a luta do povo e a alternativa democrática», o CC do PCP começa por lembrar «o desacordo, a oposição, a indignação e os protestos dos trabalhadores e amplas massas da população», contra a política do Governo PS aliado à direita. Recorda o 1.º de Maio, as manifestações de 22 de Junho, e «numerosas outras grandiosas manifestações, concentrações e iniciativas de massas e paralisações e greves com elevado grau de adesão, e conclui que «nenhuma política democrática pode ser realizada contra os trabalhadores e contra as massas populares».

Insistindo no facto de que «continuará a agir no quadro das instituições e no uso das liberdades e direitos que a Constituição confere aos cidadãos portugueses», o PCP considera que *não renunciará a nenhuma das liberdades e a nenhum dos direitos nela consignados* e assinala que a *aliança PSP-PPD-CDS e toda a reacção só recuarão na medida em que sintam que lhes falta o apoio para a sua política, que o povo se volta contra ela, que mesmo em zonas e sectores até hoje sob a sua influência, alastra a indignação e protesto.*

Como «direcções concretas de luta» e para a defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, o PCP sublinha a necessidade de se prosseguir a luta contra o descongelamento da contratação colectiva, contra a subida do custo de vida, e a diminuição dos salários reais, pela defesa do emprego, contra o desemprego e os despedimentos, pela defesa das liberdades sindicais, contra as violências e represálias do patronato reaccionário, contra as ingerências do Governo nas organizações dos trabalhadores.

«Para a defesa da Reforma Agrária — salienta o CC do PCP — é necessário continuar sempre e infatigavelmente a luta contra a monstruosa «Lei Barreto», através, nomeadamente, de diligências junto dos órgãos de soberania, amplas concentrações, manifestações e protestos.

A defesa das nacionalizações, das empresas intervencionadas, do controlo operário, das liberdades através «da solidariedade activa e pronta entre todas as classes e sectores atingidos pela recuperação capitalista, agrária e imperialista é uma necessidade da hora presente» — salienta ainda o PCP, que apela ao reforço e alargamento dos laços de cooperação e interajuda, e promoção de amplas iniciativas unitárias.

A importância da «continuação do reforço do movimento sindical unitário pela atracção, à CGTP-IN, de sindicatos ainda nela não filiados e de sindicalistas que ainda revelem preconceitos em relação à unidade e à Intersindical» é outra das metas apontadas pelo PCP, que apela ainda ao «abandono do sectarismo» e à necessidade de reforçar o «espírito fraternal de classe».

CONTRA O SECTARISMO

No tocante à unidade de sectores políticos, o PCP refere, para defesa das conquistas da Revolução, a exigência de «alargamento das forças de oposição à recuperação capitalista, agrária e imperialista e à tentativa de restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários» e aponta a todas as organizações a «promoção no âmbito da sua actividade de iniciativas abertas, reuniões e encontros informais com democratas de outros partidos e tendências, designadamente com socialistas», para troca de impressões sobre a situação política e os perigos do fascismo, para o exame conjunto de problemas de interesse comum, para iniciativas comuns e acções comuns.

A «necessidade das organizações do Partido actuarem sem qualquer sectarismo, realmente abertas ao diálogo, ouvindo com atenção as ideias, propostas e sugestões de outros democratas», é outro aspecto salientado no documento do CC do PCP.

Sobre as Forças Armadas o PCP sublinha que a atitude do Partido «não sofre qualquer alteração na situação actual», frisando que «a unidade e estabilidade das Forças Armadas na base do respeito da Constituição para a defesa do regime democrático e da independência nacional é um factor da mais alta importância na situação política actual». Considera ainda que «é a reacção que conduz insistentemente campanhas contra militares, procurando uma desestabilização que conduza ao afastamento dos militares de Abril e ao avanço de elementos reaccionários».

CAMPANHA DE RECRUTAMENTO

Antes de avançar com a alternativa ou de uma plataforma ou novas eleições gerais, o PCP, chama a atenção para a aliança directa e pública do PS com o PPD, e por intermédio deste com o CDS, como preparando *a formação dum novo Governo, com a entrada ostensiva ou encapotada de gente do PPD e do CDS, tanto no Governo como em altos lugares no aparelho de Estado.*

Finalmente, e depois de apontar como soluções, ou o Governo de plataforma ou novas eleições, o documento do CC aponta como tarefa de momento o «reforço do Partido», dado ser «o único dos grandes partidos que defende consequentemente os interesses dos trabalhadores e das camadas laboriosas, as liberdades, as conquistas da Revolução, o regime democrático, a independência nacional».

Assim, é dado o nome de «Promoção das Conquistas de Abril», à campanha de recrutamento lançada a partir de ontem, «tendo como objectivo o recrutamento de mais 10 mil membros do Partido até ao fim do ano».

Intensificação da acção de esclarecimento, informação e propaganda do Partido, a importância da Festa do «Avante» (a 9, 10 e 11 de Setembro) e a necessidade do desenvolvimento do trabalho ideológico, são outras das direcções apontadas pelo PCP aos seus militantes.

A VIDA MOSTRARÁ

«A vida mostrará — conclui o documento do CC do PCP — que, para a recuperação económica, para a salvaguarda e a construção da democracia, para a defesa da independência nacional, os trabalhadores e o seu Partido — o PCP constituem uma força indispensável no quadro duma larga frente de forças sociais e políticas interessadas no prosseguimento do processo democrático, e na construção dum Portugal livre, democrático e independente.

O caminho da democracia é difícil e acidentado. A causa do Povo e da Pátria triunfará».

O escudo em risco de nova desvalorização

Sousa Gomes, ministro do Plano, afirmou ontem a um matutino que a situação das reservas cambiais continua a ser preocupante, admitindo que o Governo esteja a preparar novo «pacote» de medidas económicas complementares das que foram tomadas em 25 de Fevereiro passado.

Entretanto, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, num comunicado sobre o aumento do custo de vida, incomportável para a grande maioria de trabalhadores e reformados, refere que a inflação deste ano atingirá 47 por cento.

Por outro lado, circulam rumores sobre a possibilidade, no âmbito do prosseguimento das medidas de 25 de Fevereiro, de nova desvalorização do escudo ainda este mês.

De acordo com os aludidos rumores, essa medida seria uma condição preliminar às negociações de Setembro com o Fundo Monetário Internacional, das quais sairão as «medidas de estabilização» da economia portuguesa preconizada pelo FMI.

EM MORA

Entrega de reserva põe em risco vida da UCP do Reguengo

. Os trabalhadores da Unidade Colectiva de Produção do Reguengo, freguesia de Cabeção, concelho de Mora, foram noticiados pelo MAP no sentido de procederem à entrega de uma reserva, à agrária Maria de Fátima Valente, amanhã, às 9 horas.

Os trabalhadores, no entanto, contestam a decisão do Ministério da Agricultura e Pescas argumentando que esta reserva implica a destruição da UCP. Amputada da melhor terra de regadio, privada da sua sede social, das instalações para o gado suíno, das máquinas das alfaias e celeiros, a UCP do Reguengo não pode sobreviver. Como consequência imediata, no caso de se concretizar a entrega de reserva, cerca de 20 trabalhadores são atirados para o desemprego. Depois como pode a UCP trabalhar a terra que o ministro lhe deixar, se ela é de péssima qualidade, servindo apenas para a pastorícia?

. Os trabalhadores da UCP do Reguengo, na altura do pedido de reserva formulado pelo agrário, tinham enviado ofício ao CGT do Vale do Sorraia a mostrar precisamente que a viabilidade económica da UCP era incompatível com a entrega da terra. Também denunciaram a situação na Imprensa. Quanto à resposta daquele organismo estatal os trabalhadores não a tiveram em conta visto que nela se propunha que fosse a UCP a demarcar a área a conceder ao reservatório. Os trabalhadores recusaram e defendem os princípios consagrados na Constituição:» de que a terra é para quem a trabalha e não para os absentistas do nosso povo», afirmaram num comunicado. No documento de contestação à reserva os trabalhadores manifestam-se na disposição de não aceitar «esta medida reaccionária do MAP que pretende destruir a UCP e lançar na miséria alguns dos nossos camaradas».

Devoluções e expropriações ordenadas pelo MAP

. Um despacho do MAP determinou a anulação de uma área expropriada no total de 718 hectares equivalentes a quase 93 mil pontos, incluindo as seguintes propriedades: Santa Catarina e Carradas de Baixo, situadas no Alondroal e Vila Viçosa e Lameiras, em Gavião.

Por outro lado o MAP ordenou a expropriação de 1.711,6500 hectares de terra o que abrange diversas herdades dos agrários Antônio Morais Janes, Joaquim Inácio Freixo e Maria Júlia Freixo, espalhadas pelos concelhos de Borba, Reguengos e Monsaraz e Viana do Alentejo.

Os rendeiros das Beiras continuam a sua luta

. Reunidos num encontro em Coimbra promovido pelo MARN (Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte) das Beiras, rendeiros manifestaram-se contra os projectos de lei do Arrendamento Rural aprovados na Assembleia da República.

Consideram que a obrigatoriedade do contrato a escrito abrangendo apenas as propriedades com mais de dois hectares vem afectar milhares de agricultores que trabalham terra de dimensão reduzida. E afirmaram mais uma vez que estão dispostos a continuar a lutar pelos seus direitos.

ESTA MADRUGADA, NO FUNCHAL

Fogo posto no automóvel de um deputado do PS

. FUNCHAL, 2 — Um automóvel «BMW» pertencente ao deputado socialista Emanuel Vasconcelos Jardim Fernandes foi esta madrugada pasto de chamas, na sequência de um atentado. Este crime de fogo posto ocorreu por volta das duas da manhã, portanto 23 horas depois de um outro atentado que destruiu completamente o carro da professora Natália Azeredo Pais, tida por afecta ao PCP.

A viatura do deputado do PS encontrava-se estacionada numa garagem interior da sua residência, no Beco do Lagar, n.º 4, ao Caminho do Palheiro. A acção terrorista verificou-se cerca de uma hora depois do proprietário do carro ter chegado a casa.

Após mais de seis dezenas de atentados deste tipo na Madeira, os bombistas vêm aperfeiçoando a técnica de forma a não deixarem vestígios: as habituais latas são agora substituídas por vasilhas de plástico, e foi já com o novo processo que lançaram fogo ao automóvel da professora, ontem, e ao do deputado, esta madrugada.

Entretanto, e segundo um porta-voz da Polícia Judiciária local, os atentados prosseguirão enquanto os legisladores não fizerem sair uma lei que classifique estes crimes como actos de terrorismo. O que se passa — acrescentou a mesma fonte de informação — é que tais casos são considerados apenas «danos sobre a propriedade privada» e, sendo assim, uma eventual punição não excederia os seis meses de cadeia. Por outro lado, a «suspeita» não é motivo suficiente para deter um indivíduo, circunstância que tem jogado a favor dos incendiários.

Um facto evidente: os alvos terroristas são os carros de cidadãos conhecidos pelas suas posições progressistas, destacando-se entre as vítimas os simpatizantes ou militantes do PS e do PCP.

Assembleia da República reúne até 10 de Agosto

. A Assembleia da República vai funcionar em regime extraordinário até ao próximo dia 10, por decisão ontem tomada na reunião dos presidentes dos grupos parlamentares com o dr. António Arnaut, presidente em exercício.

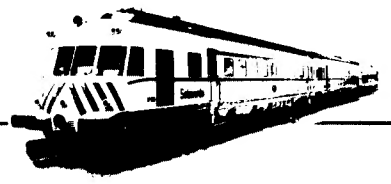
O plenário reunirá nos dias 9 e 10, para proceder à votação e discussão das autorizações legislativas, à votação final das Leis da Reforma Agrária, do Arrendamento Rural, do ensino da língua e difusão da cultura portuguesa no estrangeiro, à ratificação do decreto-lei sobre o conceito de desalojado e à eleição do Conselho Nacional do Plano.

agora o
Algarve
está mais perto de
Lisboa

SOTAVENTO
3,30 h de viagem!
do coração do Algarve

Tempos de viagem até ao Barreiro:

– de Albufeira	– 3 horas 31 minutos
– de Faro	– 4 horas 05 minutos
– de Portimão	– 4 horas 27 minutos



O Sotavento que parte de Faro às 19,55 horas tem ligação de V.R. de Sto. António às 18,45 horas e de Lagos às 19,10 horas, chegando ao Barreiro às 24,00 horas. O comboio automotor Sotavento só tem primeira classe.

Caminhos de Ferro Portugueses

o prazer de viajar... novamente!

HORA CP077

5ª feira "anda a roda"

LOTARIA DAS
FÉRIAS GRANDES

EUA

Trinta e seis milhões para novas armas

. O presidente Carter assinou ontem legislação que autoriza o dispêndio de 36,1 milhões de dólares em armas, incluindo cinco dos controversos bombardeiros supersónicos «B-1».

Recentemente o presidente decidiu-se contra a produção total do «B-1», preferindo acelerar o desenvolvimento do míssil «Cruise».

A quantia autorizada abrange a compra de armas juntamente com a pesquisa e desenvolvimento de novas armas.

Por outro lado Carter enfrenta hoje o primeiro grande desafio do Congresso aos seus planos para um programa de poupança de energia, destinado a reduzir o consumo de petróleo estrangeiro.

Líderes democratas do Congresso afirmaram esperar anular desafios do Partido Republicano na Câmara dos Representantes às medidas de economia do presidente.

Republicanos planeiam apresentar uma emenda importante que acabaria com todos os controlos de preços nas vendas de gás natural.

Carter apoia uma lei que manteria os preços limites do gás natural, mas permitiria que os custos aumentassem de 1,45 para 1,75 dólares por 28 metros cúbicos nas vendas de gás natural descoberto recentemente.

Entretanto, uma Comissão do Congresso deu os primeiros passos para acabar com a era dos grandes automóveis que gastam muita gasolina.

A Comissão de Energia do Senado deliberou ontem, por dez contra seis votos, fixar um limite mínimo de consumo de carburante de um litro por sete quilómetros para todos os carros fabricados em 1980, elevando para um litro por nove quilómetros por litro o limite para os automóveis fabricados em 1985 e depois.

Os fabricantes seriam condenados em multas até 10.000 dólares por cada carro que produzissem que não satisfizesse esses requisitos.

Por fim, soube-se de fonte oficial em Washington que 831 membros e antigos membros da Câmara dos Representantes aceitaram responder a um inquérito oficial às «lubas» que teria distribuído um agente sul-coreano a parlamentares americanos.

Tong Sun Park, homem de negócios sul-coreano, é a personagem-chave do inquérito, é suspeito de ter entregue «envelopes» a deputados americanos, quando se ocupava oficialmente em Washington da venda de arroz americano à Coreia do Sul.

Soldados etíopes desfilam, sob um retrato de Engels, preparando-se para o combate com as tropas somalis. O conflito prossegue, entretanto, havendo informações de que guerrilheiros somalis conquistaram localidades estratégicas na zona desértica de Ogaden, e abriram caminho para a capital etíope, Adis Abeba. Segundo as mesmas notícias, as cidades de Aisha e Aidora caíram em poder dos guerrilheiros. Num comentário sobre o conflito, o jornal soviético «Izvestia» acusou ontem os «imperialistas americanos» de quererem desmembrar a Etiópia» utilizando o separatismo e a reacção árabe. Assinale-se que a Etiópia e a Líbia, dois Estados anti-imperialistas da África Setentrional, estão a ser envolvidas em conflitos armados claramente destinados a pôr termo à vigência dos regimes no poder.
(Foto Keystone)

MÉDIO ORIENTE

Palestinianos apelam para a unidade árabe

. O Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina (OLP) terminou na noite de ontem em Beirute dois dias de reuniões sobre «a situação no Médio Oriente», tendo apelado para um «encontro árabe de alto nível»; para decidir uma política unificada na «questão palestiniana de importância central» para qualquer acordo sobre o Médio Oriente.

O comité avisou os Estados Árabes contra o que designou como «manobras norte-americanas-israelitas para impor uma paz israelita» na região e «dividir os árabes».

Num comunicado ontem distribuído, o Comité Executivo reafirmou o direito da OLP como o único e legítimo representante do povo palestiniano e a determinação solene contra qualquer acordo que possa «enganar» a OLP ou «sabotar» as exigências de um Estado palestiniano independente.

Na parte final do comunicado de três páginas, a OLP dirigiu-se ao povo palestiniano com uma chamada para «uma escalada da luta armada» contra Israel.

Enquanto isto, o secretário norte-americano de Estado, Cyrus Vance, tratou hoje com os dirigentes egípcios de um exame pormenorizado das ideias dos Estados Unidos quanto a um acordo para a paz no Médio Oriente.

Vance, que chegou ontem a Alexandria na primeira etapa de uma viagem pelo Médio Oriente, foi recebido pelo presidente Anwar Sadat de uma maneira expansiva.

Sadat e Vance dão hoje à noite uma conferência de Imprensa conjunta, a transmitir pela televisão egípcia.

Ontem, depois de uma reunião de 80 minutos com os respectivos colaboradores, o presidente egípcio e o secretário de Estado visitante reuniram-se a sós durante mais uma hora e 40 minutos.

Hoje, logo de manhã, Vance começou a conferenciar com o ministro egípcio dos Negócios Estrangeiros, Ismail Fahmi.

O secretário de Estado deve deixar amanhã, Alexandria para uma breve escala no Líbano, de onde vai à Síria, para conversações com o presidente Hafez Assad.

Os jornalistas que viajaram no avião que trouxe Vance até ao Egipto foram informados de que o visitante tenciona concentrar-se no processo de promoção da paz e que o problema mais importante é o da representação dos palestinianos na conferência a reunir em Genebra.

Do lado egípcio, afirmam que Sadat preferiria uma delegação da Organização de Libertação da Palestina (OLP), mas que, se isso for impossível, como é quase certo que o será aceitará que a OLP se integre numa única delegação de todos os árabes.

Juristas denunciam tortura em Israel

. Um grupo de juristas americanos afirmou na segunda-feira em Nova Iorque que os serviços de segurança israelita utilizam a tortura para arrancar confissões aos prisioneiros árabes dos territórios ocupados.

O grupo de dez juristas, conduzido pelo professor John Quigley, da Universidade do Estado de Ohio, fez uma vista de três semanas à Jordânia, ao Líbano e a Israel.

Citando dois juristas israelitas, que representavam os prisioneiros árabes, e cinco antigos detidos árabes dos territórios ocupados com quem puderam encontrar-se, Quigley declarou que vários casos de tortura lhe tinham sido assinalados.

A justiça militar israelita não oferece qualquer garantia contra os abusos, tais como a tortura, acrescentou Quigley. É assim, explicou, que o advogado de defesa não pode estar presente aos interrogatórios e que as deposições são redigidas em hebreu, língua que a maior parte dos prisioneiros não compreende. As confissões, mesmo que não sejam acompanhadas de nenhuma prova, são suficientes para levar à condenação.

Durante a sua estadia em Israel, indicou Quigley, os juristas viram-se impedidos por diversas vezes de visitar prisões, visto não lhes serem concedidas licenças para tal.

Partidos republicanos legalizados em Espanha

. Dois partidos republicanos foram legalizados na segunda-feira pelo Governo espanhol.

Trata-se da Acção Republicana Democrática Espanhola (ARDE) e da Esquerda Republicana, que conta com um deputado no Congresso.

É a primeira vez, desde a guerra civil, que são legalizados os partidos expressamente republicanos. Outras organizações de esquerda preconizaram igualmente o sistema republicano, mas não fazem dele o fundamento dos seus programas.

. . Entretanto, a greve que se verifica em Espanha nos transportes rodoviários intensificou-se, passando a efectivar sete províncias e cerca de cinco mil trabalhadores.

Os grevistas solicitam um aumento de tarifas e exigem a supressão da taxa que têm de pagar à RENFE (caminhos-de-ferro espanhóis) pela concorrência que lhe fazem.

Os camionistas pedem também a supressão dos impostos municipais argumentando que em muitas cidades os camiões estão proíbidos de circular na zona urbana.

A Federação Nacional dos Transportadores de Mercadorias por Estrada negou, entretanto, qualquer participação neste movimento grevista.

Entretanto, as Cortes escolheram hoje uma comissão de sete elementos encarregada de redigir a nova Constituição, a qual será submetida a referendo, provavelmente ainda este ano.

A comissão inclui três membros da União do Centro Democrático, um socialista, um comunista, um membro da Aliança Popular e um representante das minorias basca e catalã.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti Prensa Latina e Reuter

TELEX TELEX TELEX TELEX TELEX

. COREIA — A Coreia do Sul recusou-se ontem a reconhecer as zonas militar e económica decretadas pela Coreia do Norte para as suas águas. O Comando das Nações Unidas, dirigido pelos Estados Unidos, também rejeitou a proclamação pela Coreia do Norte de uma fronteira militar marítima. Entretanto, a Coreia do Sul enviou hoje um barco de passageiros, com escolta da Armada, até uma ilha sul-coreana situada apenas a 10 milhas do litoral norte-coreano. O barco leva 465 passageiros e procura experimentar como é que a Coreia do Norte defenderá as suas recentes decisões.

CHINA — Huang Ke-cheng, antigo chefe do Estado-Maior do Exército Popular de Libertação, que fora demitido das suas funções aquando da Revolução Cultural, foi reabilitado, revela a Rádio de Pequim captada em Tóquio. Por outro lado, a China poderá experimentar um míssil continental de 11 a 13 mil quilómetros de alcance, durante as comemorações do 50.º aniversário do ELP.

ALI BHUTTO — Milhares de militantes do «Partido do Povo Paquistanês» (PPP) fizeram ontem uma recepção triunfal a Zulfikar Ali Bhutto, pela sua primeira visita a esta cidade, desde que foi derrubado por um golpe de Estado militar em 5 de Julho. Numa entrevista, o ex-primeiro-ministro congratulou-se com a recepção, mas esclareceu que a manifestação de apoio popular não o decidira na verdade ainda a tomar parte nas próximas eleições de Outubro. «As eleições são um assunto secundário, disse, o que conta é que o edifício que construiu o Paquistão, se encontra actualmente em ruínas e já não sei se terei forças para reunir os pedaços para a reconstruir». A participação do PPP e de Bhutto nas eleições encontra-se, portanto, mais problemática do que nunca. O antigo primeiro-ministro deu a si próprio três dias para tomar uma decisão, com a ajuda do Comité Executivo do partido.

ASEAN — Responsáveis pelo sector económico dos cinco países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) iniciaram hoje em Kuala Lumpur (Malásia) — os debates sobre a exploração de melhores formas de promover a cooperação económa entre si. A reunião, em que participam delegados da Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia, tem como ponto principal de debate a finalização de cinco importantes projectos industriais na área, que ao que consta passa por dificuldades.

ASSASSINO — Uma jovem de 20 anos, faleceu com uma bala no crânio sendo a 13.ª vítima do assassino psicopata «Son of Sam», que vem aterrorizando pares de namorados em Nova Iorque, há um ano.

PRISÃO — A polícia da RFA anunciou ter detido uma jovem de 23 anos supostamente envolvida no assassínio do banqueiro Juergen Ponto. A sede da Polícia Criminal Federal informou de que Eleonara Maria Poensgen fora detida em Francfort, a cerca de 20 minutos de automóvel do local do assassínio.

Morreu Gary Powers

Gay Powers, o ex-agente da CIA que em Maio de 1960 foi capturado em território soviético, quando pilotava um avião secreto de espionagem, U-2, faleceu ontem, vítima dum acidente de helicóptero.

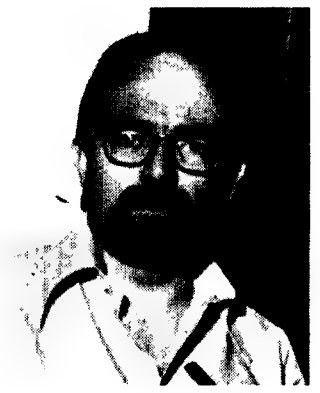
O avião U-2, construído pela Lockheed, evoluia, aquando da sua intercepção por um míssil soviético, a 25 mil metros de altitude. Era considerado invulnerável e os peritos afirmavam que a URSS não dispunha de meios para o atingir a tal altitude. A captura de Gay Powers causou sérios embaracos nos EUA, levando à anulação da projectada «cimeira» de Paris entre o general De Gaulle, presidente francês, Eisenhower, presidente dos EUA, e Nikita Krutchev, secretário-geral do PC da URSS. Convencido de que o U-2 havia ficado totalmente destruído, Eisenhower apresentou-se o desmentir que o aparelho efectuasse uma missão de espionagem. Mas os soviéticos puderam demonstrar de forma cabal que o presidente dos EUA. mentia.

Depois dum julgamento muito falado, Gay Powers foi condenado a longa pena de prisão, mas os soviéticos libertaram-no em 1962. Chegado aos EUA, Powers deparou com a hostilidade de grupos extremistas, que o consideraram um traidor por não se ter suicidado e ter prestado declarações aos seus captores. A CIA não tardou a despedi-lo. A Lockheed empregou-o então como piloto de ensaio para aperfeiçoamento do U-2, mas acabou por o despedir, sob pressão da CIA. Ultimamente Powers empregou-se numa cadeia de TV como piloto de helicóptero e repórter. Foi nessa tarefa que veio a morrer, quando o aparelho que tripulava de despenhou por ocasião da filmagem dum incêndio nas florestas de Hollywood.

Crítica de Música

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

Duas concepções de direcção



Álvaro Salazar

Silva Pereira

. Entre o texto escrito na pauta e a substância de uma obra musical tal como ela nos é fornecida através da **performance** de qualquer executante ou grupo de executantes intercede a distância suficiente para permitir várias interpretações diferentes, igualmente legítimas, igualmente **musicais**.

Logo a componente **tempo**, por exemplo, é susceptível de grandes oscilações, mesmo quando o compositor indica à cabeça de cada andamento aquele numerozinho cabalístico, referido à «unidade de conta» escolhida (mínima, semínima, colcheia, etc.), que, em princípio, serviria para fixar com rigor a «velocidade» do batimento do compasso de acordo com a tabela do metrónomo de Maelzel, dedicatário da Oitava Sinfonia de Beethoven. O autor de «Fidelio» foi, aliás, o primeiro a tirar partido do invento. Antes, os compositores dispunham apenas de indicações mais ou menos indeterminadas, provenientes da tradição italiana, generalizada a todos os países: **Prestissimo, Presto** (graus da velocidade máxima), **Allegro, Allegro ma non troppo, Allegretto** (graus de um andamento vivo), **Andante, Andantino** (o passo médio, próximo da pulsação cadíaca normal), **Adagio, Adagio Molto** (andamentos lentos), **Larghetto, Largo** (variantes da velocidade mínima), entre outras indicações intermédias ou sinonimas. As expressões não eram tão vagas como à primeira vista pode parecer: havia uma tradição de **performance** que dava o sentido da medida, que reduzia os limites da «oscilação» permitida ao intérprete. Depois, certos adjectivos de carácter expressivo, adicionados à «medida» básica, ajudavam a precisar melhor os deseios do autor: **Allegros Trepitoso. Andante maestroso, Adagio lamentoso** dão tendencialmente uma informação mais rica acerca do andamento (por influência do factor expressivo) do que as mesmas indicações não adjectivadas...

Além disso, o metrónomo de Maelzel não veio anular a função dessas indicações, que continuaram a ser utilizadas cumultivamente , muitas vezes traduzidas por expressões equivalentes das línguas nacionais dos compositores (encontramos casos desses, por exemplo, em Mahler, em Debussy ou em Luís de Freitas Branco).

Logo que apareceu aquele aparelho, Beethoven quis aproveitá-lo, para fixar tão rigorosamente quanto possível o seu pensamento, e «metronomizou» um número considerável das suas obras.

Mesmo assim, isso não evitou que na Nona Sinfonia — para citar um único exemplo — as variações de concepção interpretativa quanto aos tempos continuem a ser de tal ordem que podem cifrar-se em quase meia hora de diferença na duração global da obra, consoante o maestro é um Toscanini ou um Furtwaengler: o primeiro leva-a mais depressa, o segundo muito mais devagar.

Nesta dialéctica entre o rigor e a indeterminação dos tempos, pode haver casos em que o número metronómico, segundo as práticas tradicionais, indique não directamente a unidade de tempo mas a unidade-compasso (tratando-se de um andamento muito rápido) ou uma fracção da unidade de tempo (tratando-se de um andamento muito lento). Diferentes leituras da intenção do compositor, a este respeito, podem levar a diferentes resultados interpretativos. Eis o que explica que um Pedro de Freitas Branco dirigisse o **Sombrero de Tres Picos** ao dobro da velocidade realmente desejada por Falla (o compositor, embora mantivesse a sua vontade, quanto ao **seu** tempo, aceitava o tempo **sentido** pelo maestro).

Em resumo, dir-se-ia que a questão fundamental na interpretação de qualquer obra musical — tanto na que se refere ao problema dos tempos que escolhi para exemplo, como no que se refere a todas as outras componentes textuais — é o de o executante ser capaz de construir uma concepção coerente da obra, de a realizar e de a impor.

Vem isto a propósito de dois concertos realizados na semana passada: um, em Cascais, com a Orquestra Gulbenkian e o pianista checo Palenicek, sob a direcção de Álvaro Salazar; o outro no Coliseu, com o Coro Gulbekian, a Orquestra da RDP, solistas vocais e direcção do maestro Silva Pereira.

No primeiro, os valores que mais sobressairam foram o rigor e a segurança na direcção, em termos de fidelidade ao estilo e à idiossincrasia dos autores. Álvaro Salazar, que tem uma preparação técnica e teórica que lhe permite dominar perfeitamente o seu ofício de chefe de orquestra, põe sempre à frente das suas preocupações esse objectivo de fidelidade, que procura realizar através da análise e do estudo em profundidade das obras. Bastaria ter assegurado como assegurou a realização do concerto para piano e orquestra de Josef Palenicek, uma obra desconhecida da orquestra, dada em primeira audição, em condições acústicas péssimas e, além do mais, de grande complexidade de construção, até mesmo no plano da articulação com o instrumento solista, para em qualquer parte do mundo afirmar e ver reconhecida a sua indiscutível categoria. Por isso, insisto aqui uma vez mais na denúncia de uma situação que priva este chefe de orquestra português de encontrar em Portugal condições para o exercício em «full-time» da sua profissão.

Palenicek mostrou-se visivelmente entusiasmado com a qualidade alcançada nesse plano da articulação com a orquestra, onde encontrou a contribuição indispensável para a revelação ao público da sua obra — um concerto bem proporcionado, de brilhante escrita pianística na linha de um Rachmaninoff, com uma orquestração bastante vigorosa em relação ao tipo de instrumental escolhido (que é o da pequena orquestra) e onde são muito facilmente identificáveis, ao nível da linguagem, as raízes eslavas. Em número extraprograma, Palenicek deu-nos outra face da sua forte personalidade de executante, interpretando, numa linha carregada de interioridade, uma peça de Wilhelm-Friedmann Bach (um dos filhos de Johann-Sebastian).

O programa compreendia ainda música para orquestra de Stravinsky, Lopes Graça e Haydn. A primeira suite de Stravinsky teve, por assim dizer, uma realização paradigmática. «A Ménina do Mar» de Lopes Graça resultou mais correcta no plano da afinação e da sonoridade do que em outras ocasiões, ainda que porventura o grau de coesão atingido entre os instrumentistas nao tenha sido tão elevado quanto possível. Quanto a Haydn, Álvaro Salazar obteve da Orquestra Gulbenkian um resultado sonoro extremamente claro, não obstante as já referidas condições acústicas da sala (igreja da Assunção em Cascais): levar ao limite lícito do «mais depressa» os andamentos da Sinfonia n.º 75 (seria da minha preferência subjectiva um andamento mais estugado) poderia não ter favorecido, naquelas condições concretas, a fruição da obra.

Grande e merecido êxito alcançaram, entretanto, no Coliseu os intérpretes da Nona Sinfonia de Beethoven. No centro de tudo esteve, evidentemente, o próprio Beethoven. E depois, é claro, o maestro Silva Pereira, um chefe de orquestra feito da experiência que é a «madre de todas as coisas» e que da relação psicológica com a orquestra extrai o seu primeiro instrumento de trabalho. Há precisamente trinta anos que Silva Pereira rege. Ao longo de todo esse tempo conheceu grandes orquestras de vários países, mas conheceu sobretudo as orquestras portuguesas. Saiu da estante de primeiro violino de uma delas para o pódio da direcção. Soube e sabe muito bem em cada momento, o que as nossas orquestras são, o que elas valem e até onde elas **podem e querem** ir. Sentindo mais do que racionalizando, o maestro Silva Pereira assume as suas interpretações por via intuitiva, com uma musicalidade nata que em certos autores e em certas ocasiões lhe permite deduzir da partitura, quase à primeira vista o que é secundário e o que é essencial, levando a orquestra a dar o espírito da obra, ainda quando não há tempo, aptidão ou disposição dos instrumentistas para serem fiéis à **letra**.

Esta Nona Sinfonia foi, sem dúvida, das melhores que ouvi com intervenção de orquestras portuguesas. Silva Pereira conseguiu, na verdade, transmitir o essencial.

Trata-se manifestamente de música pela qual o próprio Silva Pereira se entusiasma e que — arrisco a afirmação — nunca lhe passou pela cabeça estudar ou «desmontar» numa perspectiva analítica

Houve imperfeições e atropelos é certo. Silva Pereira deu por eles, naturalmente, no concerto e nos ensaios, mas não deve ter perdido tempo a corrigi-los: corria o risco de, à força de querer mostrar as àrvores não deixar ver a floresta. O público do Coliseu ouviu mesmo a Nona Sinfonia, ouviu-a tal como ela pode ser feita por portugueses)à excepção dos solistas vocais) e entusiasmou-se com razão.

Para descer ao pormenor, seria mais justo, nesta perspectiva, indicar os momentos especialmente bons: por exemplo, a admirável planificação de toda a introdução instrumental do andamento final, desde o recitativo dos violoncelos e contrabaixos até à entrada do barítono e, duma maneira geral, as partes com intervenção coral, até final (aqui, está implícita uma palavra de louvor para o Coro Gulbenkian).

E os «tempos»? Silva Pereira escolheu, como lhe está na massa do sangue, uma linha toscaniniana: a orquestra da RDP está muito longe de ser uma grande orquestra europeia e, portanto, essa «rapidez» de execução terá contribuído para aumentar as tais imperfeições. Mas isso foi condição da fidelidade ao todo. Beethoven teria ficado satisfeito.

Já viu "Casimiro e Carolina"?

Já viu «Casimiro e Carolina», de Odon von Horvath? A crítica por uma vez foi unânime. «Aqui culmina a experiência do grupo», escreveu Carlos Porto no «DL», sublinhando as excelências do trabalho do Teatro da Cornucópia. Espectáculo todas as noites às 21 e 30 e aos sábados e domingos também às 18 horas.

Em ALJUSTREL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ ALIANÇA

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos **têrmos** e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Portalegre em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal-EDP a que se refere o processo 8/59715, arquivo 18 para o estabelecimento no concelho de Portalegre, de uma linha aérea a 30 kV, com 2364 m, do poste n.º 12 da linha para o posto de transformação n.º 506-Vargem, ao poste n.º 2 da linha Simão & C.ª - Subestação da Aramenha.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo

Repartição de Licenciamento em 22 de Julho de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

PUB

O GOVERNO NÃO PUBLICOU A NOTA OFICIOSA QUE PROMETEU

— EM CONTRAPARTIDA PUBLICOU OUTRA, FEITA DE ENCOMENDA PELO PATRONATO!

A TODOS OS TRABALHADORES DA HOTELARIA
À OPINIÃO PÚBLICA

Em Reunião Geral, de 19 e 21 de Julho, realizada no Porto e Lisboa, para análise da situação criada pelo não cumprimento da Portaria de Regulamentação de Trabalho para o sector, os Sindicatos da Hotelaria, declararam:

«Na defesa dos interesses dos Trabalhadores, os Sindicatos que não desejam a greve, não a podem, contudo, enjeitar, como forma última de luta.»

Em documento divulgado aos órgãos da Comunicação Social em Conferência de Imprensa acrescentava-se:

«Pensamos (...) que deixar aos Trabalhadores como única alternativa para fazer cumprir a PRT o recurso a formas de luta superiores é não apenas conivência com os inconfessados objectivos do patronato, como também uma manifestação de incapacidade governativa, irresponsabilidade e antipatriotismo.»

E dizia-se mais:

«Se os órgãos governamentais cumprirem a sua missão, se dotarem os Tribunais de meios eficazes para o julgamento e punição dos infractores, se dotarem os serviços de inspecção de uma orientação claramente digna, honesta e responsável, se o Governo declarar publicamente a sua disposição de fazer cumprir, pelos seus meios, a PRT, os Trabalhadores e os seus Sindicatos, verificando o seu integral cumprimento, não assumirão quaisquer formas de luta para a sua aplicação.»

Concluindo-se:

«Se tal não acontecer «compete às Associações Sindicais defender e promover a defesa dos interesses dos trabalhadores que representam» (n.º 1 do art. 58 da Constituição).»

Numa tentativa de encontro da resolução do problema por meios que não causassem conflitos no sector susceptiveis de comprometer o curso turístico actual, decretaram, os Sindicatos, uma série de contactos junto dos diversos órgãos do poder político e militar.

Comprometeu-se o Governo, junto dos Sindicatos, a diligenciar no sentido de, por os seus meios, obrigar as entidades patronais ao cumprimento da PRT, tendo os Sindicatos sugerido algumas medidas concretas!

Como primeira tomada de posição comprometeu-se o Governo a fazer publicar uma nota oficiosa em que, claramente, definiria a responsabilidade que as entidades patronais assumiam ao persistir na sua atitude.

COMPROMETEU-SE, MAS DEU O DITO POR NÃO DITO! Em vez da nota oficiosa prometida aos Sindicatos, em inteira conivência com o patronato, o Ministério do Turismo e do Trabalho (que se recusa receber os Sindicatos), publicam outra nota oficiosa, encomendada pelo patronato e na sua própria linguagem!

AS RESPONSABILIDADES FICAM, POIS, DEFINIDAS!

Os Sindicatos assumem as suas!

Assim, face a esta situação criada pela conivência do Governo com o patronato, os Sindicatos irão reunir em plenário pelas 10.30 h. do dia 3 de Agosto (4.ª feira) onde serão tomadas as decisões adequadas ao objectivo que se propõem atingir:

FAZER CUMPRIR A PRT!

Pelas 17 horas do mesmo dia, realizar-se-á, na Casa da Imprensa, uma Conferência de Imprensa em que serão divulgadas as decisões tomadas.

A CONIVÊNCIA GOVERNO — PATRONATO NÃO PASSARÁ!
A PRT SERÁ CUMPRIDA!
NA UNIDADE VENCEREMOS!

Federação Hotelaria Sul
Federação Hotelaria Norte

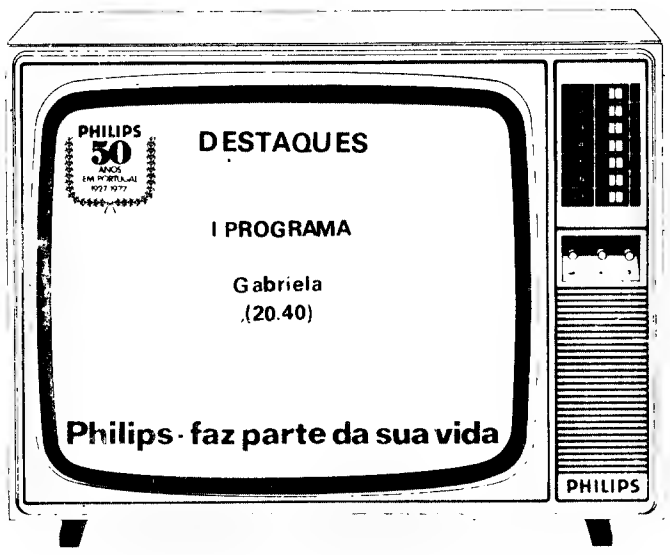
Hoje

Walter Avancini realizador da Telenovela «Gabriela»

I. PROGRAMA

18.30 **Abertura e Telejornal** Flash
18.35 **«O Leão Vegetariano» e «Buraco»**
18.55 **Um, dois, três, é a tua vez...**
19.25 **Telecinema** - Actualidades Cinematográficas
20.00 **Telejornal** 1.ª edição
20.40 **Gabriela** - Episódio n.º 56. Telenovela baseada na obra Gabriela Cravo e Canela» de Jorge Amado Produção da Rede Globo de Televisão
21.10 **Boletim Meteorológico**
21.20 **Mosaico**
23.00 **Telejornal** 2.ª edição
23.15 **Fecho.**

TUDOR
BATERIAS · PILHAS



Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **18.30** Abertura e Telejornal - Flash; **18.40** Bonecos; **19.00** Abre-te Sésamo; **19.30** Cientificamente; **20.00** Telejornal - 1.ª edição; **20.35** Gabriela Episódio n.º 57 - Telenovela baseada na obra «Gabriela, Cravo e Canela», de Jorge Amado; **21.13** Boletim Meteorológico; **21.19** Cometas entre as Estrelas - Um filme realizado por Lionel Harris. Ano de produção 1974. Intérpretes: Ralph Richardson, Alan Howard, Nigel Havers, Lusie Blake. No fundo da ciência e da prática Hospitalar, a batalha apaixonante de um médico, criador da Insulina; **23.06** Telejornal - 2.ª edição; **23.21** Fecho

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS - SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B Rua Macau, 8

Canal da Crítica

MÁRIO CASTRIM

REBOLA A BOLA...

O dr. Fleming, o sábio da penicilina, passou uma vez pelo Aeroporto de Lisboa. Não tinha ninguém a esperá-lo, a reconhecê-lo. Talvez lá estivesse a reportagem da Televisão (supondo que televisão mais conhecida pela alcunha da RTP, existisse já) mas para outras funções: comunicar a chegada de alguma personalidade futil — um ministro, um futebolista, uma estrelazinha de Hollywood da Pampilhosa...Enfim, contra o bolor da penicilina o bolor mais forte da desinformação.

Não sei que doutores flemings passaram ontem por Lisboa. Mas sei que chegou ao aeroporto um senhor chamado Paulo Emílio e que a reportagem da TV esteve lá e o acompanhou, servilmente, e com ele subiu escadas e com ele pegou menino ao colo e com ele falou ao telefone e com ele andou e parou e mirou...

Comete-se uma grave injustiça quando não se sabe, no século XX, quem é Paulo Emílio. Por isso, *Telejornal* lhe dedica a maior reportagem da emissão. Viva o rigor da informação.

Paulo Emílio é técnico de futebol. Vem exercer a sua actividade em Portugal. Num país onde se dão novamente pontapés nos trabalhadores, nos camponeses, nos estudantes, faltava o complemento, ou, para usarmos a linguagem pernóstica, a coopensação: alguém que ensinasse melhor a dar pontapés na bola.

Ei-lo. A Televisão esteve lá. A Televisão acha que futebol é coisa importante. A Televisão acha que Paulo Emílio é pessoa importante. Acha que é importante a ilusão.

Por outras palavras: acha o momento propício à recuperação da mentira, da paranóia do entretenimento.

A Televisão não se limita a criar o facto: veste-lhe o fato da direita nacional.

Ficamos a saber pelo *Telejornal* que a CAP aceita a lei barrigatiana, perdão!, a lei barretiana da forma à ré agrária.

A notícia, certamente para não lhe faltar o cheirinho tele*visual*, faz-se acompanhar do retrato do Casqueiro.

Pois claro. Os homens importantes deste país têm de ser tratados com deferência. E quanto à notícia, fez bem o *Telejornal* em dá-la. Vai ser uma grande surpresa para o Barreto, para o Portas, para o Soares, para o Freitas, para o Carneiro...

RIR, RIR

O miolo do serão esteve, como é óbvio, na *Visita da Cornélia*. Dessa pobre Cornélia, dessa pobre vaca que mal entra na história e a quem, pelos modos, já deram cabo das tetas. É sempre assim quando se ordenha demasiado.

Parece que se fala muito da *Cornélia* a julgar pelo mau humor de Raul Solnado. Como se este país, diz ele, não tivesse mais em que pensar. Como se neste país, não houvesse 500 mil desempregados, questões laborais, problemas sociais, agudos, expropriações, desintervenções, esfomeações — e indemnizações a banqueiros e agrários (parte disse ele, que é pessoa educada, parte digo eu, que sou um caso perdido).

Só que Raul Solnado, esquece que a *Cornélia* e outros divertimentos, não existem por acaso na TV. José Niza, a propósito, referiu em charla no passado domingo, que, com tais divertimentos, se desejava uma televisão *que funcionasse como compensação da austeridade* do dia-a-dia...

Traduzindo à letra: o arranjinho Soares-Carneiro aumenta os problemas do povo português; a Televisão, ao serviço desse arranjinho, faz-lhe esquecer esses problemas. O Governo dá a repressão, a TV dá as cócegas.

O povo tem o nó no pescoço mas, graças à TV, ri muito.

Ó NIZA: A SUA DE QUEM?

E depois há a publicidade. A publicidade que, segundo Niza funciona como indicador da audiência. O que lhe dará, ao que parece, justificação para afirmar: *Sabemos que a grande maioria do público está com a sua Televisão...*

Neste momento, ficamos a saber, o rendimento da publicidade aumentou 100 por cento em relação a 1976 e 200 por cento em relação a 1975...

O dr. José Niza, não ignora a maneira como a má televisão está intimamente relacionada com a publicidade, com a exploração comercial. Nos países capitalistas, as grandes audiências são cultivadas no mau gosto na alienação, no ilusório esquecimento dos problemas; essas são as audiências que convêm à publicidade; essas são as audiências que a publicidade (a sociedade de consumo) explora e aumenta...

Ainda sobre a publicidade, dr. Niza, ficou muito para dizer. Quase tudo. Mas o mundo não acaba hoje, n'é?

Quanto à convicção de que o público português está com a *sua* televisão, esqueçamos a demagogia sabichona e rasteirinha. Sempre esperamos que, ao menos a tais processos, Niza nos poupasse.

Vá lá um homem fiar-se em juízos benévolos...

A GRANDESSÍSSIMA VACA

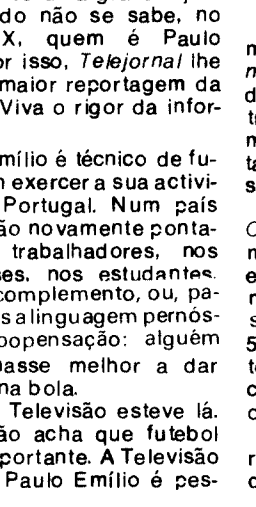
Quanto à vaca, propriamente dita, o leite é pouco. Pouco há que ordenhar.

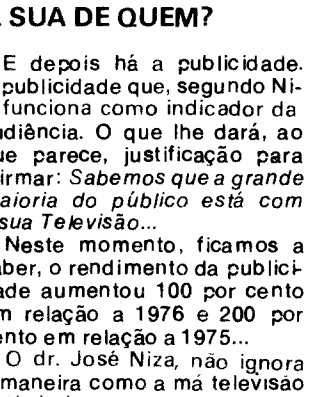
Sem Fernando Assis Pacheco, sem este voar alto da inteligência e da emoção, *Cornélia* fica uma vaca propriamente dita. Entregue sem remédio ao Lucena que já passou pelo *Ligeiríssimo*, a caminho sabe-se lá de que estranhas *Noites de Portugal*; ao maestro Machado; à Verónica; ao Rui de Mascarenhas, ao muito mais que já vimos e ainda havemos de ver, nem já para espanto nosso...

Se alguma coisa houvesse que referir, de positivo, seria a última intervenção teatral, muito embora a concretização não correspondesse ao que fora idealizado pelos concorrentes. Assim mesmo, perdura o exemplo da imaginação e da criação — que, no juri, somente Raul Calado mostrou compreender.

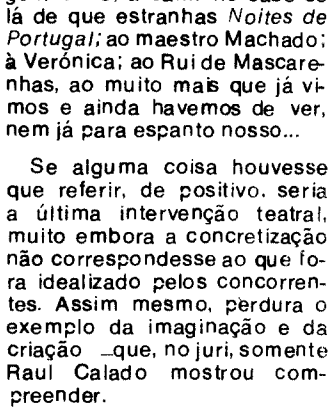
Aliás, a actuação deste juri tem vindo a degradar-se. Sentindo-se, por sua vez, julgado, o juri retrai-se, apaga-se, dilui-se. Deseduca ao elogiar, francamente a mediocridade. Que diabo!, entre classificar com benevolência e ajuizar com excessivo rigor, vai sua diferença.

Quanto ao mais, o silêncio é preferível. A exibição de Jacinto Ramos, por exemplo, no papel de Vasco da Gama. Não é possível que, como profissional, Jacinto Ramos não se sinta envergonhado. Se não se sentir, paciência. Muitos telespectadores se sentirão por ele.

AS 20.30 e 22.45 MATINÉE no DOMINGO
FOLGA NA SEGUNDA-FEIR
ADÓQUE grupo de teatro
UM ÊXITO INVULGAR DA POPULAR REVISTA
Ó CALINAS CALA A BOCA!

UMA REVISTA DE RISO ABERTO
SENSACIONAIS CRIAÇÕES DE
ERMELINDA DUARTE
HENRIQUE VIANA * MAGDA NICHOLSON * MARIA TAVARES
E DE TODO O GRUPO ADÓQUE
MÚSICA * ALEGRIA * CRÍTICA * RISO
NÃO ACONSELHÁVEL A M/ 18 ANOS

teatro do bairro alto
R. Tenente Raul Cascais 1 - A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05


«Sinto-me simplesmente feliz diante de Casimiro e Carolina».
J. Listopad («A Luta»)
HOJE, ÀS 21 e 30
SUBSÍDIO DA SEC

TEATRO ABERTO telefone 77 09 69
P de ESPANHA Metro PALHAVÃ


AMANHÃ, ÀS 16
DOMINGO, ÀS 11 e 30
Subsídio da S.E.C

DE FÉRIAS COM O Diário de Lisboa
Aceitam-se assinaturas de férias pelo período mínimo de 10 dias, ao preço de 6$00 por exemplar
NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

O Benfica treinou

. A equipa do Benfica realizou ontem o seu primeiro treino. Sob a direcção de Mortimore, foi na Luz e estiveram presentes, entre os demais seniores da época passada e juniores agora promovidos para a época que começa, três aquisições: Mário Wilson, Diamantino e Celso, que vieram respectivamente do Atlético, do Vitória de Setúbal e do Boavista. Presentes, ainda, Rui Lopes, que voltou do Vitória de Guimarães, Fidalgo, que estivera em Braga. Viu-se também Vítor Baptista: considerado inapto para o futebol, regressou para observações médicas e os dirigentes do Benfica admitem que o profissional possa ver revista a decisão do clube podendo vir a trabalhar sob observação médica.

Notaram-se as ausências de Toni e Humberto Coelho, actualmente nos Estados Unidos. Humberto Coelho regressará ao Benfica brevemente e será a mais vultosa aquisição (reaquisição, no caso) do clube da Luz, que da época passada para esta perdeu o concurso de profissionais como Artur, Nelinho, Moinhos e Alhinho.

Paulo Emílio: já em Alvalade

Futebol nos EUA

. O dianteiro português José Costa deu a vitória aos «Lancers» de Rochester no jogo com os «Sounders» de Seattle, a contar para a Liga Norte-Americana de Futebol. Foi — diz a agência ANOP num telegrama de Nova Iorque — um remate desferido de cerca de trinta metros a fazer a bola passar por um aglomerado de jogadores e anichar-se na baliza do adversário. Os «Lancers» ganharam por 2-1.

Outra equipa onde actuam portugueses (Humberto Coelho e Toni), a dos «Quick Silvers», de Las Vegas, foi menos feliz: perdeu por 4-3 num encontro com os «Kicks», do Minnesota. Os «Kicks» venceram pela segunda vez esta época a Zona Ocidental da Liga. Segundo a agência, os jogos desta zona tiveram este fim-de-semana, uma assistência total da ordem de um milhão de espectadores. tanta afluência nunca se tinha registado.

Entretanto, o «Cosmos», de Nova Iorque, onde trabalha Pelé, obteve mais uma vitória, desta vez por 3-1, frente ao «Bicentenals», de Connecticut. Foram golos de Chinaglia, Tony Field e Pelé.

Pelé marcou o 1272.º golo. O jogo deste fim-de-semana foi o seu 1348.º.

PORTUGAL

CICLISMO

A Sociedade Estoril-Sol anuncia para o próximo dia 14 uma prova de ciclismo para jovens de idade compreendida entre os 15 e os 16 anos. É um circuito, com percurso entre o Estoril e o Linhó, e a assistência técnica aos concorrentes estará a cargo do Grupo Ciclista de Linhó. As inscrições podem fazer-se no Casino Estoril.

CONGRESSO DA FPF

A Federação Portuguesa de Futebol convocou uma sessão extraordinária do seu Congresso para o próximo dia 13 às 14 e 30. Ponto único da ordem de trabalhos: Apreciação e votação de uma proposta de alteração ao Regulamento das Provas Oficiais. A proposta é subscrita pelas Associações de Futebol do Porto, Aveiro, Braga, Leiria, Santarém e Viseu.

HÓQUEI EM PATINS

«Hóquei em Patins será modalidade olímpica» — afirma o presidente da Federação Portuguesa de Patinagem, José Castelo Branco, numa entrevista publicada hoje no jornal «Record», José Castel Branco diz que a pretensão portuguesa já tem, pelo menos, o apoio dos Estados Unidos.

TÉNIS

Começa hoje no Estoril o Campeonato Nacional de Ténis em 1.ªs categorias. É uma organização do Clube de Ténis do Estoril e há provas até ao fim desta semana. Muitos concorrentes — mas há notícias de ausências, também a de Sérgio Cruz, por exemplo. O grande favorito para a vitória final é o credenciado José Vilela.

ATLETISMO

Amanhã e quinta-feira, no Estádio Nacional: o Pentatlo Feminino e o Hexatlo de Juvenis Note-se que a segunda prova é só para praticantes que a Federação convidou (alguns deles representando clubes da província). As provas são à tarde.

REMO

Realizam-se domingo à tarde no Rio Novo do Príncipe (Cacia-Aveiro) as provas finais dos Campeonatos Nacionais de Remo.

Nas provas até agora disputadas, as equipas mais em evidência têm sido as do Sporting Caminhense. Entretanto, segundo o MEIC, o secretário de Estado da Juventude e Desportos e das Obras Públicas deverão assistir às provas de domingo

ATLETISMO

As selecções femininas de atletismo de Portugal, Grécia e Espanha, defrontam-se no próximo dia 13 de Agosto, no Estádio de Saragoça (Espanha), num encontro de carácter particular. Segundo a Federação Portuguesa de Atletismo, a lesão de Conceição Alves, do Sporting (suspeita de fractura de um dos ps, *durante as mei*as-finais da Taça da Europa, disputada recentemente em Bucareste) poderá levar aquela atleta a ausentar-se das pistas até á final da época, não alinhando portanto, em Saragoça. Já Nora Araújo, do Benfica, emborasofrendoumadistenção, poderá vir a recuperar e estar presente naquele encontro internacional.

MARÍTIMO

O Marítimo do Funchal, campeão nacional de futebol de Portugal da II Divisão, participará no Torneio de «San Gines» que se realizará na Ilha de Lanzarote (Canárias) de 24 a 26 de Agosto. Além da equipa madeirense, que na próxima época disputará pela primeira vez o Campeonato Nacional português da I Divisão, participarão no torneio o Las Palmas, o Tenerife e o Córdova, pertendendo o primeiro à I e os dois últimos à II Divisão do futebol espanhol. A deslocação do Marítimo à Ilha de Lanzarote será feita a convite do Ayuntamento de Arrecife — informa o «Diário de Notícias» desta cidade, acentuando que se desenha assim «a possibilidade de um intercâmbio insular Madeira-Canárias, que poderá vir a ter continuidade que se deseja noutras coordenadas geográficas».

MADEIRA

Será disputada num total de 300 quilómetros, divididos em seis etapas, a VI Volta em Bicicleta à ilha da Madeira, que decorrerá de 17 a 24 de Setembro. As inscrições terminam a 13 daquele mês, efectuando-se no dia seguinte o sorteio para o prologo e atribuição de números. O início da volta está previsto com um prólogo na Avenida do Mar, disputado por sistema de contra-relógio por equipas, com classificação individual e colectiva, da qual sairá o primeiro «camisola amarela». Igualmente um contra-relógio, mas individual, entre a Ribeira Brava e o Funchal (em princípio o Estádio dos Barreiros), encerrará a prova.

LÁ FORA

AÇA DA URSS

. O adversário do Torpedo na final da Taça da URSS é o Dínamo de Moscovo, que ontem bateu por 2-1 o Zenite de Leninegrado. A final é no dia 13, na capital da União Soviética.

BOLÍVIA E HUNGRIA

. As selecções de futebol da Bolívia e da Hungria, deverão defrontar-se a 29 de Outubro e a 30 de Novembro respectivamente em Budapeste e em La Paz para decidirem qual das duas estará presente na final do «Mundial de Futebol de 78» na Argentina.

QUATRO ANOS SUSPENSO

O antigo treinador da selecção inglesa, Don Revie, foi suspenso por quatro anos pela Federação Inglesa de Futebol. Mais: a Federação escreveu à UEFA pedindo-lhe solidariedade no sentido de impedir Don Revie de trabalhar em qualquer outro clube europeu. Tudo isto porque o antigo treinador se demitiu das suas funções com críticas severas à Federação — mas, soube-se entretanto, já depois de se ter comprometido, num contrato de cerca de 24 mil contos para superintender no futebol dos Emiratos Árabes Unidos (onde, naturalmente a UEFA não tem ascendente legal).

PERU

Cada jogador da selecção peruana de futebol vai receber 65.000 soles (cerca de 34.000 escudos) como prémio por terem conseguido a qualificação para a fase final do Campeonato do Mundo de 1978. Este prémio será dado pela Comissão de Alto Nível responsável por todos os assuntos relacionados com a selecção peruana. Por outro lado, uma fábrica nacional de camisas dará um milhão de soles para serem divididos pelos jogadores seleccionados, os quais vão receber também, parte da receita do encontro de carácter amigável que a selecção do Peru realizou em Guayuquil com o Barcelona de Puerto de Guayas.

CANDIDATO

A Associação Suíça de Futebol anunciou ir apresentar à UEFA a sua candidatura para realizar a fase final do Campeonato Europeu de Futebol de 1980. O secretário-geral da Associação, Obert Ufer, declarou estar «muito esperançado» de que a proposta suíça seja aceite, tanto mais que é a primeira do género apresentada por este país. A França e a Itália apresentaram já a sua candidatura para a mesma prova. Na fase final do Campeonato Europeu de 1980 participarão oito selecções (e não quatro como até agora), uma das quais será a selecção do país organizador.

PARA O SPORTING

Paulo Emílio em Lisboa

. Para treinar o plantel do Sporting esta época, o brasileiro Paulo Emílio chegou ontem a Lisboa. «Venho para Portugal e para o Sporting com uma enorme vontade de trabalhar e, sobretudo, de realizar. Por isso, não temo a tarefa» — disse o técnico aos jornalistas que o aguardavam. Aguardavam-no ainda vários dirigentes do Sporting, nomeadamente o presidente João Rocha.

Para Paulo Emílio, o Sporting é a primeira experiência europeia. O técnico tem 41 anos de idade e do seu currículo pessoal constam passagens por diversas equipas brasileiras. Mais em destaque, cinco títulos de campeão: do Amazonas, em 72, do Pernanbuco, em 73, da Baía, em 74, do Rio, em 75 e 76, estes á frente do Fluminense e do Vasco da Gama. Considerado «o treinador do ano» a época passada.

O que Paulo Emílio pensa da profissão: «Eu acho que o técnico tem de ser comandante, mas deve, ao mesmo tempo, ter com os jogadores um diálogo franco que os torne amigos, mas sem fazer concessões que possam perturbar o clima de disciplina necessário para o trabalho». A tópica na disciplina e no trabalho: «E assim que eu vejo as relações entre o treinador e os jogadores. Terá de haver um ascendente do comandante, mas dentro de um espírito de harmonia colectiva e, sobretudo, de franqueza. de parte a parte. Neste aspecto, podem estar tranquilos os jogadores do Sporting. Exijo disciplina e trabalho, mas usarei da máxima franqueza para com eles».

Em Alvalade predomina o optimismo em relação á época que vai começar. Paulo Emílio terá hoje o seu primeiro contacto formal com os jogadores.

Nelinho interessa ao Sporting

O avançado Nelinho, que na época passada representou o Benfica e recentemente assinou contrato com o Sporting de Braga, foi contactado por dirigentes do Sporting. Objectivo deste contacto: sensibilizar o jogador para a possibilidade de alinhar pelo clube de Alvalade esta época. Dirigentes do Sporting de Braga, oportunamente informados pelo jogador do contacto havido, são claros: o interesse do Sporting por Nelinho pode concretizar-se, tudo dependendo de acordos a fazer no respeitante a verbas. Desconhece-se a posição do profissional, mas é natural que não seja muito diferente.

O interesse do Sporting pelo concurso de Nelinho, a concretizar se em transferência, assumirá foros de sensação, dada a cotação profissional do atleta. Seria ainda a segunda passagem directa de homens da Luz para Alvalade, depois de Artur, cujo concurso o clube de João Rocha assegurou. Por outro lado, e falando ainda do Sporting, continua em dúvida quanto a resoluções, os casos de Jordão e de Damas.

Decatlo europeu tem nova meta

Alexander Grebenyk (da União Soviética) estabeleceu, em Riga, novo recorde europeu do decatlo. totalizando 8.478 pontos.

A marca de Grebenyuk, a melhor alcançada este ano em todo o Mundo, melhora em 10 pontos o seu anterior máximo, estabelecido em Talence (França), em Setembro de 1976.

Os resultados obtidos por Grebenyuk nas dez provas foram os seguintes:

. 100 metros: 10,7 segundos; salto em comprimento: 7,11 metros; peso: 15,50 metros; salto em altura; 2,02; 400 metros: 48,0 segundos; 110 metros barreiras: 14,3 segundos; disco 45 52 metros; salto à vara: 4,70 metros, Dardo: 71,52 metros; 1.500 metros: 4.27,3 minutos

Grebenyuk estabeleceu o novo maximo durante os campeonatos de atletismo da União Soviética. Nos mesmos campeonatos, Yekaterina Smirnova (de 20 anos) estabeleceu novo recorde soviético do pentatlo, com um total de 4.621 pontos. O anterior máximo (4.604 pontos) pertencia a Nadezhda Tkachenko.

Roménia e Bulgária
em avião e auto-pullman
Partidas todos os domingos de Junho a Setembro em colaboração com a TAROM
peça informações a
MUNDIAL
AGÊNCIA MUNDIAL DE VIAGENS
R. de S. Marta 33-A tel 575306 Lisboa
ou o seu Agente de Viagens

EXPOSIÇÃO DE MÓVEIS
AGORA DAS 10 ÀS 22 HORAS
Por alguns dias, para assim as pessoas de bom gosto poderem visitar a nossa nova EXPOSIÇÃO DE MÓVEIS, ESTOFOS e ADORNOS.
REQUINTE — MÓVEIS e DECORAÇÕES
AV. ALMIRANTE REIS, 110
(Defronte Cervejaria Portugália)

SEGUNDO LOPO DO NASCIMENTO

"Melhora abastecimento de alimentos na RPA"

. Após o malogro da tentativa de golpe de Estado de 27 de Maio, melhorou o abastecimento da população angolana em alimentos base — declarou, neste fim-de-semana, em Moçâmedes, o primeiro-ministro angolano, Lopo do Nascimento.

As suas declarações foram proferidas durante a primeira conferência sobre comércio interno, efectuada no passado fim-de-semana naquela cidade portuária do sul de Angola.

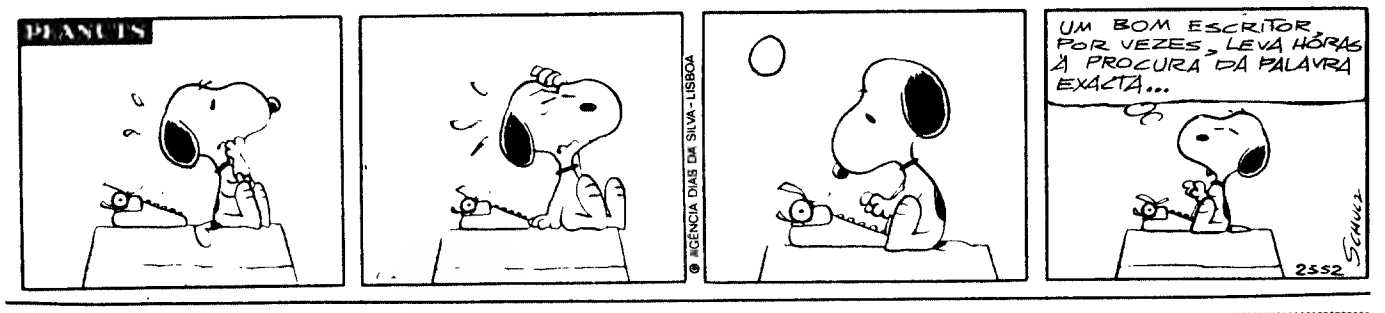
Faltam ainda alguns produtos, nomeadamente alimentares, mas já se notam melhorias — disse Lopo do Nascimento, que sublinhou as carências ainda existentes no domínio dos transportes.

O primeiro-ministro angolano, membro do «bureau político» do Comité Central do MPLA e do Conselho Revolucionário, anunciou ainda a criação de uma rede nacional de comércio interno, gerida pelo Estado, que não afectará o comércio retalhista privado, que subsistirá ainda durante muito tempo.

Entretanto, iniciaram-se as actividades da Comissão Nacional encarregada dos problemas de abastecimento. O último passo a dar nesse sentido será a criação de comissões regionais de abastecimento nas províncias.

A concluir, Lopo do Nascimento disse que, doravante e temporariamente, Angola vai passar a importar preferentemente alimentos, deixando para segundo plano as importações indispensáveis à reconstrução nacional.

Foi também anunciada a introdução de preços fixos no comércio interno.



CONFRONTAÇÃO ENDURECE EM SOWETO

Três estudantes mortos a tiro

. O Soweto, coração do activismo negro na África do Sul, despoticamente governada por brancos, tem sido afectado por violência esporádica desde a passada quinta-feira, quando estudantes efectuaram, a partir das salas de aula, marchas de protesto, contra o sistema educacional discriminatório. A Polícia abateu já a tiro três jovens, e a tiro também feriu mais de uma dezena.

Segundo as agências noticiosas, considera-se hoje como certo que as severas medidas policiais em Soweto vão endurecer as linhas de confrontação».

Centenas de alunos de escolas, estudantes e desempregados vieram para as ruas, apedrejando automóveis e camiões de distribuição de víveres. Os agentes da Polícia responderam (e respondem) quer com balas verdadeiras. Têm sifom balas verdadeiras. Têm sido também utilizadas granadas de gás lacrimogénio, bem como lobos de Alsácia, especialmente treinados para a caça ao negro.

É provável que a continuação da agitação dissipe as hipóteses já ténues de um diálogo entre dirigentes negros da localidade e o Governo sobre reivindicações de autonomia para o Soweto.

Palavras de David Kriel, chefe dos Serviços de Controlo de Montinars:

. Não vamos autorizar mais brincadeiras. Brincadeiras insensatas. Estamos decididos a pôr-lhes termo e a Polícia usará todos os métodos para as travar».

Só com a morte» — responde a população de Soweto, que continua nas ruas, clamando por autonomia e apoiando os estudantes na sua luta para um ensino digno.

Entretanto, a Comissão dos Dez Principais de Soweto, que surgiu como a voz mais coerente da localidade, pretende realizar um comício para conseguir apoio popular, para os planos de autonomia. Sucede, no entanto, que um comício, inicialmente marcado para domingo passado, foi proibido.

O dr. Nthato Montlana, chefe dessa Comissão, face à proibição, afirmou aos jornalistas:

. Realizaremos a reunião no próximo domingo e se voltar a ser proibida marcaremos nova data. Estamos preparados para nos comprometermos. Assim, dizemos ao Governo: comprometa-se também»

A agitação cresce e o Rand Daily Mail», crítico do Governo, afirma em editorial: «O problema é que a inquietação existe por causa da recusa dos direitos aos negros (...) e porque não é autorizada qualquer expressão legítima de opinião, excepto dentro do estreito âmbito decretado pelo Governo».

Em ARMAÇÃO DE PÊRA o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no MINI-GOLFE

CURSOS DE FÉRIAS

Estão abertas as matrículas até 4/8 para cursos de Perfuração Verificação. Sistemas: IBM e UNIVAC. Início nos cursos 5/8. Estágio grátis após os cursos.

EXTERNATO CONTINENTAL

Tel. 325652 — R. do Arsenal, 100, 1.º

Andares para habitação ou escritório

Únicos em Portugal. No Saldanha, com preços muito inferiores ao custo e com facilidades de 50 % em 10 anos.

Madeiras exóticas até em lambris.

WC, chão e paredes até ao tecto em mármore, máquinas ultramodernas, garage com elevador. Duas frentes totalmente revestidas a mármore e alumínio. Superluxo a partir de 1180 contos.

Rua António Enes, 16 — Pode visitar todos os dias, incluindo sábado e domingo, das 10 h às 20 horas.

astrólogo sidio

Resolve qualquer que seja o seu problema

Especialista em casos espirituais, amor ou negócios. Tel. 774343

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO CACÉM

P.º 45/77 — AC. DESPEJO

2.ª SECÇÃO

ANÚNCIO

2.ª PUBLICAÇÃO

FAZ SABER que na acção especial de despejo, pendente na 2.ª secção da secretaria judicial desta comarca, movida pela Autora, PATROCINIA DOS PRAZERES SILVA, solteira, maior, doméstica, residente na Av. Vasco da Gama, n.º 5, em Beja, contra ALCINDO DA SILVA PINTO e mulher, residentes na Rua Teófilo Braga, n.º 3, na vila de Sines, mas aquele actualmente em parte incerta, é o réu marido, CITADO, para, comparecer pessoalmente neste Tribunal, **no dia 27 de Outubro próximo, pelas 10,30 horas**, ou se fazer representar por mandatário com poderes especiais para transigir, na tentativa de conciliação que nessa data se realizará, e ainda, para, contestar, apresentando a sua defesa no prazo de cinco dias que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da aludida tentativa, caso esta se venha a frustrar, sob pena de, não o fazendo, ser condenado no pedido, ficando, advertido que a falta de alguma das partes não é motivo de adiamento e de que pode, deduzir, em reconvenção, o pedido de benfeitorias e indemnizações a que se julgue com direito. O pedido consiste, na entrega à autora dos 1.º e 2.º andares, do prédio com o n.º 3 de polícia, na Rua Teófilo Braga, na vila Sines, bem como da mobília em bom estado de conservação e que fora igualmente objecto do contrato de arrendamento e na condenação do réu ao pagamento das rendas vencidas e vincendas, decretando-se a resolução do contrato por falta de pagamento de rendas. O duplicado da petição foi entregue à ré mulher, aquando da sua citação inicial.

Santiago do Cacém, 22 de Julho de 1977

O Juiz de Direito
(José Alberto de Azevedo Moura Cruz)

O escrivão de Direito
(José Pereira Caladu)

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral limpo e o vento era fraco predominando de Norte.

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA
Máxima 33,0.º

MONTALEGRE
Mínima 9,0.º

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Bom tempo com céu em geral limpo; vento fraco do Norte; pequena subida de temperatura.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	18º
P. DOURADAS	16º
COIMBRA	16º
PORTALEGRE	15º
LISBOA	21º
SAGRES	17º
FARO	24º
PONTA DELGADA	20º
FUNCHAL	20º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
4.57	4,1 m	10.25	0,9 m
17.13	4,3 m	22.53	0,9 m
DIA 3			
5.42	3,9 m	11.19	1,0 m
17.59	3,9 m	23.45	1,0 m
DIA 4			
6.17	3,8 m	11.46	1,3 m
18.35	3,8 m		

AMANHÃ

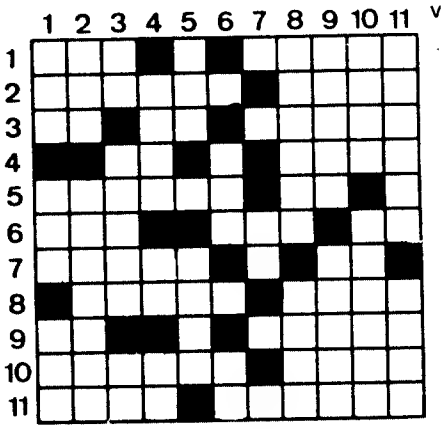
NASCER AS 6.39
OCASO AS 20.47

DIA 6 DIA 14 DIA 22 DIA 28

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA Nº 11805



HORIZONTAIS:

1 Ruim Tempo do verbo ser Expor
2 Desvio de um lugar Calor do Sol (Prov.)
3 Nome que os egípcios davam ao Sol Vê Carimbas.
4 Batráquio Cidade do Japão
5 Tencionava Pertences.
6 O mesmo que berne (larva) (Bras.) Organização das Nações Unidas (abrev.) Quinto filho de Jacob
7 Mostra (fig.) Apelido da mãe de Luís de Camões
8 Ponha só Rainha ou princesa hindu
9 Preposição Trepem por
10 O maior vulto do Antigo Testamento, guerreiro, poeta e legislador dos Hebreus Costume.
11 Doença que dificulta a respiração Avarentos

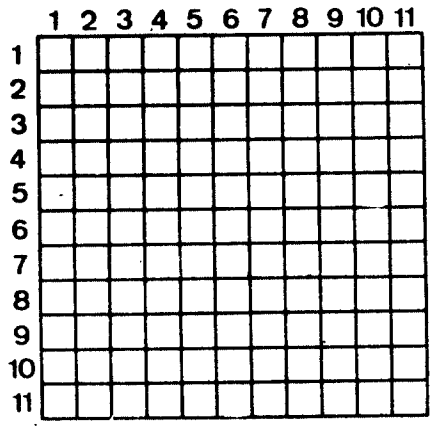
VERTICAIS:

1 Oceano Pronome relativo Ave pernalta
2 Arara Tecemos
3 Cidade da antiga Caldeia Verdadeiros. Prefixo de negação
4 Prender com elos Porco Apelido
5 Cidade dos Países Baixos Freguesia do concelho de Loulé
6 Artigo definido Animal doméstico Conjunção Saudável
7 Em a
8 Bispo de Lião, mártir 135 140 Pilha
9 Vigias. Rio de Portugal
10 Dar aviso de alguma coisa em voz alta Perverso
11 Nivelara Magnetes naturais.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA Nº 7866



HORIZONTAIS:

1 Nome de frutos. Careca
2 Desejar Tragédia de Shakespeare
3 Cidade de Portugal Cólera.
4 Equipar. Possui
5 Pêlo de certos animais Rapazito
6 Bário (s. q.) Repete
7 Ameno
8 Agita Pronome pessoal Utensílio doméstico
9 Flutuam Assistir
10 Encher de droga Conquista
11 Freguesia do concelho de Penafiel Sugas o leite materno

VERTICAIS:

1 Funesto Freguesia do concelho de Felgueiras.
2 Íntimo Prefixo que designa afastamento Cidade da Ucrânia
3 Escala (fig.) Amante
4 Rezara Inunda
5 Antiga unidade monetária da Alemanha Cais a cama
6 Prata (s. q.)
7 Pequeno barco que leva água aos navios
8 O mais Escarnece Pronome demonstrativo
9 Que tem cor ou aparência de leite Colorido
10 Banqueta de tambor Fruto silvestre do Brasil
11 Guarneço de arames Atravessas

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11804

HORIZONTAIS:

1 Aramá. Macas.
2 Meca. A. Sari.
3 Araçá. MORTE.
4 Mal.
5 Fará. Sola.
6 Cor. Mac. Ali.
7 Ri. Patas. Ag.
8 A. Varrias.
9 Salr. Bla.
10 TODOS. Penal.
11 Osa. Amorosa.

VERTICAIS:

1 Amas. Crasto.
2 Ror. Foi. Aos.
3 Acamar. Vida.
4 Maçar. Pano.
5 Alamar. Sa.
6 Atra.
7 Mascai. Pó.
8 Aso. Saber.
9 Carola. Sono.
10 Art. Ala. Lâs.
11 Siem. IGUALA.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7865

HORIZONTAIS:

1 Gruda. Abade.
2 Aurea. Ralai.
3 Dirá. Rita.
4 Rã. Sá.
5 Carregadora.
6 Amará.
7 Mané. MMII.
8 Camaroeiros.
9 Ata. Ode.
10 Safed. Tosar.
11 Aramá. Amora.

VERTICAIS:

1 Gad. Co. Casa. Ruira. Matar.
2 Urrar. Afama.
3 Urrar. Afama.
4 Leá-Rana. Em.
5 Aas. Temer. Dã.
6 Ga. Ou.
7 Ar. Carme. Ta.
8 Bar. Dami. Om.
9 Aliso. Iroso.
10 Datar. Todar.
11 Eia! As. Será.

PROVÉRBIO: A morte a todos iguala.

farmácias de serviço

LISBOA

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALCÂNTARA — Aven. da República, 74-A. Tel. 771379.
AGUIAR — Aven. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A. Tel. 764629, 768343.
ALAMEDA — Alam. Linhas de Torres, 201-B. Tel. 790942.
BARRETO — Rua do Loreto, 24-30. Tel. 227284.
CENTRAL DA LAPA — Rua dos Navegantes, 10. Tel. 661734.
CHINDE — Rua Agostinho Lourenço, 6-B. Tel. 890331.
EUSIL — Rua Barão de Sabrosa, 104. Tel. 841912.
FINDOR — Rua D. Maria Pia, 514. Tel. 687949.
GALENO — Av. Óscar Monteiro Torres, 38-A. Tel. 774920.
GOMES — Rua Rodrigo da Fonseca, 101-A. Tel. 682333.
HIGILUX — Rua de Pedrouços, 50-52. Tel. 610280.
INTENDENTE — Largo Intendente Pina Manique, 50. Tel. 547838.
LÍBIA — Av. da Igreja, 4-B-C. Tel. 891681.
LOPES RIBEIRO — R. do Cruzeiro, 117. Tel. 633288.
MADRE DEUS — Rua Margem, 15-B. (B.º Grilo). Tel. 382470.
MARQUES — EXSTRADA DE Benfica, 643. Tel. 700096.
ORIENTE — Rua Lopes, 120. Tel. 843381.
PAES — Rua Abade Faria, 22-A. Tel. 723965.
PANCADA — Rua Rebelo da Silva, 9. Tel. 43340.
REBOCHO — Rua Ten Cor. Ribeiro dos Reis, 12-B. Tel. 743871.
SAGRES — Av. Luís Bivar, 69-71. Tel. 547213.
SALUTAR — R. B. 75-A-B (B.º Liberdade). Tel. 683684.
SILVA — C.º Santo André, 16. Tel. 862074.
UNIFA — Rua da Vitória, 21. Tel. 323793.
URBANO FREITAS — Rua Silva Carvalho, 1-9. Tel. 662838.
ZEMA — Rua General Justiniano Padres, 21. Tel. 832580.
ZIRA — Praça Casas Novas, lote 68 (B.º Encarnação). Tels. 311216-310172.

Permanente

BARRETO — Rua do Loreto, 24-30. Tel. 327284.
LOPES RIBEIRO — Rua do Cruzeiro, 117. Tel. 633288.
ORIENTE — Rua Lopes, 120. Tel. 843361.
PAES — Rua Abade Faria, 22-A. Tel. 723965.
SAGRES — Av. Luís Bivar, 69-71. Tel. 547213.
CHINDE — R. Agostinho Lourenço, 6-B. Tel. 890331.
FINDOR — Rua D. Maria, 514. Tel. 687949.
SILVA — Calç. St. André, 16 Tel. 862074.
REBOCHO — Rua Ten. Cor. Ribeiro dos Reis, 12-B. Tel. 743871.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo, Av. Comb. G. Guerra, 64 (Tel. 2112070)
ALCABIDECHE
Carvalho, Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos, Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central Até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085) Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. eng.º Bonneville Franco (Tel. 2435147) Até às 24 e das 0 às 9 horas
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 21 horas
PAREDE
Macau, R. J Elias Garcia, 60-C (Tel. 2471785) Até as 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueiro Mendes, Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira, Tel 262313/267314) Até às 22 horas.
ESTORIL
Marques dos Santos, R. Ferreira J. A. 15 (Tel. 260116) Até às 21 horas
CASCAIS
Nova, Est. de Alvide-Fontainhas (Tel. 281044) Até às 21 horas; Marginal, Av. Marginal (Tel. 280078) Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Carmele, R. Elias Garcia, lote 28 (Tel. 933303) Permanente; Helénica, R. Elias Garcia, 2 (Tel. 933613) Até às 22 horas; S. Jorge, R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Tel. 938703) Até às 22 horas
DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (Tel. 971121)
QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (Tel. 950117)
CACÉM
Araújo e Sá, Est. de Paço de Arcos, lote 1-B (Tel. 2940781)
ALGUEIRÃO
Rodrigues Rato, (Tel. 2914103)
RIO DE MOURO
Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Tel. 2960194)
SINTRA
Misericórdia, Vila (Tel. 2930392)
COLARES
Abreja, (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro
L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234100)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204250)
ALMADA
Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (Tel. 2750271)
BAIXA DA BANHEIRA
Teixeira, B.º de Moçambique, 84-B (Tel. 2040946)
BARREIRO
Normal, Av. Alfredo da Silva, 116 (Tel. 2073035)
COVA DA PIEDADE
Cerqueira, P. 5 de Outubro, 18 (Tel. 2750254)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Tel. 239029)
MONTIJO
Diogo, R. Almirante Reis, 50 (Tel. 2310032)
SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (Tel. 2233028)
SETÚBAL
Costa, L. da Misericórdia, 48 (Tel. 22760) Permanente; Brasil, P. do Brasil, 15 (Tel. 24788) Até às 22 horas
SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Tel. 2218580)
COSTA DA CAPARICA
Carlos, Av. do Mar, 34-A-Quinta de St.º António

PORTO

ALVES DA SILVA — Avenida da Boavista, 1016. Tel. 60342; AZEVEDO — Rua de Azevedo, 136. Tel. 52344; GOMES FERREIRA — Rua Feria Guimarães, 449. Tel. 481907; ANTAS — Av. Fernão Magalhães, 1076 Tel. 481158; ANTIGA PORTA DO OLIVAL — Campo Mártires da Pátria, 122. Tel. 24262; FALCÃO — Rua Santo Ildefonso, 61. Tel. 21566; LOUSADA — Largo do Campo Lindo, 62. Tel. 480353.

(De dia e toda a noite)

FERREIRA — Praça D. Afonso V, 55-B. Tel. 681975; ORDEM DA TRINDADE — Rua Heróis e Mártires Angola. Tel. 27420; CONFIANÇA — Rua de Santa Catarina, 960. Tel. 22884; NAU VITÓRIA — Rua Nau Vitória, 273. Tel. 490427.

— COIMBRA —
(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

BAPTISTA — Praça da República, 9. Tel. 23747; RAINHA SANTA — Rua Figueira da Foz, 11-B. Tel. 24737.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

QUARTETO
23.45 (18 anos)
«A Verdadeira História de Jack o Estripador»
ADÓQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Ó Calinas cala a Boca»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Aqui quem manda sou eu»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Desculpa ó Caetano»
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Calcinhas amarelas»
ABC
20.30 (18 anos)
«Em águas de Bacalhau»
BARRACA
21.15 (13 anos)
«Barraca contra Tiradentes»

LISBOA/Cinemas

RESTELO
21.30 (18 anos)
«Ives o temerário»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«As amazonas»
OLÍMPIA
Sessões permanentes (18 a.)
«Queridas tias»
MONUMENTAL
21.30 (10 anos)
«O Ouro de Mackenna»
CINE AUDITÓRIO
21.15 (10 anos)
«O Tarzan do 5.º esquerdo»
SATÉLITE
21.30 (13 anos)
«O Incorrigível»
FOX 21.15 (13 anos)
«A Flecha e a Rosa»
EUROPA
21.30 (13 anos)
«Os maridos de Elizabeth»
CALEIDOSCÓPIO
21.30 (18 anos)
«Pânico no Estádio»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Fogo no rabo»
CINEARTE
21.30 (18 anos)
«Sede de sangue do ídolo negro»
ROYAL
21.15 (18 anos)
«Amor entre menores»
CAPITÓLIO
21 e 23 (18 anos)
«Requintes de amor»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Disto é que eu gosto»
LUMIAR
21.30 (18 anos)
«A cama e o meu castelo»
PARIS
21.30 (18 anos)
«Toda uma vida»
QUARTETO
Sala-1
21.30 (18 anos)
«Fritz o gato»
Sala-2
21.30 (18 anos)
«Fantasma do Paraíso»
Sala-3
21 e 23 (18 anos)
«A Máscara»
Sala-4
21 e 23 (18 anos)
«O Verão 42»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Os Diabos»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«Tentáculos»

LINHA DE CASCAIS

OEIRAS
eiras-Cine
21.15 (13 anos)
«As Novas Aventuras de Trader-Horn»
PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«Vampira»
ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Torso»
CASCAIS
S. José
21.15 (Grupo C)
«Festival Joe Cocker»

PORTO/Cinemas

BATALHA
21.30 (18 anos)
«Lodo na cidade»
ESTÚDIO
21.30 (13 anos)
«O Vendedor de Balões»
OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Emanuelle Branca Emanuelle negra»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Desejo Perverso»
SALA BÉBE
21.30 (18 anos)
«Morte em Veneza»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«5 Demónios do King-Fu»
RIVOLI
21.30 (18 anos)
«O Príncipe Libertino»
TRINDADE
21.15 (13 anos)
«Amor sem barreiras»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«Bruce Lee volta ao ataque»
S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«Ben-Hur»
TERÇO
21.15 (18 anos)
«Os sete golpes do Dragão»
CHAPLIN
21.30 (18 anos)
«O Despertar de uma adolescente»
CARLOS ALBERTO
21.30 (13 anos)
«Corrida de Loucos»
VALE FORMOSO
21.15 (6 anos)
«Zorro na Corte de Espanha»
SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«China Girl»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (6 anos)
«Os Três Mosqueteiros»
ESTUDIO 400
21.30 (18 anos)
«O Dever Conjugal»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Lutadores Implacáveis»

COIMBRA

S. TEOTONIO
21.15 (18 anos)
«A golpada»
GIL VICENTE
21.15 (13 anos)
«Um homem na sombra»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Vou fazer um filho e volto já»
TIVOLI
21.15 (13 anos)
«O Pirata Escarlate»

cinemas

ALVALADE

T 897480 15.30-18.30 e 21.30h

Walt Disney Productions apresenta
NO FANTÁSTICO REINO DA FANTASIA
Para todos
2.ª Semana

APOLO 70

Tel 763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

Natalia Arinbassarova em
DJAMILIA
Um filme de Irina Poplavskaia
Não acons. a menores de 13 anos
Hoje às 24 h
Grupo D M 18 anos
ATÉ AO AMANHECER

AVIS

Tel. 47163 15, 18.15 e 21.30

Não acons. a menores de 13 anos
Mentir. Pecar. Amar. Viver
SOFRIMENTO DE AMOR
o filme começa a projectar-se logo após o início da sessão

BERNA

Tel. 776098 15.00, 18.00 e 21.15

Richard Burton/Clint Eastwood
Mary Ure
O DESAFIO DAS ÁGUIAS
um filme de Brian G. Hutton
não acons. men. 18 anos
2.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093

14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Charlton Heston-John Cassavetes
Martin Balsam
PÂNICO NO ESTÁDIO
um filme de Larry Peerce
Não acons. men. 18 anos
2.ª Semana

CASTIL

Tel. 530194 15, 17, 19 e 21.30h

Quando as pessoas de respeito perdem a noção do decoro...
AS PROVOCADORAS
Um filme de Luigi Russo
Int. m/ 18 anos
2.ª Semana

CONDES

Tel. 322523 14, 16.30, 19, 21.

Para todos
SERENATA À CHUVA
c/ Gene Kelly-Debbie Reynolds
Donald Oconnor, Chid Charisse
4.ª Semana

EDEN

Tel 320768

Sessões às 14,00, 16.30, 19.00 e 21.30
Charlton Heston/John Cassavetes
Martin Balsam
PÂNICO NO ESTADIO
2.ª Semana
Um filme de Larry Peerce
Não acons. a men de 18 anos

ESTÚDIO

Tel. 535134 15.30-18.30 e 21.30h

Não acons m/ 18 anos
Melhor actor Jack Nicholson
2.ª semana
VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14,30, 16.45, 19 e 21.30

Não acons. a menores de 13 anos
CORRIDA LOUCOS
uma corrida infernal
c/ Michael Serrasin, Gary Busey

IMPÉRIO

Tel. 5551345-As 15.15,18.30,21.30h

Grupo B (10 anos)
Gene Kelly
HELLO DOLLY
4 Oscar — 70 mm em écran gigante
Com Barbara Streisand e Walter Mathau

LONDRES

Tel. 801313 14.15, 16.30, 19 e 21.15

Para todos
A ÚLTIMA LOUCURA DE MEL BROOKS
c/ Liza Minneli
A melhor comédia dos últimos 50 anos

MUNDIAL

Tel. 538743 15,15, 18.30 e 21.30

Int. men. 18 anos
um extraordinário filme de suspense
O TRIÂNGULO DA MORTE
Agneta Ekmanner, Fres Lindqvist

D. JOÃO V DAMAIA

Tel 971794 Às 21.15

Não acons men 13 anos
IRMÃO, CONTRA IRMÃO

AB CINE

21.30, 23.30

SALA A
MENTIRAS DO MEU PAI
de Janus Kadar
(Para todos)
SALA B 21.30, 23.30
CARRIE
de Brian de Palma
Int. a m. 18 anos

NIMAS

Tel. 574362 14,30, 16.45, 19 e 21.30

Não acons. men. 13 anos
DAISY MILLER
um filme de Peter Bogdanovich
c/ Cybill Shepherd-Barry Brown
Às 15 h. — **O GRANDE DITADOR**

ODEON

Tel. 326283 15.15, 18.15, 21.15

Colorido
em 2.ª Semana
Int men. 18 anos
EMANUELLE NEGRA N.º 2

PATHE

Tel. 821933 14.15 16.30 18.45, 21 h.

Não acons. men. 18 anos
JURAMENTO DE AMOR
c/ Hema Malini, Ferroz Khan

POLITEAMA

Tel. 326305 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Interdito a 18 anos
OS 5 DEMONIOS DO KUNG-FU

RESTELO

Tel. 610275 As 21.30h

Não acons. a menores de 18 anos
IVES, O TEMERÁRIO

ROMA

Tel. 887778 15.00, 18.15 e 21.15

OS COMEDIANTES
A fúria, o desejo, a violência a Paixão!
Richard Burton, Elizabeth Taylor, Alec Guinness, Peter Ustinov

ROXY

Tel. 48560

14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Louis de Funés em
O GENDARME EM FÉRIAS
Um filme de Jean Girault
Para todos

S. JORGE

Tel 579144 15.15, 18.15, 21.30

CARRIE
de Brian de Palma
Grande Prémio do Filme Fantástico 1977
Interd. a men. de 18 anos

TIVOLI

Tel 570595 15.15, 18.30 e 21.30h

Jane Powell, Howard Keel em
SETE NOIVAS PARA SETE IRMÃOS
um filme de Stanley Donen
Para todos
2.ª Semana

UNIVERSAL

Tel. 774402 15, 19 e 23.

Homenagem a Charles Chaplin
de 2 a 8 de Agosto incl
Às 17 h. — O GRANDE DITADOR
Às 17 h. — O REI EM NOVA YORK
Às 19 h. — LUZES DA CIDADE
Às 21 h. — O GRANDE DITADOR
Às 23 h. — O REI EM NOVA YORK

rádio

1.º PROGRAMA

..16.0: Noticiário — «Musivária»; **17.00**: «Música portuguesa»; **18.00**: Separador; **18.10**: «Hoje respondemos por música», por António Vitorino de Almeida Orquestras; **19.00**: «Poemas e poetas» — música variada; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Melodias; **21.00**: 15.º episódio do folhetim «A Verdade por um Fio», de René Floriot, numa adaptação de Jorge de Sousa Costa; **21.20**: «Contraponto»; **24.00**: Sinal horário — «Último Jornal»; **00.30**: «Vozes na Noite»; **01.00**: «Música na Noite»

2.º PROGRAMA

. **16.00**: Música sinfónica — sinfonia n.º 6 em lá menor, de Mahler; **17.25**: Ópera — selecção da ópera «Halga», de Moniuszko; **18.15**: O pianista Josef Hoffmann: **18.40**: Sinfonia de Haydn — Sinfonia n.º 77, em si bemol maior; **19.00**: «Música Portuguesa»; **20.00**: A Orquestra de Câmara Inglesa — Serenata n.º 7, em ré maior K. 250 («Haffner») de Mozart; **21.00**: Música sinfónica: — Sinfonia n.º 7, em lá maior, op. 92, de Beethoven. Abertura da ópera «Tannhauser», de Wagner; **22.00**: Canções: — Obras de: Schubert, Beethoven, Schumann, Robert Franz e Wolf; **22.30**: «O Gosto pela Música», pelo dr. João de Freitas Branco; **23.00**: Missa de requiem, op. 89, de Dvorak; **00.37**: Música de piano: — Sonatas de Doménico Scarlatti; **01.00**: Fecho

3.º PROGRAMA-NACIONAL E REGIONAL (290 m)

. **16.00**: «Variante» (continuação); **16.10**: Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.20**: Disco rendo, por Mário Martins; **17.10**: Prevenção e Saúde, pelo dr. Sousa Pereira (repetição); **18.00**: «Contacto»; **18.20**: Títulos de 1.ª página; **18.30**: Actualidade; **18.45**: Fórmula 1; **19.05**: Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **20.10**: Antologia; **20.30**: Pesquisa; **21.00**: A música e as vozes; **21.30**: «Quando o Telefone Toca»; **23.03**: «Nocturno»; **23.06**: Novas de alegria; **24.00**: «Nocturno» (continuação); **00.15**: «Dia a dia com o passado»; **02.00**: Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

..**16.00**: Noticiário; **16.05**: Sequência da Tarde; **18.08**: Apelos; **18.15**: Igreja em Notícia - Palavra do Dia; **18.30**: Transmissão do Terço da Igreja de S. João de Brito; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos de RR; **20.00**: Objectivo; **20.53**: Apelos; **21.05**: Pentagrama; **21.30**: Ao Encontro da Grande Música; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Temas Vivos; **23.05**: Última Hora; **23.30**: Dicionário de Economia; **23.55**: Meditando No final — Actualidade Internacional - Voz da América; **01.00**: Rotação; **02.00**: Fecho

Em ARGANIL o «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido pelo agente de jornais CARLOS DAS NEVES AFONSO

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S A R L
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185 1.º 7.º
TELEF 654631/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TECNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF 371156/5 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END TEL DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

"CORRÉCIOS" SÃO NOTÍCIA

Elementos do bando presos em Custóias

PORTO, 2 — Depois de entregues ao fim da manhã no Regimento de Infantaria de Braga, são transportados para o Porto, ficando sob a alçada da PJM, os três indivíduos capturados na madrugada de ontem, pela PSP daquela cidade, na posse de uma pistola metralhadora G-3 que, segundo eles, era pertença do marginal Eduardo «Corrécio».

Os três indivíduos, que deverão recolher à cadeia de Custóias, foram presos na sequência de uma operação desencadeada contra o conhecido bando dos «Corrécios»; que tem imposto à capital minhota um certo clima de terror. Mais propriamente a actuação da PSP daquela cidade foi resultante do facto de dois automóveis andarem a fazer das avenidas principais pista de automóveis.

Com efeito, os veículos foram perseguidos e enquanto o Eduardo «Corrécio» e seu irmão Abel escaparam às malhas da Polícia, que até aqui tem mostrado uma certa complecência, foram detidos o proprietário do carro francês 851-FT-79, Joaquim Gonçalves Figueiredo, de 43 anos, casado, sem emprego, regressado há cerca de 7 meses de França, residente em Sampaio de Merelim e natural de Eiras, Coimbra e seus acompanhantes: Abel Peixoto Pereira de 18 anos, sem profissão e residente no Bairro Duarte Pacheco desta cidade, e Samuel dos Santos Teixeira, de 23 anos, residente em Braga no bairro Pinheiro da Gregória que se diz vigilante da SOTUBE.

No interior do automóvel, também apreendido pela PSP, encontrava-se uma G-3 com nove balas.

O outro automóvel, o Toyota OS-27-93, que, conforme noticiamos ontem, tem servido para algumas façanhas do Eduardo «Corrécio» não foi ainda localizado, conforme nos afirmou a PSP esta manhã, nem tão-pouco o Eduardo «Corrécio» e seu irmão Abel que continuam a monte.

João Medina

Continua na pág 1

pelo dr. João Medina para tornar o texto da Constituição conhecido através de cartazes alusivos a diversos artigos da Lei Fundamental e de traduções estrangeiras do mesmo diploma.

Para celebrar o centenário da morte de Alexandre Herculano, a Direcção-Geral dirigida pelo dr. João Medina editou um cartaz, um livro e uma medalha sobre o historiador. Dos 16 títulos editados pela «Terra Livre» distinguem-se o volume sobre a História da 1.ª República e o livro «Imagens do Portugal Queirosiano».

De particular interesse a última edição da «Terra Livre», «Portugal — Quantos Somos?» de Mário Bacalhau, e as «Memórias de José Relvas», de que já foi editado o primeiro volume, obra que vem ocupar um lugar relevante na bibliografia sobre a Revolução do 5 de Outubro.

A passagem do dr. João Medina pela Direcção-Geral da Divulgação fica, assim, assinalada por numerosas actividades de incontestável valor para a cultura portuguesa, o que nos leva a lamentar uma decisão que vai certamente beneficiar os alunos da Universidade Nova, mas que não beneficia os inúmeros portugueses que a Direcção-Geral de Divulgação começara a servir.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM JULHO: 46 100 exs.
(Hoje 24 páginas)

EVITE
AS
AGLOMERAÇÕES

Aos nossos amigos que nos visitam, pedimos o especial favor de fazerem as suas compras, da parte da manhã, dias úteis. Evitem as aglomerações, que estão a suceder às tardes, e aos sábados de manhã. Já não fechamos a hora do almoço para facilitar as compras.

TOP ROSS

ROSSIO - 85

SUSPENSÃO DO PÁROCO DA RIBEIRA SECA

Movimento de Leigos Católicos repudia a atitude do bispo

O Movimento dos Leigos Católicos da freguesia da Graça em Lisboa, divulgou um comunicado no qual toma posição quanto à decisão do Bispo do Funchal, D. Francisco de Santana, de suspender «a divinis» o padre Martins, pároco da Ribeira Seca, na Madeira.

Aquele Movimento salienta que não pode deixar de manifestar «veemente repúdio pela atitude politicamente provocadora e «cristamente» vingativa do Bispo do Funchal (...) um dos bispos mais reaccionários da Igreja portuguesa, que mostrou claramente a sua face ao vingar-se do padre Martins com a suspensão «a divinis», pois que a sombra daquele padre, a superioridade do seu apostolado junto dos mais humildes, dos mais necessitados, a sua heróica luta contra a opressão e a exploração do homem pelo homem, em nada condizia com o pensamento do ex-padre Santana, hoje Bispo».

E o comunicado prossegue: «O padre Martins é mais um marginalizado da Hierarquia, mas não da Igreja, porque muitos cristãos estão com ele. A Igreja não é dos Bispos, que continuam a olhar o povo de cima para baixo. A Igreja é mais do povo do que daqueles que se ufanam em afirmar que são os representantes de Cristo na terra, mas com atitudes contraditórias».

Finalmente, pergunta aquele Movimento: «Quando é que a Igreja se torna consciente, livre e responsável, para assim nomear Bispos conscientes, livres e responsáveis?»

FLAMA: «FORAM OS COMUNISTAS»

FUNCHAL, 2 — A «FLAMA» divulgou um comunicado em que comenta os incidentes em Machico, atribuindo-os ao «delinquente Martins» e «aos comunistas». Assim, para aquele movimento separatista, o diferendo entre o pácoro da Ribeira Seca e o Bispo do Funchal são a prova de que a «extrema-esquerda se prepara para tomar de assalto as rédeas do Poder». Referindo-se a Portugal como «aqueles País», os «flamistas» admitem que «os comunistas desta vez não ousarão cometer os erros do passado, tanto mais que o período que decorreu desde o apeamento da ditadura gonçalvista permitiu aos marxistas preparar e pôr em prática uma estratégia mais segura».

Invertendo os acontecimentos registados em Machico, e seguindo a linha do diário da diocese, «Jornal da Madeira», que dá uma versão fantasiosa dos factos («*alguém* gritou «*queremos sangue*», «*um desconhecido* deu um pontapé ao senhor D. Francisco», etc.), A FLAMA acaba por avisar: «Não se queixem se as medidas que entendermos tomar forem violentas».

SECRETÁRIO DO GOVERNO REPÕE A VERDADE

Entretanto, o secretário do Governo Regional eng. Gonçalo Malheiro de Araújo, rectificou as notícias divulgadas no «Jornal da Madeira», que se insurgiu contra as obras do parque infantil na Ribeira Seca. As referidas obras iniciadas em 18 de Julho, foram suspensas após os incidentes de Machico.

GUINÉ-BISSAU

Evocação do massacre de Pidjiguiti

Com uma jornada de trabalho voluntário, será assinalado amanhã em Bissau o décimo oitavo aniversário do massacre de Pidjiguiti — anuncia o jornal «No Pintcha», órgão do PAIGC.

Apesar do 3 de Agosto ser feriado nacional, por se tratar de uma jornada decisiva na luta de libertação da Guiné, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau (UNTG) lançou um apelo aos trabalhadores para que durante a manhã realizem trabalho voluntário e à tarde reuniões nos locais de trabalho para debate sobre o significado do «3 de Agosto» e sobre a preparação do III Congresso do PAIGC.

O «No Pintcha», em editorial, recorda que a 3 de Agosto de 1959, no cais de Pidjiguiti, a polícia colonialista e alguns colonos armados mataram a tiro, em menos de meia-hora, cinquenta trabalhadores africanos em greve e feriram mais de uma centena.

O editorial salienta que «mais do que um crime bárbaro dos colonialistas», o 3 de Agosto de 1959 foi, como disse Amilcar Cabral, «a primeira manifestação organizada da consciência política das massas laboriosas de Bissau» e como tal constituiu «marco decisivo no longo percurso da luta de libertação».

NETO ÀS FAPLA

"Inimigo está activo"

Agostinho Neto, no comício que comemorou o terceiro aniversário da fundação das FAPLA, ocorrido no dia 1 do corrente, pediu às Forças Populares para a Libertação de Angola, que não faltem à sua função de «defesa do território como bastião da paz».

O presidente angolano declarou que os inimigos do seu país estão activos.

Citando informações da Imprensa internacional, Agostinho Neto afirmou que uma sociedade alemã está a construir rampas de lançamento de foguetões, capazes de utilizar cabeças nucleares, na província zairense de Kivu.

Agostinho Neto declarou que a defesa popular será alargada para auxiliar as FAPLA na sua luta «contra o inimigo interno e externo», e que Angola, que mantém «uma boa vizinhança com a Zâmbia», espera desse lado «actos de amizade».

Neto declarou igualmente que o auxílio soviético e cubano, no momento da guerra da independência, não devia ser comparado com uma forma de neocolonialismo.

«Foi, sim, um acto responsável, histórico e humanitário. Só com o auxílio de Cuba e da URSS se tornou possível que Angola se tornasse num país independente.»

"CONVERGÊNCIA" PS-PSD

Sá Carneiro diz que houve reconciliação

«Houve realmente uma reconciliação», afirma Sá Carneiro, referindo-se às relações PS-PSD, em entrevista publicada hoje no «Comércio do Porto».

«O PS reconsiderou a sua posição e estabeleceu conversações gerais connosco, que não se confinam ao âmbito parlamentar», declara o presidente do PSD, atalhando uma observação do entrevistador sobre as contradições do Partido Socialista, que ainda recentemente, aquando das conversações PSD-CDS, disse publicamente que só aceitaria conversações com os partidos daquela «convergência» ao nível do hemiciclo de São Bento.

Sobre a questão das cedências do PS, Sá Carneiro, comenta que «o problema é que a nossa posição é determinante. Do nosso voto dependia a passagem das leis recentemente aprovadas na Assembleia da República».

Referindo-se à situação do PSD, neste momento a obter lucros políticos em duas frentes — a do PS e a do CDS — o «leader» social-democrata observa: «Eu vejo isso como um esfoço para a obtenção de uma convergência a três. O Partido Socialista continua a rejeitá-la. Nós continuamos empenhados nela. Mas considero um passo muito positivo o estabelecimento de conversações institucionalizadas entre o PS e o PSD...».

Olavo V da Noruega visitará Vila Real

PORTO, 2 — Quando se deslocar a Portugal em Fevereiro do próximo ano, correspondendo a um convite formulado pelo Presidente Eanes, o rei Olavo V da Noruega tenciona visitar Vila Real — revela a Imprensa do Porto citando técnicos do Governo de Oslo que se encontram naquela cidade transmontana a dirigirem os trabalhos de construção de habitações para retornados.

A Noruega tem tido activa participação, quer através de contribuições oficiais, quer por meio de instituições religiosas e humanitárias na edificação de casas destinadas a refugiados portugueses porvindos das ex-colónias e a maior parte desses novos edifícios estão localizados no concelho de Vila Real.

PCP propõe eleições gerais

Continua na pág 1

criada, pois já se verificava na prática do PS), terão cada vez mais a possibilidade de verem aplicada a sua própria política sem necessidade de sofrerem o inevitável desgaste que significaria a sua subida ao Poder.

Em termos do PCP, por outro lado, é de prever um considerável reforço das suas fileiras militantes, a par de uma maior abertura das massas a uma política que se pretende cada vez mais definir na linha de defesa dos interesses de vastas camadas populacionais.

Ao mesmo tempo que estas propostas do PCP eram anunciadas, surgia uma outra decisão do seu Comité Central no sentido do recrutamento de 10 mil novos militantes, numa grande campanha nacional ontem mesmo iniciada e que decorrerá até ao fim do ano sob a consigna «Promoção das Conquistas de Abril».

A exposição ontem feita aos jornalistas por Álvaro Cunhal terminou com as seguintes palavras: «Sublinhando a nova e perigosa fase da democracia portuguesa em que entramos, o C.C. do PCP salienta a necessidade da unidade da organização, da firmeza e da confiança dos trabalhadores e de todos os democratas e antifascistas. Insiste também em que a recuperação económica pode ser alcançada e a democracia pode ser construída com os trabalhadores e com o PCP e não contra os trabalhadores e contra o PCP».

Juiz vítima de um acidente

PORTO, 2 — Esta manhã experimentava ligeiras melhoras o juiz Fernando Augusto Vieira, que está internado no Hospital de Santo António, com várias fracturas, em consequência de um acidente de viação de que foi vítima na noite de sexta para sábado, na Rua de Santa Catarina.

Fernando Augusto Vieira, é juiz no Tribunal de S. João Novo, tem 48 anos e reside em Oliveira do Hospital (Ovar).

EXCLUSIVO

SUPLEMENTO
Síntese
da vida
internacional

Le Monde
Prensa Latina
Interpress
Novosti

N.º 26/77

Terça-feira, 2 de Agosto de 1977

O BURUNDI: Uma história complexa, obscura e trágica
JAPÃO: Os esquecidos do crescimento
CUBA: O esforço para a modernização dos transportes
GUATEMALA: A luta pela reforma agrária e pela democracia
DIREITOS HUMANOS: Os Estados Unidos e a moral

A LUTA PELO PODER NA CHINA

AS "ERVAS VENENOSAS" DE TENG HSIAO-PING

AGORA "FLORES AROMÁTICAS"

■ **(Le Monde)**

PEQUIM — Se os pensamentos de Mao estão reunidos num pequeno livro vermelho, pode dizer-se que os de Teng Hsiao-ping se encontram numa espécie de livro negro escrito à mão pelos seus detractores nas paredes das cidades principais e, principalmente, nas Universidades Peita e Tsinghua, de Pequim. Os aforismos, as opiniões irónicas ou as críticas acerbas de Teng não foram publicadas em trinta e seis línguas às centenas de milhões de exemplares. Como os pensamentos de Mao, mas a sua «obra» é muito conhecida na China.

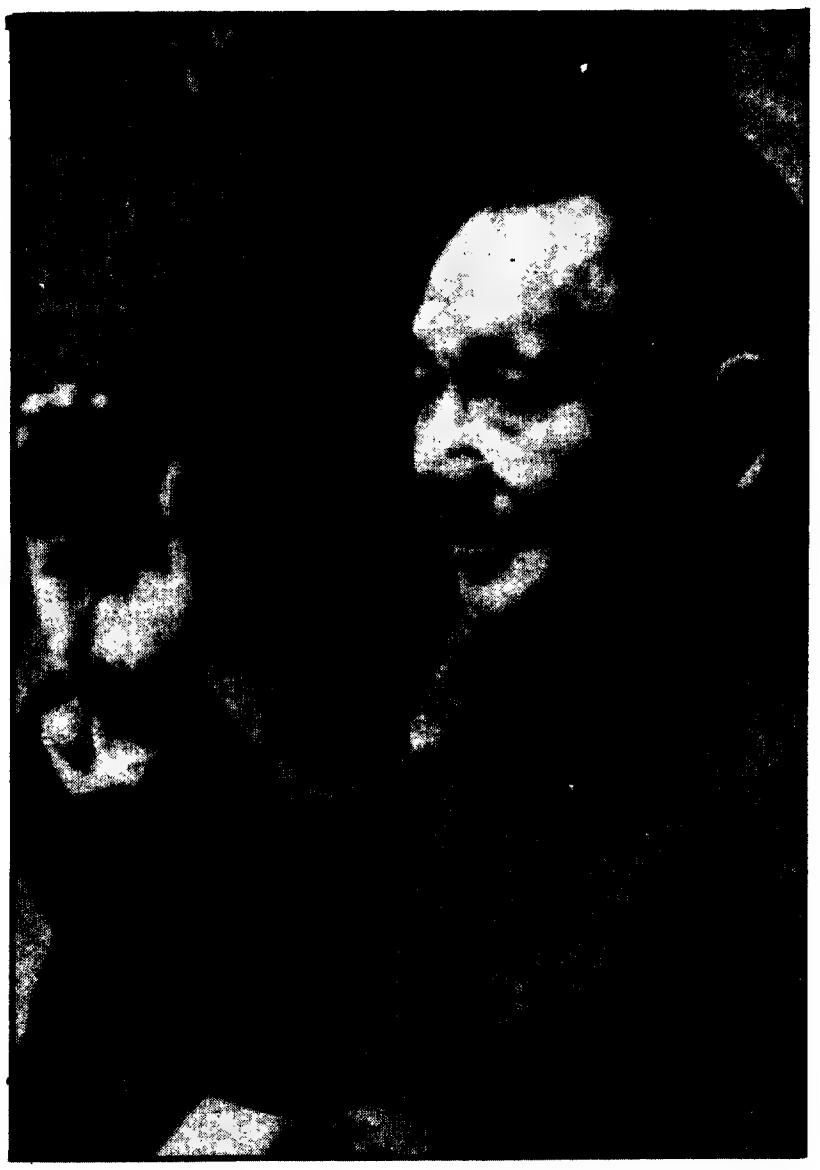
Da esquerda para a direita: Chou En-lai, Lin Piao e Chiang-Ching, que com Teng Hsiao-ping têm sido alguns dos protagonistas da chamada «luta pelo poder» na República Popular da China

A morte de Mao precipitou graves conflitos sociais e evoluções políticas na China.

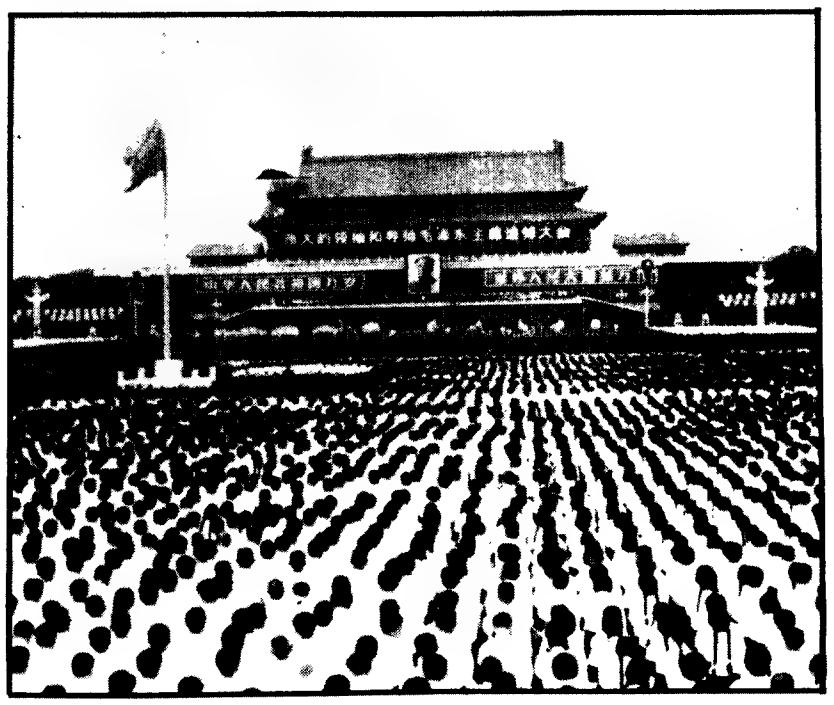
Eis algumas declarações que lhe são atribuídas e que foram escritas nas pareces durante o período em que esteve em desgraça. Algumas são extraídas dos seus três grandes textos políticos que em 1976 foram apelidos de **ervas venenosas** e hoje são apresentados como **flores aromáticas**:

Já fui saneado uma vez. Julgam que tenho medo de voltar a sê-lo? (durante um comício estudantil, na Primavera de 1976). **Estou velho e surdo, não vos ouço**. Teng Hsiao-ping faz alusão, perante os estudantes, a uma crítica de Mao, que em 1965 declarara: **Teng Hsiao-ping é surdo mas isso não o impede de se sentar longe de mim nas reuniões. Desde 1959 que não me entrega nenhum relatório do seu trabalho. Respeita-me mas prefere estar longe de mim.**

Teng criticou um certo estilo de vida política: **Lutar continuamente fatiga as pessoas. Na verdade é uma repressão social** (Agosto de 1965, a propósito da obrigação de em certas unidades haver diariamente sessões de estudos políticos, isso após dias de duro trabalho). E acrescentou: **O conformismo é nefasto. Aquele que não está presente a uma conferência é imediatamente acusado de falta de zelo. Quando se fala de preparar a sucessão revolucionária, convem lembrar que são necessários camaradas dotados de um sólido espírito de partido, de um bom estilo de partido, de um bom estilo de trabalho e de uma grande capacidade de se**



Teng Hsiao-Ping, após sucessivas «quedas» e reabilitações políticas, encontra-se de novo no primeiro plano da política chinesa.



A LUTA PELO PODER NA CHINA

1

unir aos outros. De momento tudo depende de nós, os velhos, disse em Agosto de 1975.

Ousa agir e trabalha. Não receis errar no teu trabalho. Se te acusarem de «restauração (do capitalismo), **isso sifnifica que fazes bom trabalho,** aconselhava em Janeiro de 1976 a um amigo membro do Comité do partido do Yennan.

«É PRECISO PRESERVAR A ORDEM»

Os pensamentos de Teng sobre a economia são de grande actualidade em 1977, no momento em que a China lança uma vigorosa campanha de desenvolvimento da produção agrícola e industrial, pronunciando-se por um certo recurso às tecnologias ocidentais avançadas. A divisa de Teng é: **Não importa que um gato seja preto ou branco, desde que apanhe os ratos!**

A 14 de Julho de 1975 declarava: **Eis a situação geral na China: a agricultura trava a indústria, a ciência e a técnica estão atrasadas, o que também isso trava a indústria.**

Em Maio de 1975 denúncia o laxismo com severidade: **Agora todos podem ir ou não ir trabalhar, conforme quiserem, todos podem desrespeitar as regras. Como será possível que as coisas continuem assim?** E em Agosto do mesmo ano insiste: **Nos nossos dias ninguém é responsável por coisa nenhuma. É preciso ir ao cerne do problema. De momento tudo está confuso e isso conduz a grandes dificuldades.**

O dirigente, que tivera problemas com os guardas vermelhos durante a revolução cultural, não esquece os estudantes: **Parece que hoje, em numerosas escolas, os estudantes já não querem ler livros. Nos quatro cantos do país não são os homens mas os ratos a ler os jornais especializados, em línguas estrangeiras** (10 de Setembro de 1975, durante uma conferência científica).

Por essa mesma ocasião ainda declara: **Se o objectivo principal das escolas não é a difusão dos conhecimentos, então para que servem? (...) Não e deve injuriar e humilhar, os professores como se fazia. E preciso prervar a ordem. Se os professores são insultados e até espancados, como podem mostrar-se dinâmicos?**

O pêndulo deve agora inclinar-se noutra direcção. Os velhos quadros devem tornar-se resolutos. Não precisam de ter medo do seu passado, e devem lançar-se na luta pela vida. Pode ser que caiam outra vez. Paciência. É preciso coragem. Mesmo aquele que foi derrubado por duas vezes cumpriu bem a sua tarefa. Que importância tem ser-se derrubado? É mesmo meritório, acrescentou.

É preciso libertar imediatamente os velhos quadros e nomeá-los para lugares onde possam mostrar as suas qualidades de organizadores. Num Estado, a ciência e a técnica devem ter prioridade (...) Temos que ajudar os técnicos e dar-lhes condições especiais. (...) Os que se ocupam dos WC sem conseguir evacuar devem abandonar o lugar, continuou.

«O FACCIOSISMO NAS FORÇAS ARMADAS»

O antigo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas — que acaba de ser reabilitado e cuja carreira foi dominada pelos problemas militares, de 1926 a 1949 — diz: **Há um grande número de problemas nas Forças Armadas. (...) Posso exprimi-los por cinco palavras, vaidade, indisciplina, arrogância, dissipação e preguiça.**

Em Julho de 1975 dizia:

No passado, quando era dada uma ordem, corriamos imediatamente a executá-la, e não era preciso que nos dissessem mais nada. Agora é muito diferente. Não são só os indivíduos mas, por vezes, unidades inteiras que se opõem, em bloco, às ordens (...) Há, nas Forças Armadas, muita gente que gosta de ser elogiada. Não querem somente que lhes digam que são bons, querem que lhes digam que são excelentes. (...) O poder das Forças Armadas é muito grande. Elas tornaram-se um poder nos bastidores e entraram em pleno facciosismo, dizia Teng perante a comissão militar do PC, em Julho de 1975.

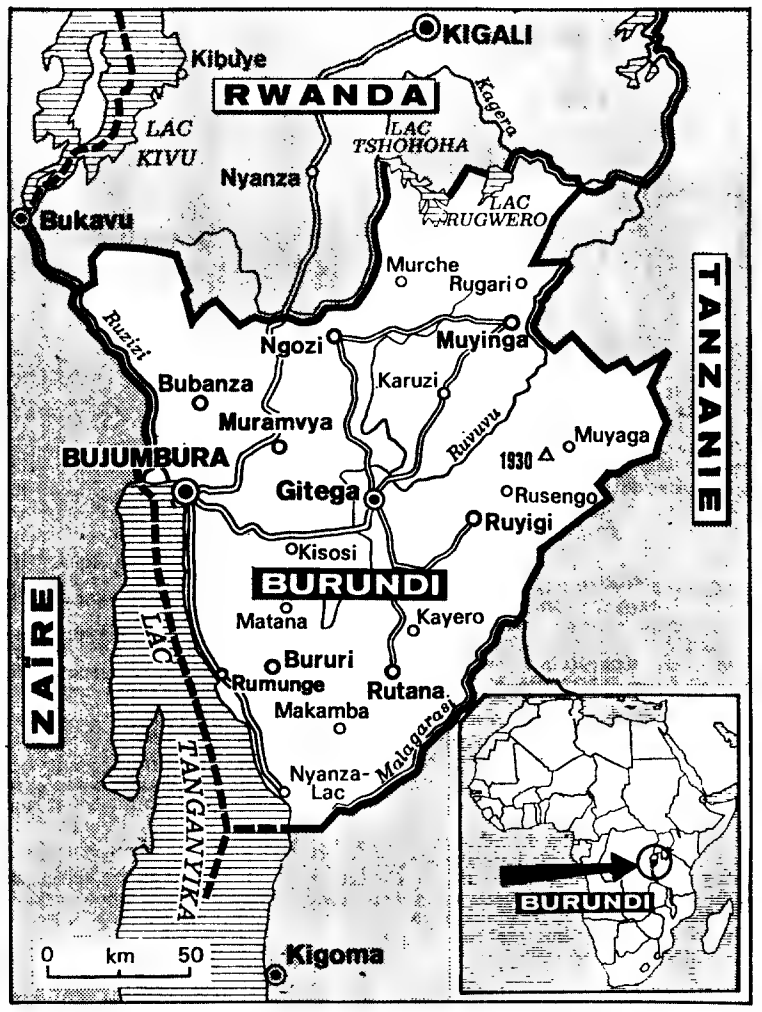
Por fim, referindo-se às artes, Teng retomou as imagens utilizadas durante a campanha das Cem Flores: **É inaceitável que só uma flor desabroche. Se houver outras, deixem-nas desabrochar também.**

Visava com tais palavras as óperas «revolucionárias» pue Chiang Ching dizia apareciar tanto. ●

1 - O BURUNDI

UMA HISTÓRIA COMPLEXA, OBSCURA, MUITAS VEZES TRÁGICA

Iniciamos hoje um estudo de Jean-Pierre Chrétien, publicado no jornal «Le Monde», sobre o Burundi, pequeno país da África Oriental agitado por muitas e dolorosas provações



. À escala da sua longa história, os quinze últimos anos vividos pelo Burundi, isto é, os da sua independência reencontrada, representam, sem dúvida, o período mais crítico da sua existência. Este pequeno país da África Oriental foi agitado desde 1962 por uma série de provações que parecem desmentir o ditado ancestral: **Ubururdi ntibwigeze bugwa mw'isanganya** («o Burundi nunca sucumbirá às provações»).

Menos do que nunca poderíamos contentar-nos com uma crónica dos acontecimentos nem com falsas evidências, para referir uma história complexa, por vezes obscura e muitas vezes trágica.

O reino que a 1 de Julho de 1962 proclamou a sua independência não se parecia nada com o que fora sessenta anos antes, na véspera da rendição aos alemães do velho «mwami» Mwezi Gisabo. O neto deste, o rei Mwambutsa, fora educado pelos belgas e, em 1931, quando se tornou maior, recebeu um poder esvaziado do seu antigo conteúdo religioso e de qualquer modo de acção concreto.

É certo que as quarenta circunscrições reorganizadas na mesma altura pelo colonizador estavam nas mãos dos primos seus, mais ou menos afastados, os príncipes de sangue, ou **Baganwa.** Estes, porém, directamente controlados pela administração territorial, estavam divididos visto pertencerem a linhagens rivais: a dos **Bezi** (descendentes de Mwezi) e a dos **Batare** (colaterais, descendentes de Ntare, pai de Mwezi).

Sabe-se que essa oposição começara a actuar em Outubro de 1961, aquando do assassinato do príncipe Luís Rwagasore. Em todo o caso, o prestígio do rei Mwanbutsa parecia ter atravessado todas as peripécias, como o afirmava a divisa do novo Estado independente: **ganza sabwa** (reina e recebe homenagens!). A festa nacional das sementeiras do sorgo, reinstaurada em 1958, prosseguiu até 1964. A auréola de mártir de seu filho Rwagasore, assassinado em condições que nunca foram seriamente esclarecidas, dava-lhe um suplemento de legitimidade popular. Mas a Constituição promulgada em Outubro de 1962, simples decalque da sua homóloga belga, fazia dele um soberano constitucional confrontado com um Governo e com um Parlamento.

As eleições de Setembro de 1961 foram ganhas contra vontade da administração colonial, pela União para o progresso nacional (Uprona) que se tornara um autêntico partido nacionalista, reagrupando elementos muito variados (islamizados e clero local, Bahutu e Batutsi, chefes «tradicionais» e citadinos) sob o impulso de Rwagasore. Mas, desaparecido este, a vida política foi imediatamente marcada por um conflito incessante entre a corte, isto é, um grupo de príncipes Bezi e de familiares do rei, e os Governos.

Mwambutsa tinha uma linguagem de árbitro e de defensor da Unidade Nacional, mas, preocupado em limitar a influência do Parlamento e do partido, aproveitou-se das rivalidades de facções políticas baseadas em alianças de famílias, camaradagem escolar (antigos «astridianos» do Instituto de Astrida e antigos seminaristas) e, sobretudo a partir de 1963, das virtuais oposições «étnicas». A lista dos primeiros ministros é reveladora deste jogo: primeiro nomeou André Muhirwa, um príncipe do clã dos Batare, da linha do rei, (entre 61 e 63), depois Pedro Ngendandumwe, um Muhutu (63 e 64), Albin Nyamoya, um Mututsi (64 e 65). Entretanto, encontravam-se príncipes Bezi a todos os níveis de responsabilidade: na corte, no Governo, na Polícia, no comando de certas províncias, etc. Em Fevereiro-Março de 1964, o Parlamento protestou contra essa «paródia de democracia».

A vida política do Burundi limitava-se, de facto, a um meio restrito de Bujumbara, e tinha um «handicap» duplo: a fraqueza do número de quadros formados além do primeiro ciclo secundário (por isso o peso do nepotismo), e, por outro lado, a intensidade das intervenções externas provocadas pela situação conturbada das províncias orientais e do antigo Congo Belga, entre 1961 e 1965. A China Popular, reconhecida pelo Burundi desde fins de 1963, utilizou esse país durante todo o ano de 1964, para ajudar militarmente (armas, formação de quadros) os rebeldes de Gaston Soumialot e os refugiados batutsi do Ruanda, em busca de uma desforra. Em contrapartida, a CIA, em ligação com os Serviços de Segurança belga, instalados em Kigali, organizou, de 1962 a 1965, a centralização de diferentes meios políticos rwanderes e burundeses, principalmente hutu, a fim de lutar contra a subversão nessa parte da África. Mal se tinha tornado independente, o Burundi encontrou-se no centro das rivalidades de grandes potências.

A SEGUIR:
2 — A crise de 1965 e o assassínio do primeiro-ministro

JAPÃO

OS ESQUECIDOS DO CRESCIMENTO

■ **Jean-Pierre Dumont**

LE MONDE

TÓQUIO — Um pequeno sorriso triste ilumina por vezes o rosto enrugado do senhor Uno, reformado japonês de setenta e dois anos. Com o seu modesto yukata — quimono tradicional — e as suas sandálias de madeira, Uno conta, sem acrimónia, a sua vida de engenheiro, e mais tarde (até aos setenta e um anos) de porteiro, para conseguir viver. Hoje, a sua reforma mensal de 54 100 yens mal lhe chega para pagar a renda de casa e para sobreviver na capital, onde a vida é muito cara.

O senhor Uno é um exemplo típico dos milhões de japoneses que não tiveram a sorte de trabalhar a vida inteira numa grande empresa. Engenheiro de electricidade, abandonou a mina onde trabalhara quinze anos, a fim de aproveitar, pensava, o crescimento económico. Fundou então uma empresa, logo após a guerra. Três anos depois a empresa faliu e ei-lo condenado à situação dos assalariados com baixo salário, numa tipografia. Aos cinquenta anos, idade que muitas vezes é fatídica no Japão, Uno foi despedido e o único emprego que conseguiu foi o de porteiro. O antigo engenheiro seria pois porteiro durante vinte e dois anos e, quando aos setenta e um pediu um auxílio, este foi-lhe recusado.

O engenheiro-porteiro, que, no entanto, ainda queria trabalhar, está condenado à inactividade e a uma magra pensão. Como vive só, o senhor Uno, cuja única distracção é cultivar flores no edifício colectivo onde mora, admite que a sua vida é difícil mas acha que há pior. Tem um irmão, camponês de sessenta e cinco anos, que só recebe uma pensão de 18 300 yens por mês. «Continua a trabalhar, e duramente», diz Uno.

Efectivamente, milhões de japoneses recebem, tal como o irmão do senhor Uno, pensões ridiculamente baixas. Três quartos dos 11,7 milhões de pessoas idosas não podem suportar sozinhas o custo da vida.

A situação dos antigos assalariados não é pois satisfatória. Em princípio aos cinquenta e cinco anos — mais frequentemente aos cinquenta e sete — o assalariado é mandado embora da empresa onde trabalha, com uma indemnização variável segundo a firma: 20 por cento das empresas, as mais prósperas, dão, no melhor dos casos (trinta anos de presença) 8 milhões de yenes. Para a maioria dos operários a indemnização é muito mais fraca.

A maioria dos «pré-reformados à japonesa» procuram um novo emprego. Quando o conseguem, são pagos 20 ou 30 por cento abaixo do salário que antes recebiam. Quando chega a idade da verdadeira reforma — cinquenta e cinco anos para a mulheres, sessenta para os homens, — as pensões variam segundo a origem profissional (há oito sistemas de segurança). As mais altas são atribuídas aos sectores públicos ou especiais, como os 300 000 reformados dos caminhos-de-ferro e dos tabacos, os 280 000 funcionários públicos, os professores, que recebem entre 50 por cento e 60 por cento do último salário.

Quanto ao regime dos assalariados do sector privado, ele assegura uma pensão igual em teoria a 50 por cento ou 60 por cento do salário, se a pessoa em questão pagou regularmente as suas cotas.

Uma história social muito recente

Salvo excepções todos admitem a insuficiência do sistema das reformas. O senhor Ohishi, director do JETRO (Centro Japonês do Comércio Externo), acha que «o Japão tem, neste domínio, um atraso considerável». No Ministério da Saúde, Kaneda reconhece que «em relação à Europa, as maiores diferenças no domínio social dizem respeito às pensões». E os dirigentes do Sindicato Sohyo não hesitam em denunciar a situação escandalosa das pessoas idosas. Se é certo que a solidariedade entre gerações e a fórmula dos presentes continua a existir, alguns observadores notam que a vida urbana e moderna abala cada vez mais a sociedade tradicional. «Pelo menos 30 por cento das pessoas idosas vivem sós», diz o senhor Ota, sindicalista da Sohyo, «e os jornais referem muitas vezes a morte sórdida de um velho cujo cadáver é descoberto várias semanas após a sua morte».

Mas os dirigentes do JETRO, do Ministério da Saúde, e alguns responsáveis do Conselho da Segurança Social redordam que «a história social do Japão é muito recente» e que, por isso, «os velhos não tiveram a possibilidade de fazer seguros. Nestes últimos anos, fizeram-se grandes esforços, introduzindo, por exemplo, desde 1973, o sistema de indexação». «Agora», acrescentam, «e isto desde 1959, a quase totalidade da população pode inscrever-se numa das oito instituições existentes».

Progressivamente, os regimes de reforma vão entrar em regime de vigilância e o problema do financiamento pôr-se-á em termos bastante graves. «Os velhos, que actualmente só representam 8 por cento da população activa, terão cada vez mais peso», diz o professor Chabuchi: 14 por cento daqui por dez anos e muito mais no fim do século. Segundo os especialistas, a taxa de cotozação, que já foi aumentada há alguns anos (6,4 por cento em 1971, 9 por cento actualmente), deverá passar para 12,7 por cento em 1990 e ultrapassar os 20 por cento em 2010, se se quizer manter as taxas das pensões.

Mas são desejadas outras reformas mais rápidas e fundamentais. Um grupo de empresas já transformou a fórmula da indemnização única num sistema de mensalidades complementares. Certos partidos — socialistas, neo-liberal — sindicatos, exigem uma harmonização, e até a unificação dos regimes de seguros, e, em todo o caso, um reforço do auxílio colectivo.

Os professores Chabuchi e Saguchi, vincam a necessidade de reforma, mas acrescentam que também seria necessário modificar as condições de trabalho e a remuneração por antiguidade, que incita os patrões a desembaraçarem-se dos antigos assalariados.

Os sindicalistas admitem que a população — no seu conjunto muito jovem — não está disposta a bater-se pela defesa das pessoas idosas, que o crescimento esqueceu. Quando em 1973, o Sohyo fez uma greve de vinte e quatro horas, só um terço dos grevistas pararam o trabalho. Os estados-maiores começam, porém, a tomar consciência, a todos os níveis de responsabilidade, de que é necessário um esforço, o que os incita a propor a manutenção de uma taxa de crescimento económico bastante elevado. ●

OS "DIREITOS HUMANOS" NA INDONÉSIA DE SUHARTO

A Comissão Internacional de Juristas publicou em Genebra uma carta de um preso político indonésio que — diz a CIJ — apresenta «um horroroso relato das condições nas cadeiras e campos prisionais» desse país asiático.

O preso, que não é identificado, devido ao receio de represálias, afirma na carta que 90 por cento de todos os detidos na Indonésia experimentam diversas formas de tortura ou maus tratos indistriminados durante os interrogatórios.

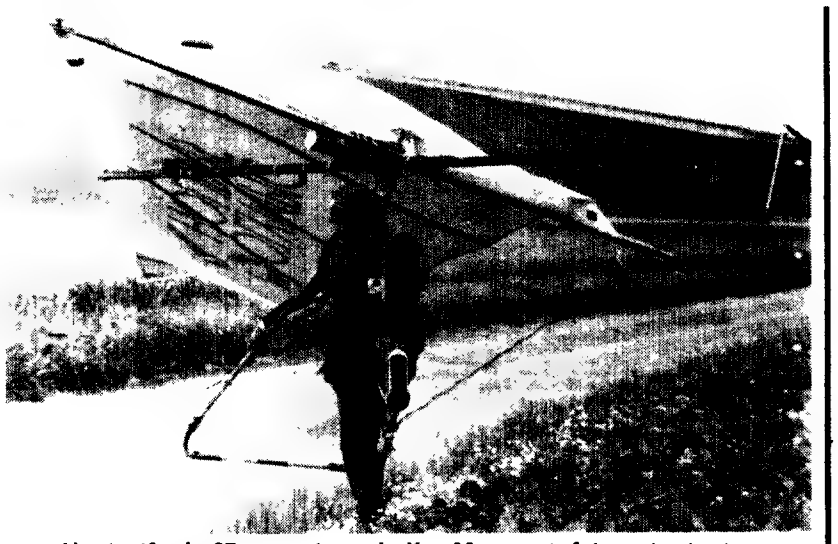
O signatário da carta refere espancamentos com objectos pontiagudos, eletro-choques, arrancar de unhas e esmagar de mãos sob o peso de mesas, como exemplos da tortura que se pratica nas cadeias da Indonésia.

O mesmo preso afirma que nas prisões do seu país se contraem muitas doenças e que em duas delas se verificam, geralmente, dois óbitos diários devido à falta de alimentação e à doença «beri-Beri», avitaminose que se manifesta por paralisia, hidropsia e convulsões.

A carta refere ainda a tortura de parentes chegados dos prisioneiros, incluindo a violação e o queimar da vagina das mulheres dos indonésios que se encontram na cadeia.

O signatário considera grandemente exagerado o número de 2.500 presos que o Governo indonésio disse ter libertado no ano passado Outras fontes têm referido a existência de uns 100 000 presos nos cárceres da Indonésia.

O regime da Indonésia, que tem à frente um senhor chamado Suharto, é apoiado pelos Estados Unidos, cujo presidente tem uma especial «preocupação» pelos «Direitos Humanos»... ●



Um inglês de 37 anos chamado Ken Messangir foi o primeiro homem a atravessar o Canal da Mancha em «deltaplano». O aparelho foi construído por ele mesmo em Malborough, perto de Oxford. A sua «aterragem» deu-se, sem incidentes, em Sangatte, perto de Calais, na França, depois de uma hora de voo tranquilo sobre o mar do Norte. A foto da France Presse foi obtida quando Ken, já depois da travessia, caminhava com o seu «deltaplano» à beira de uma pequena estrada francesa, talvez à espera de uma boleia.

FOTO EXCLUSIVO

O «Izvestia», da URSS, recebe por dia cerca de mil cartas que abordam o projecto da Constituição Soviética. Por causa desse volume extra de correspondência, foi encarregado um grupo especial de colaboradores para separar o correio e prepará-lo para publicação. Esta foto da Tass mostra duas funcionárias do ficheiro de serviço do correio dos leitores a procederem à primeira tiragem da correspondência sobre o projecto da Constituição.

Esta estranha carcaça saiu das profundezas das águas do Pacífico, ao largo da Nova Zelândia, pescada por um barco japonês que, empestado pelo seu cheiro, voltou a jogá-la no mar, mas não sem antes fotografá-la. Diante das fotografias reveladas, os paleontologistas identificaram o animal: um plesiosauro, espécie que viveu há 100 milhões de anos. A descoberta tende a provar que a raça desses animais não está extinta. O ser ao qual pertence a carcaça seria um «primo» marinho do famoso «monstro de Loch Ness» o «Nessie» que, por sua vez, permanece escondido mas, dizem, bem vivo. A foto é da Keystone.

Um jovem engenheiro dinamarquês, Kage Krogshave, construiu o que ele diz ser «a maior bicicleta do mundo». Para conseguir a façanha, utilizou nada menos do que 78 velhas bicicletas convencionais, um cano de 50 metros, 130 metros de tubos e 3 rodas de automóvel. A «maior bicicleta do mundo», que tem lugar para 35 alegres ciclistas, está agora a levá-los a passar férias através da península da Jutlândia, lá mesmo, na Dinamarca. A foto é da Keystone.

140 ANOS DE CAMINHO-DE-FERRO

O ESFORÇO CUBANO PARA A MODERNIZAÇÃO DOS SEUS TRANSPORTES

■ Wilfredo Fernandez

PRENSA LATINA

Ao cumprir 140 anos, o sistema ferroviário cubano atravessa uma etapa de reconstrução necessária ao seu funcionamento como moderno meio de transporte ao serviço do público e da economia nacional.

Foi em Novembro de 1837 que se construiu o troço de 29 quilómetros Havana-Guines e por mais de um século, no passado capitalista, seriam mantidas as ligações sobre carris em função das altas e baixas da indústria açucareira.

Com a sua inauguração, à custa de 1 100 operários mortos pelas extenuantes jornadas de trabalho, Cuba seria o primeiro país da América Latina a possuir um «caminho de ferro» e o sexto no mundo, depois da Inglaterra, Estados Unidos, França, Áustria e Bélgica.

O caminho-de-ferro foi a via fundamental de comunicação, o senhor absoluto dos transportes terrestres, até à abertura em 1931 da Carretera Central — a primeira auto-estrada do país — que fez passar, gradualmente o primeiro lugar, em importância, para os veículos automóveis.

A formação de operários qualificados faz parte do plano de desenvolvimento ferroviário para o quinquénio 1976-80

Em princípios deste século, sob a protecção militar dos Estados Unidos, o caçador de fortunas Sir William Cornelius Van Horne lançou as bases para uma forte dominação norte-americana-britânica sobre os caminhos-de-ferro da ilha.

Mas a crise económica capitalista dos anos 1929-32, que provocou a virtual ruína da indústria açucareira, determinou o declínio da actividade ferroviária em Cuba.

O sistema ferroviário estava em regressão quando se produziu a sua nacionalização, em 1960, época em que contava com aproximadamente 12,8 quilómetros por cada 100 quilómetros quadrados de superfície.

Um estudo do Ministério dos Transportes cubano revelou que durante 30 anos, antes de 1959, não se tinham feito investimentos nos caminhos-de-ferro.

Isso conduziu a um estado de extremo abandono, falta de manutenção de material, diminuição dos movimentos de carga e redução das velocidades dentro da velha rede que se fora tornando praticamente intransitável.

Em 1966, havia 5 079 quilómetros de serviços públicos e 9 528 de linhas de serviço agrícola (açucar), o que perfazia um total de 14 607 quilómetros de caminho-de-ferro, distribuidas pela largura e comprimento do território.

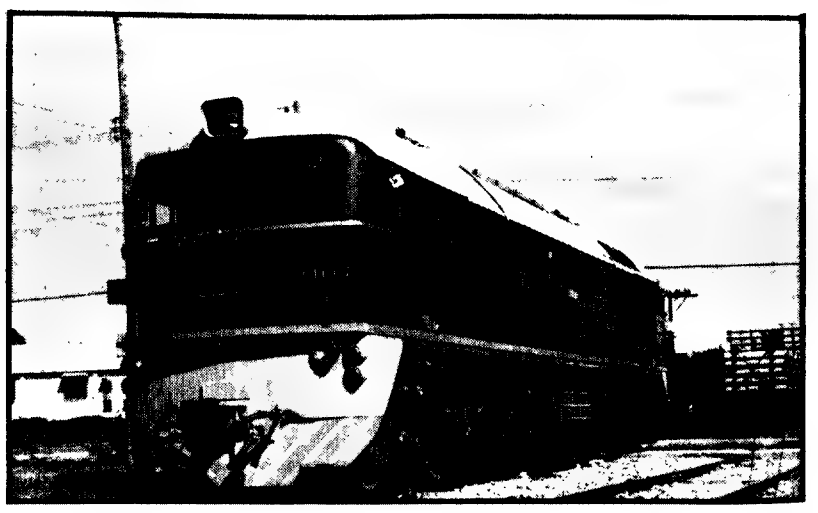
O Governo Revolucionário elaborou um plano para a manutenção dos caminhos-de-ferro e, em 1964, compraram-se 80 locomotivas na União Soviética, França e Grã-Bretanha. Entre 1967-69 adquiriram-se 70 locomotivas adicionais e mais de 2 500 vagões de carga no campo socialista.

Em 1969-70 iniciaram-se os estudos preliminares para o programa de desenvolvimento ferroviário de Cuba.

A partir de 1972, os técnicos cubanos começaram a elaborar o esquema geral do Programa Integral de Desenvolvimento Ferroviário (PDIF).

Este programa, executado com a assistência económica e técnica da União Soviética, prevê o cumprimento, no quinquénio 1976-80, do seu projecto principal: a reconstrução da linha rápida Havana-Santiago de Cuba, com 880 quilómetros de extensão.

O objectivo consiste em alcançar velocidades máximas de 140 horários para comboios de passageiros, no imediato, e para os de carga em 1980, com vista a um aumento futuro para 200 quilómetros horários, através da electrificação do sistema.



Locomotiva símbolo dos caminhos de ferro cubanos - adquirido na União Soviética - utilizada por Fidel Castro na sua viagem na inauguração do primeiro troço de 25 quilómetros dos Caminhos de Ferro Centrais.

O primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba Fidel Castro, afirmou ao inaugurar o primeiro troço de 25 quilómetros desta obra em Janeiro de 1975: «Se outrora fomos o primeiro país latino-americano a possuir um caminho-de-ferro, agora vamos ser o primeiro a ter um caminho-de-ferro com características tão modernas».

Para a modernização do caminho-de-ferro central, rujas obras são executadas com avançadas técnicas mecanizadas, o investimento, ao longo dos cinco anos, somará quase 700 milhões de pesos. Será necessário construir, ou reconstruir, 1 149 quilómetros de vias férreas e remover trinta milhões de metros cúbicos de terra.

Este grandioso empreendimento requer o estabelecimento de várias indústrias, entre as quais uma com capacidade para construir um milhão de travessas de betão por ano e outra de locomotivas, ao mesmo tempo que avança a construção do complexo ferroviário de São Luís, na província oriental, com o projecto de ligação já em marcha.

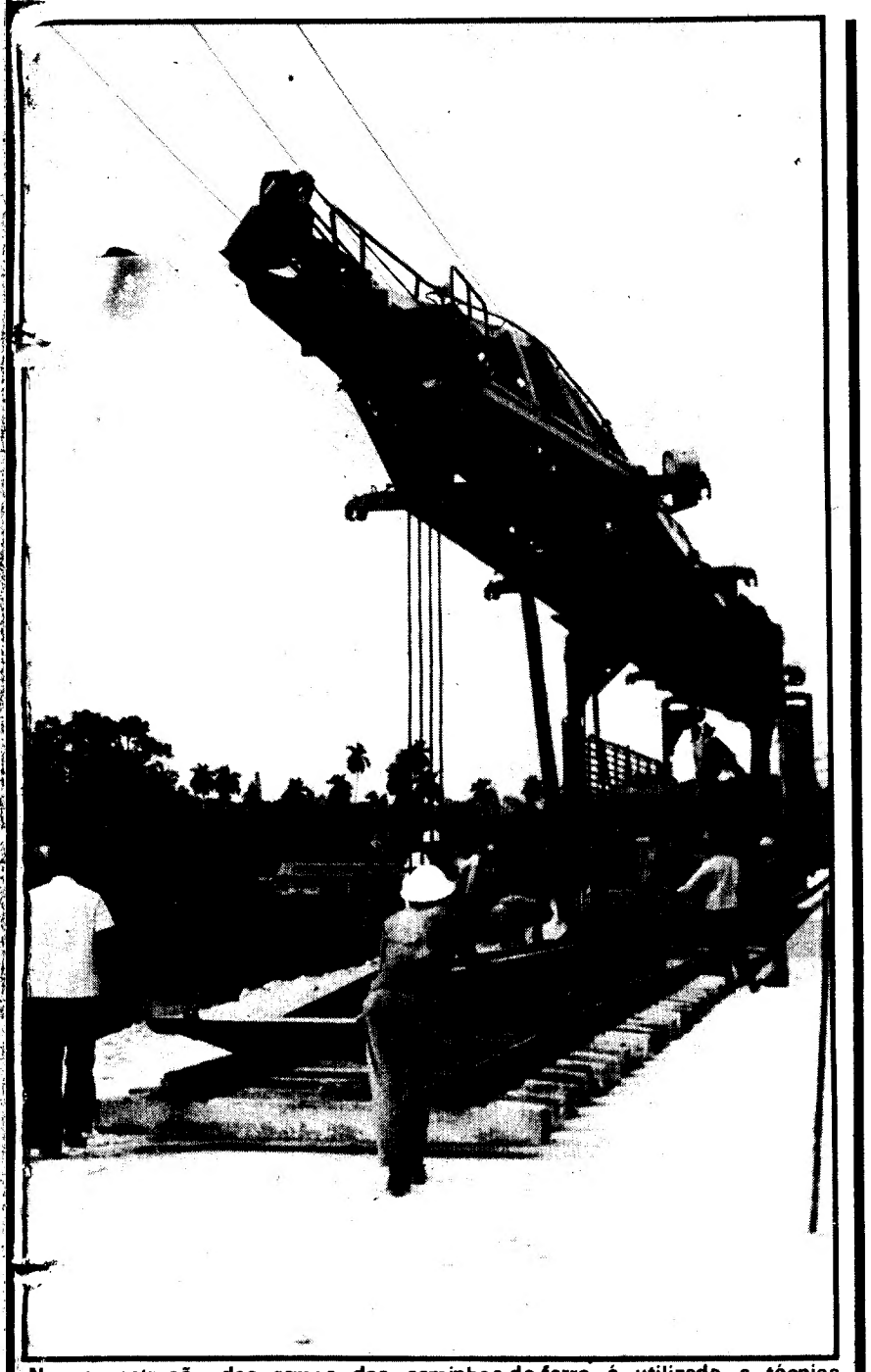
Além disso, o Estado tem destinado fundos para a modernização do parque de locomotivas carruagens de passageiros, vagões de carga, e outros equipamentos de técnica avançada, para os trabalhos de manutenção da via.

O campo socialista, a Argentina e o Canadá são os fornecedores dos modernos equipamentos à empresa cubana importadora de caminhos-de-ferro, factor importante para desenvolver um sistema moderno, confortável, seguro, pontual e rápido.

O plano para a aquisição de material para 1976-1980 abranje 40 locomotivas diesel e 1 915 vagões de carga, entre outro material. Em Abril de 1977 foram postos em serviço 48 modernos e confortáveis serviços de comboios para o transporte de passageiros, com carruagens compradas à empresa «Fiat» na Argentina.

Dispõem de ar condicionado, música indirecta, assentos individuais e reclináveis e janelas panorâmicas com duplo cristal atérmico (não fornece nem obsorve calor) entre as suas numero-

Vista interior de uma confortável carruagem comprada por Cuba à firma «Fiat» da Argentina.



Na reconstrução dos ramos dos caminhos-de-ferro é utilizada a técnica mais moderna

sas comodidades.

Pretende-se conseguir que os caminhos-de-ferro cresçam nos próximos cinco anos, ao ritmo de 9,8 por cento ao ano no que diz respeito ao transporte de mercadoria.

A modernização da rede ferroviária exige a formação de 1 800 engenheiros, 2 900 técnicos médios especializados e 6 200 operários qualificados.

O Instituto Tecnológico Ferroviário «Cândido Gonsalez», fundado em 1965 na cidade de Camaguey, com capacidade para mais de mil estudantes, continua a sua actividade formadora de jovens, ao mesmo tempo que vão ser postos em funcionamento três institutos similares no ocidente, centro e oriente da nação.

O «Cândido Gonsalez» dispõe de aulas e laboratórios em que se repartem as especialidades de exploração ferroviária, mecânica de motores diesel e electricidade, conjuntamente com a prática diária, aplicando o método estudo-trabalho.

Uma injecção de sangue novo neste ramo tem a sua expressão nas unidades ferroviárias do Exército Juvenil do Trabalho, um corpo especializado das Forças Armadas Revolucionárias que realiza trabalhos de apoio à economia nos sectores da agricultura e da indústria.

Os membros do EJT dedicam um esforço contínuo à manutenção das vias actuais e a diversas tarefas de reconstrução ferroviária.

Na União Soviética preparam-se, desde 1971, operários, técnicos e dirigentes cubanos de transporte ferroviário. Além disso existem acordos de colaboração para a formação de pessoal especializado assinados com o Canadá e o México.

Os projectos elaborados sobre este tema incluem a criação em 1980 da Faculdade de Transportes nas Universidades cubanas, que integram cursos especializados de Tecnologia, Economia e Ciências.

A modernização e o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro é um dos principais objectivos do país no que diz respeito aos transportes terrestres, dada a natureza geográfica da Ilha — larga e estreita — com uma longitude superior a mil quilómetros.

O presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros, Fidel Castro, afirmou que «economicamente não existe, nas grandes distâncias por terra, nenhum sistema de transporte superior aos caminhos-de-ferro, tanto para a carga como para os passageiros».

O secretário geral da Associação Latino-Americana de Caminhos-de-ferro, Emiliano Flouret, declarou que a actividade ferroviária que se desenvolve em Cuba poderia servir de modelo a outros países do continente.

Flouret visitou Cuba em Abril passado, em representação da referida Associação Latino-Americana, que agrupa empresas de 16 países, com sede em Buenos Aires, na Argentina.

Em Cuba o programa ferroviário integral articula-se com o desenvolvimento das regiões básicas da economia, como o movimento do açucar a granel até às terminais marítimas. ●

REFORMA AGRÁRIA E DEMOCRACIA NA GUATEMALA

AS FORÇAS ARMADAS AFASTAM-SE DOS AGRÁRIOS

● Philippe Labreveux

LEMONDE

Cidade da Guatemala — Ele denuncia a Organização das Nações Unidas, «dominada pelos comunistas», na qual quase todos os membros são favoráveis à independência de Belize — ex-Honduras britânicas — considerada na Guatemala parte integrante do território nacional. Ele recusa aos naturais de Belize, «descendentes de escravos importados de África», o direito à autodeterminação. Ele insurge-se contra os Estados Unidos, culpados, na sua opinião, de flirtar com o regime de Fidel Castro. Ele fustiga o general Omar Torrijos, o homem forte do Panamá, «um alcoólico inveterado e que se droga», a quem acusa de se imiscuir nos assuntos guatemaltecos. Ele vitupera a Igreja, «infiltrada por elementos marxistas». Para ele, Mário Sandoval, vice-presidente da República da Guatemala, a política parece não ser mais do que um jogo de massacre. No sentido figurado — muitos dos seus compatriotas estão convencidos disso — e também no sentido próprio.

«El Mico» (o macaco), como lhe chamam, não é só o principal dirigente do Movimento de Libertação Nacional (M.L.N.), o Partido dos Proprietários Rurais, grandes e pequenos, que em 1974 levou à presidência o general Kjell Laugerud, e antes disso, em 1970, o coronel Carlos Arana Osório. Ele também é, e principalmente, o chefe de um pequeno exército que há mais de vinte anos faz a lei no país com a concordância dos chefes militares, e por vezes até sem essa concordância.

Organizado em 1954 para derrubar o governo progressista do coronel Jacobo Arbenz, e pôr fim à reforma agrária, o M.L.N. serviu, desde 1966, de força de apoio ao exército que lutava contra os guerrilheiros nas montanhas de Izabal e de Zacapa, a Oeste do país. Milhares de camponeses foram massacrados. Mas a derrota dos insurrectos não foi o fim do combate. O movimento estendeu as operações ao país inteiro e a todos os adversários políticos. Dez, quinze, vinte mil mortos? É difícil avaliar o número das vítimas dos seus bandos que operavam sob siglas várias: Mano, Noa, Codeg, Ojo por Ojo...

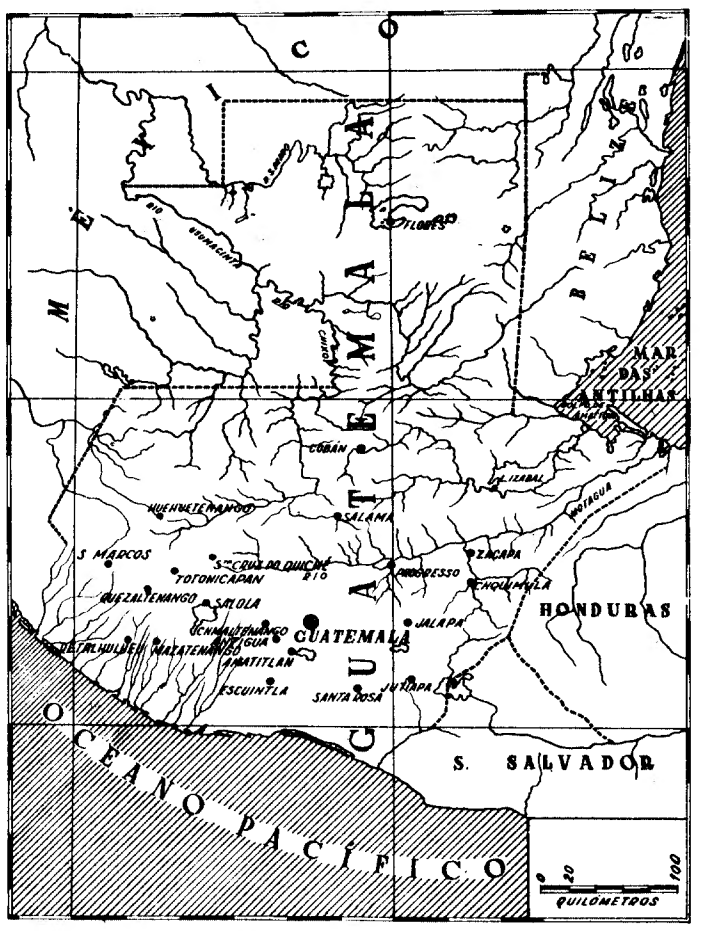
Todos os meios servem

Na sua vivenda bonita e fortificada de Cidade da Guatemala, mais eficientemente guardada do que qualquer ministério, Sandoval assume as suas responsabilidades com uma franqueza à medida da sua imunidade: «Todos os meios servem para combater os guerrilheiros», diz ele acariciando um caniche anão. «Direi mesmo, acrescenta, que temos que ser mais cruéis do que eles».

Raptos, torturas, mutilações, assassinatos, execuções em massa: todos os métodos utilizados na Guatemala com a cooperação do exército americano, foram depois retomados e aperfeiçoados noutros países do continente.

«Na América do Sul os militares compreenderam», diz ainda Sandoval. «Um general uruguaio quis mesmo reconhecer diante de mim que as forças armadas do seu país se tinham inspirado no exemplo guatemalteco».

O exército, por seu lado, mantém relações bastante ambíguas com o MLN, que muitas vezes o levou mais longe do que os chefes militares o teriam desejado. O coronel Arana Osorio, responsável pela luta contra a guerrilha, cujos métodos não foram menos expeditivos e cruéis do que os do Movimento, procurou, em todo o caso, deter-lhe os excessos. Por seu lado, o general Langerud tentou uma aproximação com o Partido Democrata-Cristão, a primeira formação política do país, a Frente Revolucionária Unificada (FUR), sociais-democratas — fortemente implatados na capital, e outros agrupamentos, a fim de reduzir a influência do MLN no governo. Mas nada conseguiu. Em todo o caso não ousou desarmar o Movimento. E, ao aproximar-se a eleição presidencial prevista para 1978, os dirigentes da oposição receiam «uma nova onda de violência».



Um modo de falar ilustra o estado dos espíritos, já acostumados àquilo que é, de facto, uma guerra civil permanente. «De dez em dez horas há um assassinato», disse um jornalista que quis «por curiosidade» e baseando-se simplesmente nos comunicados da Polícia publicados nos jornais, fazer um balanço da violência em 1976, ano considerado «calmo»: Oitocentos e vinte e seis mortos, homens, mulheres, velhos e crianças. E, na opinião geral, ainda se está longe da conta. Faltam os crimes de direito comum. Mas como fazer a distinção, num país entregue ao gangsterismo, onde todos os conflitos políticos, sociais, económicos, e até pessoais, são solucionados pelas armas? Cita-se como «acidente» o caso do rico homem de negócios Jorge Kong que foi acusado de homicídio e preso por um caso sem importância de maior: esvaziara o revólver em três jovens de boas famílias...

A Imprensa, que, no entanto, goza de certa liberdade, não mostra maior interesse que a Polícia pela verdade dos factos. A justiça só intervém muito excepcionalmente. Diz-se que na Guatemala não há presos políticos.

Quase metade das vítimas da violência — atestam-no as estatísticas — são camponeses. Um quarto dessas vítimas são operários e «marginais» dos bairros de lata. Mas ninguém pode considerar-se ao abrigo de um ataque e raros são aqueles que saem à rua sem revólver. «Assim é possível evitar que acabem connosco a curta distância», explica com certo humor um jovem professor universitário. O número de guarda-costas de uma pessoa mostra a sua influência política ou a sua fortuna.

«Não durmo em casa». Miguel Angel Albizurez, secretário-geral da Confederação Nacional dos

A REFORMA AGRÁRIA NA GUATEMALA

5

Trabalhadores (C.N.T.) sabe que a sua vida está ameaçada. Sucessivamente pedreiro, vendedor de jornais e de cautelas, empregado de farmácia e de uma fábrica de cosméticos, foi aí que organizou o seu primeiro sindicato. Isto bastaria para o condenar ao desemprego, se não se tivesse ainda por cima, consagrado ao sindicalismo. «Formar um sindicato na Guatemala, explica ele, é uma tarefa necessariamente clandestina. «Primeiro temos que convencer trabalhadores aterrorizados e reticentes a unir-se a fim de fazer as suas reivindicações. Depois é preciso esperar que o ministro do Trabalho lhes conceda personalidade jurídica. Isto leva longos meses. Durante esse tempo os patrões manobram para que a organização morra no ovo. Quase sempre pedem a ajuda da polícia ou dos seus próprios grupos de choque».

O presidente Arbenz, deposto pelo golpe de Castillo Armas (1954)

A aspiração à democracia

Nos campos onde vive dois terços da população, as condições são ainda mais duras. Camponeses do departamento de Quezaltenango esperam há quase sete anos que o governo queira reconhecer a liga por eles formada. As cooperativas que, no entanto, se vão desenvolvendo sob o impulso das autoridades, são atacadas pelos proprietários. Eles também não hesitam em utilizar a força. Cansado de tanta violência, o povo só aspira a uma paz em que as leis sejam respeitadas.

É essa, em todo o caso, a opinião de Renato de Léon Schlotter, chefe do Partido Democrata-Cristão, a única formação política com certa audiência entre os indígenas, maioritários no país. «A democracia, diz ele, não é aqui um conceito desprovido de conteúdo: é uma aspiração popular. «Para restabelecer o Estado de Direito, «é preciso, explica, desarmar os extremistas. Mas para conter os exageros do MLN e da oligarquia da terra, é necessário conquistar, pelo menos, uma parte do poder, com o apoio de uma fracção respeitável do exército»:

Eis um programa modesto que, no entanto, implica grandes concessões. Porque na Guatemala não basta ganhar as eleições para se ser governo. Isso verificou-se em 1974 em que as eleições foram ganhas pelo general Efraim Rios Montt, mas o general Laugerud é que foi presidente. Os chefes militares, verdadeiros árbitros das eleições, não se mostraram todos eles dispostos, a falsificar os resultados. O MLN, porém, arranjou meios sobretudo financeiros para acalmar os remorsos dos mais legalistas.

Os democratas-cristãos já escolheram o seu candidato para as eleições de 78: um militar, naturalmente, que parece ter sólidos apoios entre os grandes eleitores do exército: o general Ricardo Peralta Mendez. «Se a DC não pôde ascender ao governo em 1974, isso aconteceu porque ela propos mudanças demasiado bruscas e os ricos tiveram receio», explicou-nos o general.

Ao ouvi-lo ficamos convencidos de que já não é necessária nenhuma reforma agrária nem fiscal na Guatemala, onde as disparidades sociais continuam, no entanto, a ser enormes. «A terra não falta. O que é preciso antes de mais é melhorar os rendimentos e acelerar a colonização dos departamentos de Alta-Verapaz e do Peten, a parte setentrional do país», diz ele.

Nestas condições por que se oporia a oligarquia dos grandes proprietários a estes democratas-cristãos?

O MLN não quer ceder o lugar sem lutar por todos os modos ao seu alcance. É certo que as suas relações com os militares se deterioraram. «O exército detesta o Sandoval e os seus partidários», diz-nos um embaixador estrangeiro. O certo é que nenhum oficial superior no activo aceitou ser candidato do Movimento. Sandoval teve que se contentar com o coronel Peralta Azurdia, antigo presidente da República, mais perto dos caudilhos de outrora do que dos tecnocratas da actualidade.

«Mais do que qualquer outra instituição, o exército guatemalteco mudou profundamente», afirma o general Peralta, antigo aluno da Escola de Guerra do Peru, fundador e primeiro director, em 1970, do Centro de Estudos Militares (CEM); «os oficiais recebem hoje uma formação humanista completa que ultrapassa largamente as suas actividades profissionais». Enquanto as forças armadas formulam o que o general descreve como «uma doutrina militar nacional», a influência dos Estados Unidos onde desde 1950 quase três mil oficiais foram instruídos, tende a baixar. Tanto que em Março último o general Langerud rejeitou o auxílio militar americano — que o governo de Carter subordina ao respeito pelos direitos do homem.

Esta evolução não vai necessariamente dar origem ao «desanuviamento político» desejado por certos civis. É certo que a hostilidade «visceral» ao comunismo já não é a marca distintiva das novas gerações de oficiais. Estes são mais abertos às ideias de reformas sociais. Foi isso, em todo o caso, o que se provou num inquérito recente. Mas, a julgar por essa sondagem, eles desprezam os partidos políticos e os seus dirigentes, e mostram confiança nas suas próprias capacidades de dirigir o país.

Leon Schlotter sentiu o perigo: «É mais uma razão, disse, para nos apressarmos.» ●

OS ESTADOS UNIDOS E A MORAL

■ **LE MONDE**

A sétima assembleia geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que terminou a 21 de Junho da ilha de Granada, nas Caraíbas, foi dominada, como os Estados Unidos o desejavam e como os regimes militares do Sul do continente o receavam, pela questão dos Direitos do Homem. A solução apresentada pela Venezuela, referindo as violações a esses direitos praticadas pelo Chile, foi adoptada, depois de algumas correcções que lhe suavizaram o tom. A OEA pede solenemente ao Governo chileno que ponha em acção os meios necessários para que tais direitos sejam, na realidade, garantidos.

A diplomacia do presidente Carter surge nesse domínio mais coerente do que certos observadores julgavam de início. Não há reuniões internacionais em que o delegado dos Estados Unidos não reafirme as preocupações humanitárias do seu Governo. Aconteceu assim nas reuniões da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), no início de Maio, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no fim de Maio. Essas declarações de princípio têm efeitos concretos visto a assembleia de Granada ter aceite que a Comissão Interamericana dos Direitos do Homem disponha de maiores poderes, e tenha um orçamento e um pessoal maiores.

O abandono do texto proposto por três pequenos países da América Central, dotados de regimes autoritários, Nicarágua, Guatemala e El Salvador, é igualmente significativo. Este documento apoiado pelas grandes ditaduras militares do continente, principalmente a Argentina, propunha assimilar os actos de terrorismo cometidos por organizações de esquerda a violações dos Direitos do Homem. «Se a violação perpetrada pelos contestatários não pode ser desculpada, também é impossível aprovar a violação que vem das autoridades, porque desfigura o sistema jurídico que é o único à assegurar a sobrevivência das nossas tradições», declarou em Granada Cyrus Vance, que, no entanto, se recusou a fazer uma ligação entre os dois problemas. «O meio mais seguro de vencer o terrorismo é promover, nas nossas sociedades, a justiça económica e social», acrescentou o secretário de Estado, retomando assim um tema há muito desenvolvido por numerosos bispos latino-americanos.

Outro sinal, que mostra a evolução da OEA, é a rejeição de um projecto que condena as violações dos Direitos do Homem em Cuba. O delegado de Barbados, pequeno Estado moderado das Caraíbas, fiel às tradições jurídicas britânicas, fez notar, com muita razão, que era «absurdo condenar um país que não estava presente para se defender». Com efeito, Cuba foi afastada da OEA em 1964.

Os Estados Unidos procuraram muito visivelmente não surgir como os únicos a dar lições no combate pela defesa dos Direitos do Homem, e fizeram com que elas também fossem dadas por países como a Venezuela, a Colômbia e a Costa Rica, cujos regimes são democráticos. O militantismo de Carter surgiu acompanhado por um desejo de «multilateralização» dos esforços neste domínio, e de uma certa descompressão financeira.

Cyrus Vance

Carter parece decidido a ir longe na aplicação da sua nova diplomacia moralizadora. Aparentemente não se preocupa em descontentar um grande aliado como o Brasil, ou um país em convulsão interna como a Argentina. Mas falarão os Estados Unidos como uma só voz? O PENTÁGONO; A CIA, o Departamento do Comércio, sem contar com os estabelecimentos financeiros, só teoricamente independentes, devido a múltiplas pressões oficiais, usarão a mesma linguagem do presidente? Terão mesmo sido convidados a usá-la, com força bastante convincente? ●

TRÊS PRÉMIOS NOBEL A FAVOR DO DESARMAMENTO

Luís Echeverria, antigo presidente do México, fez um apelo á UNESCO a favor de uma «revolução psicológica». Dirigia-se aos participantes de uma «mesa redonda» sobre os «desafios do ano 2000», que reuniu em Paris umas trinta individualidades do mundo da política das artes e das ciências.

O nosso século é caracterizado pelo fim do colonialismo territorial, afirmou Echeverria, que desejou que um processo semelhante pusesse a ciência e o saber já não ao serviço de uma minoria, mas sim de toda a humanidade. Segundo ele, a verdadeira resposta à ameaça que pesa no futuro da humanidade é a utilização racional dos recursos humanos e materiais, assim como a utilização da ciência como instrumento de mudança.

Por seu lado, Janez Stanovnik, secretário executivo da comissão económica das Nações Unidas para a Europa, afirmou que a nova ordem económica que os países em vias de desenvolvimento reclamou, é, à escala mundial um equivalente do «New Deal» americano. Ora o «New Deal», utilizando desempregados, máquinas, etc., triunfou. Era hoje necessário mobilizar essas forças para uma acção global à escala internacional. As limitações do crescimento assegurariam a modificação nos países desenvolvidos, enquanto que o Terceiro Mundo combinaria o crescimento com a modificação social.

No dia 30 de Junho, ao tirarem conclusões de dois dias de trabalhos, os participantes insistiram uma vez mais na necessidade de uma cooperação internacional. tão estreita quanto possível. Três prémios Nobel — o professor Alfredo Kastler, Lord Noel-Baker, e Sean Mac-Bride — redigiram um apelo que todos os participantes puderam assinar a título individual, e em que se convidava os presidentes Jimmy Carter e Leonid Brejnev a assegurar com a maior brevidade possível a aplicação do artigo VI do Tratado de 1970, de não-proliferação das armas nucleares. Segundo esse artigo, cada uma das partes compromete-se a **prosseguir de boa-fé nas negociações sobre medidas eficazes com vista a pôr fim, numa data próxima à corrida do armamento nuclear, nas negociações para o desarmamento nuclear e para um tratado de desarmamento geral e completo.** Este apelo põe o problema do sentido a dar à expressão **uma data próxima** e recorda aos dois presidentes que o destino da humanidade depende da decisão de ambos.

Por sua vez, Sean Mac Bride sugeriu que a UNESCO ou o Conselho da Europa patrocinassem uma convenção internacional para a protecção do direito à informação que tratasse de todos os problemas de armamento e desarmamento. Esta convenção previria medidas para evitar a manipulação dos «medias» por complexos militaro-industriais dos governos ou de outras potências económicas que favoreçam políticas de armamento. ●

FIGURA EM DESTAQUE

JUNIUS RICHARD JAYAWARDENE

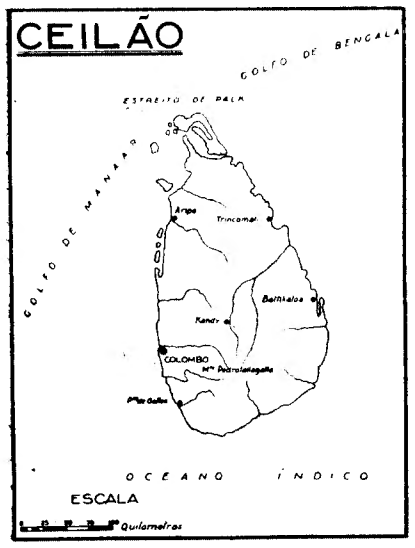
. Foram precisos três decénios a Junius Richard Jayawardene, eterno «número 2 » do Partido Nacional Unificado (UNP), para chegar, aos 71 anos, ao primeiro lugar do seu país, o Sri Lanka, ex-Ceilão.

Depois de um dia, em 1948, quando foi chamado pelo chefe de uma das famílias mais aristocráticas da sua terra, D.S. Senanayake, para o lugar de ministro das Finanças do primeiro governo independente, «J.R.» __ como é chamado familiarmente __ não deixou de ser a «eminência parda», o «Deus ex-machina» do seu partido.

Foi mesmo por duas vezes o seu «salvador»: em 1956 e, depois, em 1970. A derrota que então sofreu provocaria a retirada de Dudley Senanayake, que abandonaria a direcção da UNP, deixando, enfim a «J.R.» a possibilidade de ascender ao primeiro lugar.

Mas para tal, era preciso «colar» novamente os pedaços» do partido.Isso foi feito, apesar do estado de emergência e da interdição da Imprensa favorável à UNP, feita pela senhora Bandaranayke.

«Gentelman» educado à inglesa, elegante e «bem apanhado» __ salvo durante a campanha eleitoral __ Jayawardene vem de uma ilustre família de magistrados. Ele mesmo, exerceu a profissão de advogado, antes de colocar os seus dons oratórios ao serviço da carreira política, nos anos 40. O seu talento permitiu-lhe, notadamente, que obtivesse um sucesso memorável na Conferência de Paz de São Francisco, em 1951, quando manobrou habilmente com Andrei Gromyko sobre a espinhosa questão do Japão.



Srik Lanka, o antigo Ceilão, é o segundo país asiático em que umas eleições derrubam uma mulher primeiro-ministro

Nos últimos meses, endereçou à senhora Bandaranayke, a primeira mulher que foi elevada ao cargo de primeiro-ministro no mundo, e que venceu expectacularmente nas últimas eleições, um hábil requisitório por má gestão, corrupção e nepotismo. Sobre este último ponto, Jayawardene não arriscou muito: afinal, o seu filho único está estabelecido, há muito tempo, na Austrália. Caso houvesse qualquer problema...

O seu partido é, tradicionalmente, o preferido das classes privilegiadas do Sri Lanka e do grande capital estrangeiro. Sob sua orientação, e agora, com o cargo de primeiro-ministro, que o partido, quer o país, serão conduzidos para uma «democracia socialista», em oposição a um «socialismo democrático» que a sua antecessora tentava praticar. Isso quer dizer o seguinte: o ex-Ceilão está mais à direita. Antes de tudo Jayawardene entende representar, sob todos os pontos de vista, a «ordem» e a «justiça» num país que priva das maiores necessidades.

Com a sua subida ao poder, completa-se um estranho ciclo que, em poucos meses, «assolou» a região da Ásia onde o Sri Lanka está situado. Indira Ghandi foi derrotada nas eleições indianas, Ali Bhutto foi derrubado por um golpe militar e, finalmente, Bandaranaiyke sofreu uma tal derrota nas urnas que o seu Partido da Liberdade, por pouco, não fica fora do Parlamento. ●

É MUITO "DIFÍCIL"...

CEE DESISTE DAS SANÇÕES CONTRA A ÁFRICA DO SUL

. A natureza das pressões económicas que a CEE poderia exercer em relação à África do Sul apresenta problemas delicados, segundo se pensa nos «círculos comunitários». Isto explica os poucos progressos verificados, na semana passada, em Bruxelas, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos «Nove» na elaboração de medidas económicas destinadas a fazer pressão sobre Pretória a respeito do problema do «Apartheid».

Ao contrário do que foi dito em 12 de Julho último, na reunião de cooperação política dos «Nove», a CEE não prevê já sanções económicas em relação à África do Sul. De facto, semelhantes sanções deveriam ser tomadas no âmbito do artigo 7 da Carta das Nações Unidas o qual só prevê estas medidas para evitar uma ameaça contra a paz.

Por outro lado, o recurso a esta arma económica constituiria um precedente perigoso, que poderia ser aplicado a Israel, por exemplo, o que seria «embaraçoso».

Por fim os especialistas da CEE verificaram que continua a ser «muito difícil» interromper as «correntes tradicionais» de trocas comerciais entre a África do Sul e a Grã-Bretanha, a Alemanha Federal e a França, em especial.

Os «especialistas comunitários» limitam, portanto, os estudos à elaboração de um «código de boa conduta» para as empresas europeias que operam na África do Sul. No entanto, mesmo esta ideia proposta por David Owen, ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, não é fácil de pôr em prática, porque vai de encontro à legislação sul-africana que determinadas empresas europeias estabelecidas neste país não poderiam nem quereriam infringir.

A Comunidade Europeia esforça-se, portanto, por encontrar «medidas práticas» para demonstrar aos africanos que desprova o «Apartheid» e que não pretende contentar-se simplesmente com boas palavras.

No projecto de discurso do presidente do Conselho de Ministros da CEE para a conferência sobre o «Apartheid», que abre em 22 de Agosto em Lagos, os «Nove» fazem portanto referência a estas novas iniciativas previstas pela CEE em relação à África do Sul, sem no entanto evocar medidas concretas. ●

UM TERRORISTA DE DEZ ANOS

. SALISBÚRIA __ Um membro do Supremo Tribunal de Justiça da Rodésia, declarou-se «escandalizado» ao tomar conhecimento de que um jovem africano de dez anos fora condenado a seis pauladas e a dois anos e meio de prisão com pena suspensa. O seu crime foi ter tentado chegar a um campo de treino de guerrilha, para além da fronteira. **Custou-me a crer que uma criança dessa idade pudesse ser julgada**, declarou o dr. Davies. Interrogado, o procurador-geral disse não ter autorizado o processo por escrito, mas tê-lo feito por telefone por julgar que o rapaz tinha, pelo menos, catorze anos. O dr. Davies pediu a suspensão da sentença.

Os tribunais europeus da Rodésia não têm a mão leve. Devido à intervenção do dr. Davies, a pena de sete anos de prisão inflingida a um africano de catorze anos, foi reduzida para seis pauladas e dois anos de prisão com pena suspensa. A de oito anos de prisão a que haviam sido condenados três jovens africanos entre os dezaseis e os dezoito, foi reduzida para cinco anos de trabalhos forçados, dois e meio dos quais com pena suspensa. A pena de seis anos de trabalhos forçados inflingida a dois jovens de dezaseis e dezasete anos foi reduzida a quatro anos de prisão para o primeiro e a cinco para o segundo, metade com pena suspensa.

A justiça rodesiana tem outro problema: a falta de lugar nas prisões para os jovens «culpados» de tentar alcançar os **campos de treino de terroristas**. A falta de cadeias, quatro rapazes de catorze anos, condenados a quatro anos de trabalhos forçados, beneficiariam da pena suspensa. Uma rapariguinha de treze foi posta em liberdade provisória. Duas jovens de dezaseis e dezasete anos, condenadas a cinco anos de trabalhos forçados, também beneficiaram de pena suspensa. ●

SEMANA INTERNACIONAL

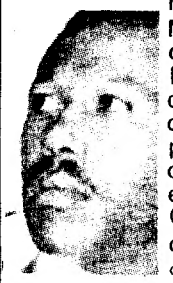
CONFLITOS

Conflito I

Apesar das reuniões que falam de paz, esta parece cada vez mais longíngua no Médio Oriente. O exemplo mais flagrante: o actual conflito que opõe a Líbia ao Egipto. Enquanto o primeiro-ministro de Israel, Menahen Begin estava em Washington, apresentando os seus «planos de paz» e trazendo na volta a promessa de toneladas de armas sofisticadas, o Egípto atacava a Líbia, com toda a moderna parafernália militar de que dispõe. Aos poucos fez-se luz sobre o caso, a princípio um tanto estranho, apesar dos dois países e, principalmente, os dois presidentes, Sadat, do Egipto e Kadhaffi, da Líbia, há muito tempo não manterem relações das mais cordiais. No decorrer da semana, os duvidosos apoios egípcios foram surgindo: primeiro, a descoberta de que os seus aviões partiam de bases do Sudão. Depois, a revelação de que os sionistas prometiam «Não efectuar acções militares no Sinai, pelo que, o Egipto poderia retirar as suas tropas lá estacionadas para reforçar o «front» líbio. Além disso, foi capturada material israelita entre os despojos egípcios apreendidos na Líbia. Agora, fala-se na venda de armas dos EUA para o Governo de Sadat, que já foi acusado de ser «agente sionista e norte-americano». Foi neste quadro que Cyrus Vance chegou ontem ao Médio Oriente trazendo «sugestões» de Carter para a «paz» na região, logicamente muito influenciada pelos encontros que teve com o «ultra» primeiro-ministro sionista, Menahen Begin. Os países árabes têm posições que não são coincidentes com as «sugestões» quanto mais com os planos de Israel. É fatal que tudo continue num impasse.

Conflito II

. Não muito distante deste difícil confronto, um outro já está em pleno andamento, contribuindo para tornar a situação em África cada vez mais tensa. Etiópia e Somália estão em guerra aberta, com os chamados «observadores» a queixarem-se do exagero dos termos e dos números que constam nos comunicados emitidos pelos dois países. Ambos os lados continuam a anunciar vitórias, tanto em terra como no ar, a morte ou prisão de milhares de soldados e a queda e consequente controlo de centenas de povoações. O conflito já cobre uma área equivalente ao triplo da de Portugal. A Etiópia acusa a Somália de agressão, e esta, logicamente, nega. O certo é que os combates alastram e os dados que aí surgem, também são bastante significativos. Recorde-se que, no seguimento do falado golpe militar na Etiópia, que tentou fazer com que o país voltasse atrás na via revolucionária que segue desde a deposição do imperador Hailé Selassié, uma intensa campanha internacional de descrédito através do rádio, da TV e dos jornais, se abateu sobre o regime comandado pelo coronel Mengistu Hailé Mariam. Ao mesmo tempo, o conflito separatista da Eritreia, no Norte do País, passou a receber balões de oxigénio das «potências ocidentais», como meio de pressão e de «desestabilização» do regime etíope. Agora, a Somália, que até há pouco tinha boas relações com a URSS e com os países socialistas, passa a receber «ajudas» em «armas defensivas» dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, com encargos financeiros suportados pela Arábia Saudita, país árabe dos mais «conservadores». As razões são óbvias.



Conflito III

A África Austral, zona de conflito por excelência, continua entretanto em efervescência: enquanto o presidente tanzaniano, Julius Nyerere, se desloca aos EUA para concersações com Carter sobre transferência de poderes na colónia rebelde da Rodésia, o primeiro-ministro deste território, Ian Smith, anuncia que rompeu o acordo firmado no ano passado, com Kissinger, sobre a entrega do poder à maioria negra. A via da luta armada, insistentemente preconizada pelos dirigentes revolucionários africanos, como única solução para o caso rodesiano, parece em vias de se impor cada vez mais claramente. Na África do Sul, outro bastião colonialista e racista na ponta meridional do continente, os negros de Soweto (suburbio de Joanesburgo) prosseguem a sua luta. Estudantes negro declara-se em greve protestando contra a reforma educacional (que, segundo eles, não satisfez as suas reivindicações). A polícia reforça-se e patrulha incessantemente as ruas daquela localidade, onde, em Junho do ano passado, estalar a revolta negra mais grave e sangrenta da história da África do Sul.

PELO MUNDO

CHINA DIZ QUE PODE PREVENIR O CANCRO

Vários medicamentos anticancro eficazes foram produzidos na China, a partir de ervas medicinais, indica a agência Nova China.

A agência acrescenta que, nos últimos anos, foram produzidos inúmeros antibióticos contra os tumores e de mais de 20 medicamentos químicos.

A China organizou recentemente um congresso médico nacional sobre a pesquisa anticancro, em que participaram 300 delegados. Foram realizadas pesquisas intensivas acerca da epidemiologia dos tumores malignos em regiões habitadas por cerca de 500 milhões de chineses.

Decorrem actualmente inquéritos médicos que visam o estudo do desenvolvimento dos cancros do esófago no Lihn-Sin e em mais 14 regiões e cidades das províncias setentrionais do Honan, Hopei e Chan-si. Realiza-se um inquérito idêntico em outras 15 regiões das províncias de Se-tchuan, Honan, Hopei, Chan-si e Kwang-tung.

Em Xangai e nas províncias do Kiang-su e Kwang-si, os factores e a distribuição dos cancros do fígado foram revelados graças aos inquéritos, às experências de laboratório e às pesquisas epidemiológicas e etiológicas.

Foi criada uma rede nacional de hospitais e institutos, mas o Governo continua a dar a prioridade à prevenão da doença e não à sua eventual cura.

ETIÓPIA RESPONDE A AMEAÇAS

Diante da ameaça que pesa sobre a Etiópia, cercada de inimigos que teimam em tentar derrubar o seu regime revolucionário, o DERG, Conselho Militar Provisório, decidiu reestruturar as forças armadas do país, estabelecendo um Comando Nacional Revolucionário das Operações Militares. Esta foto da Keystone mostra, em Adis Abeba, Abuna Tekle-Haimanot, partriarca da Igreja Etíope Ortodoxa, o presidente do DERG, coronel Mengistu Hailé Mariam, Atnafu Abate, vice-presidente e Imam Hagi Sani, chefe dos muçulmanos etíopes, quando assistiam a uma parada militar, na Praça da Revolução.

"COMPLICADO" REGRESSO

Maurice Jones, ex-director do jornal «Yorkshire Miner», comunista que havia deixado a Grã-Bretanha, para onde voltou depois de uma permanência na República Democrática Alemã, foi preso assim que desembarcou no aeroporto de Heathrow. Jones viajava na companhia do seu camarada, Arthur Scargill, «leader» mineiro que o fora buscar à RDA, e a detenção de ambos no aeroporto londrino gerou confusão e revelou que as liberdades nas terras de Sua Magestade não são tão grandes como isso. Jones foi arrastado pelos polícias que estavam à sua espera para fora do «hall», sendo preso a seguir. Passou a noite de terça para quarta-feira passada na esquadra de Wembley.

ANDREW YOUNG CONTRA A BOMBA DE NEUTRÕES

GENEBRA — O embaixador dos Estados Unidos na ONU Andrew Young, que esteve em Genebra a fim de representar o seu país no Conselho Económico e Social das Nações Unidas, declarou aos jornalistas: «Se neste momento fosse senador votava contra os créditos pedidos pelo presidente Carter para construir a bomba de neutrões». E prosseguiu: «Precisamos de um desarmamento verdadeiro, antes de mais no domínio das armas estratégicas». Afirmou que tinha a esperança de que tal bomba nunca viesse a ser fabricada. Ela não deveria ser mais do que um «objecto de negociação» com a URSS no processo que deve conduzir ao desarmamento.

INSÓLITO

No país mais rico do mundo, os Estados Unidos da América, Bil Shirk, indivíduo que faz toda a espécie de proezas com fins caritativos, propôs-se recolher 5.000 dólares (cerca de 200 contos) e obter uma mensagem do presidente Carter a favor das crianças atrasadas. Para tal, Shirk fez-se enterrar num caixão, na agradável companhia de duas tarântulas, uma cascavel e outra cobra mais simpática. Shirk esperava conseguir o seu objectivo durante o último fim-de-semana, mas no domingo à noite ainda só conseguira 4.000 dólares.

As tarântulas estavam dentro dos sapatos, a cascavel imobilizada com um cordão, e a cobra, envolta, num casaco, servia de almofada.

●

Um bebé argentino de cinquenta e cinco dias dias, diz claramente «quero», «não quero», «leite», e até, vejam só, «auto», asseguram jornalistas de cidade de Roque Saens Pena, a 1100 quilómetros de Buenos Aires. O menino em questão chama-se Julio mas o apelido mantém-se secreto por desejo dos pais que não querem que o filho apareça como curiosidade de feira.

Mas outro bebé, este uruguaio, começou também a dizer das suas nos último dias. Um pediatra teria declarado que a nova geração da América do Sul já nasce falando porque «tem muito que contar».

Esperemos que a censura não interfira.

CUIDADO COM O "YETI"...

Depois de «King Kong», gigantesco, furioso e apaixonado gorila que escalou o Empire State com a sua «musa» na palma da mão, de «Tarântula», a monstruosa aranha que arrasou cidades e do «Tubarão» que fez a vida negra aos banhistas, aí vem o «Yeti», meio-homem, meio-besta, que resolve chatear as pessoas depois de alguns milhões de anos de hibernação dentro de um «iceberg» no Ártico. As cenas interiores do filme estão a ser rodadas na Cinecittá, em Roma, enquanto os exteriores são tomados no próprio Ártico, em Montreal e perto das cataratas do Niagara. O «Yeti», do filme, cujo nome é retirado de um estranho ser que se diz habitar ainda hoje, realmente, nas neves do Tibete, tem 10 metros de altura, e até tem uma cara bem jeitosa. O produtor, Frank Kramer, promete um novo «sucesso». A foto é da Keystone.

EXCLUSIVO
N.º 26/77